



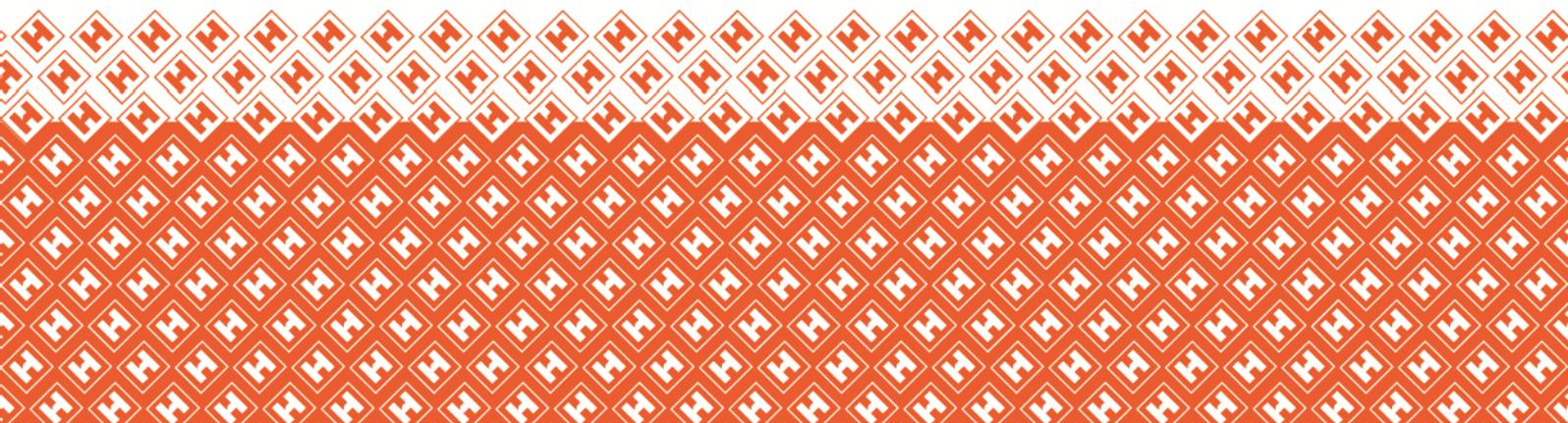
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

RICARDO ROCHA BALANI

**O USO DE JORNAIS COMO RECURSO
DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA:
ALTA FLORESTA (1976-1982)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
MAIO / 2020



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

RICARDO ROCHA BALANI

**O USO DE JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA:
ALTA FLORESTA (1976-1982)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade do Estado de Mato Grosso – como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Regiane Cristina Custódio.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

**CÁCERES - MT
2020**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

B171o BALANI, Ricardo Rocha.
O Uso de Jornais como Recurso Didático no Ensino de História: Alta Floresta (1976-1982) / Ricardo Rocha Balani - Cáceres, 2020.
117 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: Regiane Cristina Custodio

1. Profhistória. 2. Ensino de História. 3. Recurso Didático. I. Ricardo Rocha Balani. II. O Uso de Jornais como Recurso Didático no Ensino de História: Alta Floresta (1976-1982): .
CDU 94(07):070

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO ROCHA BALANI

O USO DE JORNAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA: ALTA FLORESTA (1976-1982)

Dissertação apresentada e aprovada junto ao Mestrado Profissional de Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora

Profa. Dra. Regiane Cristina Custódio
Universidade do Estado de Mato Grosso
Cáceres/MT.

Avaliador Interno

Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira
Universidade do Estado de Mato Grosso
Cáceres/MT.

Avaliador Externo

Prof. Dr. José Pereira Filho
Universidade do Estado de Mato Grosso
Tangará da Serra/MT.

Avaliadora Suplente

Profa. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida
Universidade do Estado de Mato Grosso
Cáceres/MT.

Cáceres/MT, 29 de maio de 2020.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte às nove horas, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de Ricardo Rocha Balani com a produção intitulada **O uso de jornais como recurso didático no Ensino de História: Alta Floresta (1976-1982)**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via Google Meet. A Comissão Examinadora foi composta por Regiane Cristina Custódio Orientadora, José Pereira Filho (Examinador Externo/UNEMAT), Carlos Edinei de Oliveira (Examinador interno/UNEMAT) e Marli Auxiliadora de Almeida (Suplente/UNEMAT). Concluída e exposta e a arguição do candidato, a Comissão Examinadora considerou o candidato **APROVADO**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProffHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo(a) presidente da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Regiane Cristina Custódio  UNEMAT (Presidente da Banca)
Prof. Dr. José Pereira Filho – Examinador Externo (UNEMAT/Participação a distância)
Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira – Examinador Interno (UNEMAT/Participação a distância)
Prof. Dr. Marli Auxiliadora de Almeida – (Suplente/UNEMAT)

É fazendo que se aprende a fazer
aquilo que se deve aprender a fazer.

ARISTÓTELES

Dedico o presente trabalho a memória de meus pais, Antonio e Maurina, a memória de minha avó, Severina, e aos meus irmãos Alesandro e Silviamara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por possibilitar o desenvolvimento do presente trabalho e por me fortalecer nas dificuldades e nos momentos de insegurança, sendo o meu refúgio e minha fortaleza.

A todos os meus familiares que, diretamente ou indiretamente, auxiliaram e motivaram na continuidade dos estudos. De forma muito especial, com muito amor, carinho e muita saudade, agradeço aos meus pais, Antonio e Maurina, e a minha avó Severina que partiram desta vida, mas que alicerçaram toda a minha formação humana, proporcionando a vivência familiar baseada no amor, no respeito, na verdade, no companheirismo e na união. Agradeço ao meu irmão Alesandro e sua esposa, Maria, pelo apoio e incentivo na continuidade dos estudos. Sou grato, do mesmo modo, a minha irmã, Silviâmara e aos meus sobrinhos (William, Wesley, Welliton, Mary Sandra e Daniel), que Deus possa retribuir todo apoio e oração que por mim dedicastes. A minha família o meu sincero: muito obrigado.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), *Campus* de Cáceres - MT, de modo muito especial à professora Dra. Regiane Cristina Custódio que se dispôs a me orientar, auxiliar e a possibilitar a conclusão desta produção acadêmica, pois ela muito me ajudou com sugestões, questionamentos e elencando pontos necessários para melhor escrever, desenvolver e apresentar a presente dissertação. Agradeço sua paciência, dedicação, atenção e incentivo.

Agradeço aos professores da banca examinadora, Dr^a. Marli Auxiliadora de Almeida, Dr. Carlos Edinei de Oliveira e Dr. José Pereira Filho pela leitura atenta e valiosas contribuições no momento da qualificação. Agradeço também por suas participações na ocasião da defesa desta dissertação.

Aos meus companheiros de turma que no decorrer do curso auxiliaram na minha formação (acadêmica, social e cultural). Os nossos momentos de conversas e de estudos ficarão marcados em minha memória e concretizado pela amizade que construímos.

Agradeço aos meus amigos pela parceria, pela paciência, pelo apoio e, principalmente, pelo incentivo para o estudo.

Enfim, agradeço a todas as pessoas presentes em minha vida que, de modo direto ou indireto, me ajudaram e propiciaram no desenvolvimento do presente trabalho.

Muito obrigado a todos, que as bênçãos de Deus sejam derramadas em abundância em suas vidas.

RESUMO

Esta dissertação propõe uma reflexão sobre o uso de jornal como recurso didático no ensino de história local na educação básica¹. O objetivo geral é pensar o ensino de história por meio do uso das reportagens jornalísticas que abordem as narrativas sobre a colonização de Alta Floresta (1976-1982) no intuito de propiciar a reflexão e a criticidade em torno das informações, construindo laços entre o conhecimento da sociedade (saber cotidiano oriundo da experiência) e o saber escolar. Para a concretização desta ação é realizada a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2006), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), de reportagens jornalísticas sobre a colonização de Alta Floresta no período em estudo de modo a evidenciar a contextualização sobre a reocupação territorial dos “espaços vazios” no norte de Mato Grosso (observando as ações do governo de Getúlio Vargas e da ditadura militar que se implantou pós 1964) e a relação entre os saberes cotidianos, o ensino de história e o ensino de história local. Por fim, aos professores de história da educação básica é proposta uma sequência didática que oferece um plano de aula e um roteiro contendo orientações para se trabalhar o ensino de história com o uso de jornal como recurso didático.

Palavras-chave: ProfHistória. Ensino de história. Recurso didático.

¹ A educação básica é formada por três grandes etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica é obrigatória a partir dos quatro anos de idade. O Estado libera o ensino na iniciativa privada, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas na legislação. Informações disponíveis em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/como-e-formada-a-educacao-basica-brasileira> - Acesso em: 02 maio de 2020.

ABSTRACT

This dissertation proposes a reflection on the use of newspapers as a didactic resource in the teaching of local history in basic education. The general objective is to think about teaching history through the use of journalistic reports that address the narratives about the colonization of Alta Floresta (1976-1982) in order to provide reflection and criticality around information, building bonds between knowledge society (everyday knowledge from experience) and school knowledge. To carry out this action, an analysis of the National Curriculum Parameters for Secondary Education (PCNEM, 2006), of the National Common Curricular Base (BNCC, 2018), of journalistic reports on the colonization of Alta Floresta in the period under study in order to evidence the contextualization of the territorial reoccupation of “empty spaces” in northern Mato Grosso (observing the actions of the government of Getúlio Vargas and the military dictatorship that took place after 1964) and the relationship between everyday knowledge, the teaching of history and the teaching local history. Finally, basic education history teachers are offered a didactic sequence that offers a lesson plan and a script containing guidelines for working on history teaching using a newspaper as a didactic resource.

Keywords: ProfHistória. History teaching. Teaching resource.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Brasil - Município de Alta Floresta	21
Figura 2 - Visita do Presidente João Figueiredo aos projetos de colonização em Mato Grosso	82
Figura 3 - Empresas de colonização no Mato Grosso	86
Figura 4 - Reportagem sobre a ocupação do norte de Mato Grosso	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA	23
1.1 O espaço da história local na escrita da história	23
1.1.1 A importância da história local na escrita da história	24
1.1.2 A relação entre história local e história geral	26
1.1.3 O jornal como fonte histórica: os desafios para o trabalho do historiador	29
1.2 O ensino de história local e a aprendizagem discente	31
1.2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: um olhar para o ensino de história local	32
1.2.2 Possibilidades para o ensino de história local na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio	37
1.2.3 A história local no ensino de história como estratégia para a aprendizagem	42
1.2.4 A imprensa na escola: o uso de jornais para o ensino de história local	46
CAPÍTULO 2: O IMAGINÁRIO DA PROSPERIDADE DE ALTA FLORESTA/MT EM REPORTAGENS JORNALÍSTICAS	51
2.1 A ideologia de “espaços vazios” e as políticas de reocupação territorial no século XX	52
2.1.1 A concepção de “espaços vazios” e a expansão agrícola no governo de Getúlio Vargas (1930-1945)	53
2.1.2 A expansão agrícola e reocupação territorial no governo militar (1964-1985)	57
2.1.3 O migrante brasileiro no século XX	60
2.2 A questão agrária em Mato Grosso na década de 70 do século XX	62
2.2.1 As políticas de reocupação territorial pela iniciativa privada no norte de Mato Grosso	62
2.2.2 A expansão “desenvolvimentista” na fronteira agrícola no norte de Mato Grosso apresentada nas reportagens jornalísticas	67
2.2.3 O imaginário construído nas reportagens jornalísticas sobre a prosperidade em Alta Floresta	71
CAPÍTULO 3: O USO DAS REPORTAGENS DE JORNAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA	76
3.1 O ensino de história local por meio das reportagens de jornais	76
3.1.1 O uso da história oral para o ensino da história local	77

3.1.2 Conhecimento, leitura e memória: as notícias jornalísticas como instrumento para o ensino de história local	81
3.1.3 Nas entrelinhas da reportagem: a impossibilidade da parcialidade nos textos jornalísticos	84
3.1.4 O jornal, a cidadania e o ensino de história: o desenvolvimento do cidadão crítico.	88
3.2 Proposta de sequência didática para o uso de reportagens de jornais no ensino de história local da educação básica	91
3.2.1 “Deu no jornal, tá na sala”: selecionar e analisar as reportagens de jornais	92
3.2.2 Proposta didática com reportagens jornalísticas para o ensino de história	94
3.2.3 “Olhando o jornal”: elaboração de um roteiro para análise de reportagens jornalísticas	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

A escrita não é neutra, ela possui a perspectiva de olhar de quem a produz, neste sentido Halbwachs (2006) considera que a trajetória de vida do pesquisador e a influência de suas vivências incide diretamente na escolha da temática de sua pesquisa. Diante disso, realizarei uma breve apresentação sobre minha história de vida, tendo em vista minha trajetória de um também migrante para Alta Floresta.

Meus pais me deram o nome de Ricardo Rocha Balani. Nasci em Ivinhema - MS, e quando criança, minha família mudou-se para o município de Novo Horizonte do Sul - MS. Minha mãe, Maurina, é professora e meu pai, Antonio, agricultor e pedreiro.

Cresci na zona rural, popularmente conhecida como Linha da Porteira, onde estudei as séries iniciais, da 1^a a 4^a série, e no tempo de minha infância os meus estudos eram realizados em salas multisseriadas (mais de uma série em uma única sala de aula). Posteriormente, pela carência da oferta, era necessário continuar os estudos, fundamental e médio, nas escolas localizadas na cidade, trajeto realizado diariamente por meio do transporte escolar.

Ingressei no Seminário Diocesano, pela Diocese de Dourados - MS no ano de 2005 e no período que ali estive cursei a licenciatura em Filosofia (2009) na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande - MS, e posteriormente História (2013) na mesma Universidade, no ano de 2014 migrei para Alta Floresta - MT para trabalhar como professor na educação básica, momento em que passei a tomar conhecimento sobre a história do referido município.

Os primeiros contatos teóricos sobre a colonização de Alta Floresta deram-se na Pós-graduação iniciada em 2015 no Instituto Federal de Mato Grosso/IFMT, no *campus* de Alta Floresta, cujo foco de estudo foi a História de Mato Grosso no século XX e XXI. Na conclusão do curso em 2017, como requisito obrigatório, desenvolvi uma pesquisa na qual o intuito era analisar a participação da Igreja Católica na colonização de Alta Floresta - MT no período de 1976 a 1979.

Findada a especialização em História de Mato Grosso, no ano de 2017, tive conhecimento sobre o mestrado profissional e a importância que o mestrado proporciona ao professor da educação básica e para a prática docente. No ano de 2018 iniciei meus estudos no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* de Cáceres, e decidi abordar, em minha pesquisa, a história local por meio das narrativas jornalísticas no ensino de história.

A motivação para a escolha da temática da pesquisa, tendo como foco o ensino de história local e as narrativas jornalísticas é buscar aproximar o estudante da educação básica e suas vivências cotidianas com o conteúdo curricular das escolas de ensino básico, proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e pelos Parâmetros Nacionais do Ensino Médio (PCNEM, 2006).

A pesquisa para fins de Mestrado Profissional em Ensino de História se desenvolve ProfHistória na Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, *Campus* de Cáceres, e tem como eixo central de investigação sobre **O uso de jornais como recurso didático no ensino de história: Alta Floresta (1976-1982)**, cujo objetivo é destacar a importância de pensar o ensino de história na educação básica a partir da história local, pois considera-se, no contexto desta pesquisa, que é possível estabelecer uma relação entre a identidade social e o conhecimento da história local como propõe Joana Neves (1997).

Conhecer os modos como um dado grupo social representa a realidade que o circunda é de suma importância para que se compreenda a sua dinamização no espaço físico-geográfico em que vive. Nesta perspectiva, a pesquisa que possibilitou esta dissertação objetivou compreender a importância do uso de reportagens jornalísticas no ensino de história tendo como foco de análise as reportagens que buscam de maneira direta e indireta construir o imaginário da prosperidade sobre Alta Floresta. Esta ação busca compreender como os jornais e as notícias e reportagens por meio dele circuladas incidiram diretamente no processo migratório rumo à Amazônia mato-grossense e tem como objetivo específico propiciar o estudo da história local no ensino de história no Ensino Médio.

Foi importante, para o contexto desta dissertação, perceber que o documento histórico é o recurso indispensável e essencial para o historiador, esta valorização da fonte documental se deu, principalmente, no século XIX, na qual a escrita tornou-se fundamental para o entendimento do acontecimento histórico. Sendo assim, por meio do documento escrito, o historiador possuía informações sem acrescentar o que estava externo à fonte, isso objetivava mostrar o acontecimento tal qual havia ocorrido (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 90). A visão de análise do documento sem interferência de quem o produz é considerada uma visão positivista que propõe à História um método de análise para que esta seja considerada ciência, possuindo a estrutura objetiva e “segura” de diagnóstico, tal visão se rompeu no século XX.

No século XX ocorreram mudanças, principalmente, a partir da influência dos *Annales*², essenciais na escrita da História e na relação do historiador com o documento. Ao

² Um grupo de historiadores da revista *Annales d' Histoire Economique et sociale*, fundada em Estrasburgo, 1929, pelo medievalista Marc Bloch (1886-1944) e o modernista Lucien Febvre (1878-1956) produzia

pensar nas novas perspectivas sobre a escrita da história, Schmidt e Cainelli (2004) percebem que o século XX possibilitou uma reconstrução dos feitos dos homens com novas possibilidades da relação com o documento.

A renovação historiográfica ocorrida no século XX trouxe a renovação da concepção de documento histórico e a relação do historiador com ele. Os historiadores contestam a ideia de documento histórico como matéria inerente, com o qual se reconstrói o que os homens fizeram, como fizeram-no por serem uma relação diferente entre ambos. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 93).

A nova relação do historiador com o documento histórico incluía a compreensão de que o estudioso não mais olharia o documento sem interpretá-lo. As novas correntes historiográficas, de início com a Escola dos *Annales*, passaram a considerar que a análise e a interpretação do pesquisador seriam algo essencial para verificar aquilo que não está evidente e, desse modo, analisar tanto o que o documento oferece, explicitamente, como também, o que ele oferece implicitamente.

A análise do documento possibilitou que o historiador considerasse perguntas básicas como: Quem produziu o documento? A quem serviria tal documento? Quais interesses estavam em jogo? Por isso, em se tratando desta pesquisa que está sendo realizada em Alta Floresta, considera-se que é importante observar nas fontes escritas o modo como os discursos de “desenvolvimento” de Alta Floresta são apresentados nas matérias jornalísticas, o que é perceptível que contribuiu para entender a proposta das reportagens, sua mensagem e a qual público elas se destinavam. As indagações ao documento histórico têm como finalidade extrair o máximo de informações possíveis, ou seja, analisar o documento em sua totalidade para somente assim, compreendê-lo em seu contexto e em suas intencionalidades e nas de quem o produziu.

Na nova perspectiva de olhar o documento, analisar é algo que se tornou essencial, sendo que nesta perspectiva Febvre (1975) sugere que o historiador vá além do que está escrito e consiga compreender, inclusive, o que não está dito. Isso requer interesse do pesquisador, por isso, considera-se que a escolha da temática a ser pesquisada incide diretamente sobre quais documentos serão selecionados e, assim, poderão responder à questão de pesquisa. Para Febvre (1975, p. 22):

O historiador que olha pela lente de seu microscópio captura eventos isolados de maneira imediata? A essência de seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objetos de sua observação, com a ajuda de técnicas frequentemente muito complicadas. E depois, uma vez adquiridos esses objetos, em “ler” seus tubos de

ensaio e suas preparações. Uma tarefa singularmente árdua; porque descrever o que você vê, ainda passa, mas ver o que deve ser descrito, isso é difícil³. (FEBVRE, 1975, p. 22). (Tradução livre).

Os documentos representam o fato, mas não os apresentam, nem totalmente, nem parcialmente, apresentam de acordo com a percepção de quem o produz. Daí a necessidade da interpretação do pesquisador, do olhar para além do que está escrito como uma tentativa de compreender o que está implícito. A ideia da escrita que parte da estreita ligação entre o documento e o historiador modificou as relações de análise, além de estabelecer grande diferença para a pesquisa em História entre os séculos XIX e XX. A nova visão, a do século XX, em torno da relação documento e historiador deu-se pela influência e modificações proporcionadas pelos ensinamentos dos autores pertencentes à Escola dos *Annales*. Assim, no presente se atribui o mérito à Escola francesa que trouxe uma nova maneira de tratar as fontes, e, além disso, considerava também as relações interdisciplinares, modificando a visão positivista do “método-objetivo”. Os *Annales*, na visão de Zarinatto (2011), propõe uma nova realidade para a escrita da história.

A proposta dos *Annales* era a de destacar a conexão entre a escrita histórica e o presente e o sentido desta relação com a pesquisa. Para eles, o presente podia ajudar o historiador na compreensão do passado mediante dois caminhos: por um lado suscitando interrogações e temas; e por outro, a própria vivência do historiador lhe proporcionaria hipóteses e possibilidades explicativas. (ZARINATTO, 2011, p. 84).

A Escola francesa vinculava a visão de que o presente é o ponto de partida para o estudo da história, tal explicação se dá em função de que quem escreve se insere no tempo, no presente, assim, ao olhar o passado sua análise tem como referência o presente no qual está inserido. Essa perspectiva de escrita possibilita ao pesquisador realizar análises, críticas e interpretações em torno do evento, diante do que é apresentado pelo documento histórico. A visão, de presente e passado proposta pelos franceses se distingue da visão positivista, pois estes acreditavam na parcialidade do historiador. E a escola positivista, por sua vez, pretendia provar que a História é uma ciência objetiva e que tinha como possibilidade análises concretas a partir do que lhe oferecia os documentos escritos.

Os franceses, da escola dos *Annales*, propuseram novas perspectivas sobre a escrita da História, eles consideravam que o documento escrito é importante, mas pode haver novos meios para a escrita que proporcione a compreensão dos eventos, Febvre (1975) aponta a

³ El histólogo que mira por el ocular de su microscopio ¿capta hechos aislados de una manera inmediata? Lo esencial de su trabajo consiste en crear, por así decirlo, los objetos de su observación, con ayuda de técnicas frecuentemente muy complicadas. Y después, una vez adquiridos esos objetos, en «leer» sus probetas y sus preparados. Tarea singularmente ardua; porque describir lo que se ve, todavía pase, pero ver lo que se debe describir, eso sí es difícil. (FEBVRE, 1975, p. 22).

liberdade na criação de hipóteses para o desenvolvimento da pesquisa.

Se o objetivo é analisá-lo, decompor seus elementos, uns materiais, e outros espirituais, como resultado combinado de leis gerais, circunstâncias particulares de tempo e lugar, circunstâncias próprias, enfim, de cada um dos indivíduos, conhecidos ou ignorados, que tomaram parte na tragédia, se poderá ver em seguida dividir-se, decompor-se, dissociar-se uma trama complexa... não de dados, mas muitas vezes uma trama criada pelo historiador, inventada e fabricada com a ajuda de hipóteses e conjecturas, através de um trabalho delicado e apaixonante⁴. (Febvre (1975, p. 21). (Tradução livre).

Pode-se inferir do que diz o autor, que o historiador em sua busca pela compreensão dos eventos, levanta hipóteses que favorece a escrita da história para relacionar os acontecimentos às leis gerais e com o processo particular dos sujeitos em seu tempo. Os *Annales* inovaram ao considerar como produção de conhecimento histórico não apenas a análise textual sem influência e interferência dos historiadores, mas não deixaram de considerar a proposta positivista de análise dos documentos escritos e reconheceram sua importância para a escrita da história.

Os pensadores da escola francesa, em seu terceiro grupo, são considerados os impulsores das abordagens mentais e para isso recorreram à Antropologia como modo de estudar os comportamentos mentais e os mecanismos da consciência, tendo como foco as distintas formas de consciência social de certos grupos, de certas regiões, épocas ou observando as especificidades de cada conjuntura. (ZANIRATO, 2011). A terceira geração da escola francesa propiciou o repensar sobre o imaginário tendo como representantes Georges Duby e Jaques Le Goff.

Ao retratar a relação e a preocupação não só com os aspectos globais, mas também com a inserção dos sujeitos na escrita da história tem-se um novo grupo de pensamento, os historiadores pós-modernos. Segundo Guidens (1991):

A condição da pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da grand narrative — o "enredo" dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado. (GUIDDENS, 1991, p. 8-9).

Os historiadores pós-modernos inserem os sujeitos “comuns”, com todas as suas diferenças como importantes na história, isto foge da ideia da “grande narrativa” que busca

⁴ Si se intenta analizarlo, descomponerlo en sus elementos, materiales unos y espirituales otros, en cuanto resultado combinado de leyes generales, circunstancias particulares de tiempo y lugar, circunstancias propias, por último, de cada uno de los individuos, conocidos o ignorados, que tomaron parte en la tragedia, se verá en seguida dividirse, descomponerse, disociarse un complejo intrincado... no de datos, sino de lo tantas veces creado por el historiador, lo inventado y lo fabricado con ayuda de hipótesis y conjeturas, mediante un trabajo delicado y apasionante (FEBVRE, 1975, p. 21).

explicar sobre os aspectos mais influentes da vivência social. No entanto, segundo o autor acima citado, a “grande narrativa” não leva em consideração o cotidiano, ela possui outra forma de enfoque, sendo justamente este ponto característico deste novo grupo de pensadores, ou seja, o trabalho e as abordagens heterogêneas. Tanto os *Annales*, quanto os pós-modernos são importantes para se pensar a escrita da história por novas perspectivas que não tem como fonte documental somente o documento escrito. Isso favorece novas leituras e novas possibilidades de interpretação em torno dos acontecimentos relacionados à colonização de Alta Floresta.

A pesquisa sobre Alta Floresta se inspira no campo teórico da história cultural. No entendimento de Zanirato (2011, p. 108) “a história cultural pode ser considerada uma prática historiográfica que se preocupa com as manifestações das massas anônimas, que tem uma inclinação pelo popular, que procura resgatar o conflito social e que é essencialmente plural”. Deste modo, Zanirato (2011) diz que a história cultural é uma vertente da historiografia que busca compreender o objeto de estudo partindo de uma teoria da cultura, tendo como perspectiva a antropologia. Ao falar sobre o objetivo fundamental de uma história ou de uma sociologia cultural, Chartier (1995) considera que:

[...] o objetivo fundamental de uma história ou de uma sociologia cultural compreendida como uma história da compreensão da significação reside na tensão que articula as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades com os constrangimentos, as normas e as convenções que limitam – mais ou menos poderosamente segundo a sua posição nas relações de dominação – o que lhes é lícito pensar, enunciar, fazer. (CHARTIER, 1995, p. 90).

Da citação acima, pode-se pensar que a história cultural contribui para que se considere a significação e a compreensão das comunidades em seus aspectos de relações de dominação.

A pesquisa como trajeto percorrido para a criação desta dissertação deu-se sob o método da pesquisa documental e qualitativa, traz as análises das reportagens jornalísticas numa perspectiva histórica com o uso de fontes para o ensino de história. Ao final, como produto da pesquisa, objetivou-se propiciar um material didático que sirva de apoio para que os professores da educação básica consigam inserir em suas aulas o ensino de história local. Como proposta de aula foram analisadas reportagens jornalísticas que abordavam sobre a propaganda em textos de jornais e o imaginário que elas construíam para incentivar a colonização de Alta Floresta. A proposta da aula com a reportagem jornalística busca relacionar o conteúdo do ensino escolar com os saberes cotidianos do aluno e, com isso, valorizar a história local no ensino de história buscando aguçar a curiosidade do estudante

para o conhecimento, para a criticidade e fomentar o incentivo da leitura de jornais.

Nesta dissertação realizou-se a análise, além dos jornais já mencionados anteriormente, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM, 2006) com o objetivo de pensar a história local e o cotidiano discente nas normativas educacionais, relacionadas ao currículo, proposto para o Ensino Médio.

A presente dissertação objetiva também, propiciar aos professores da educação básica uma proposta para o ensino de história com a utilização de jornais como documentos históricos e ferramentas didáticas na prática docente com o intuito de desenvolver o interesse sobre o conhecimento da história local bem como relacionar tal saber com os acontecimentos nacionais. Importante destacar que por história local, opera-se nesta dissertação com o que considera Joana Neves (1997), ao definir o local como o espaço em que está o sujeito e por valorizar as experiências e as vivências na construção do saber.

Na busca de compreendermos a história local da cidade de Alta Floresta é interessante entender que ela é resultado do projeto de colonização agrícola desenvolvido pela Integração Desenvolvimento e Colonização/INDECO S/A, de propriedade de Ariosto da Riva, que obteve a concessão, por meio de licitação, para inserir na região norte de Mato Grosso a reocupação territorial por meio da migração. Esse fluxo para a área de reocupação territorial deu-se em 1976, ano que chegam as primeiras pessoas para trabalhar com a agricultura. Estas pessoas, em sua maioria, vinham do sul do país e objetivavam desenvolver na região uma prosperidade econômica, baseada principalmente no cultivo do café.

A migração das pessoas para o norte de Mato Grosso se tornou possível por meio da política territorial do governo militar, fruto da ação de Getúlio Vargas, que pretendia “desenvolver” economicamente as localidades com baixa densidade demográfica com a intenção de favorecer a economia nacional.

A escolha nominal para o município deu-se por meio de concurso realizado pela rádio *A voz do Oeste*, em 1974, que premiava o nome escolhido para a área de reocupação realizada pela INDECO, o concurso foi nomeado como “Um milhão por um nome” com o objetivo de premiar em dinheiro a pessoa que sugerisse a melhor nomenclatura para a possível cidade. A reportagem da propaganda foi divulgada na rádio e nos jornais locais. Segue a reportagem do jornal *O Estado de Mato Grosso* (1974), na íntegra:

A empresa especializada em colonização, a INDECO vai implantar na região de Aripuanã seis novas cidades e para colocar nomes nessas cidades, lançou um concurso “Um milhão por nome”, através da Rádio A Voz do Oeste, em que qualquer pessoa pode participar enviando suas sugestões. Os nomes escolhidos serão

contemplados com um milhão de cruzeiros⁵, cada pessoa pode enviar quantos nomes quiser. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1974, p. 2).

A proposta da Rádio A Voz D'Oeste favoreceu o conhecimento e também a propaganda da região norte de Mato Grosso, localidade na qual se desenvolveria o projeto agrícola da INDECO. Pode-se falar em propaganda, visto as menções na rádio, nos jornais locais e pelas pessoas na chamada “boca a boca”, principalmente no que correspondia a premiação.

Em 18 de dezembro de 1979 emancipado de Aripuanã o projeto agrícola foi reconhecido como município denominado Alta Floresta, porém não houve eleições diretas e a posse de Wanderley Alves Pereira se deu por meio de nomeação. Segundo o jornal eletrônico⁶ Só Notícia (2016), o município possuía a estimativa populacional de 23 mil pessoas no ano de 1980, chegando na máxima de 100 mil habitantes em 1986, período que recebeu garimpeiros no território com o intuito da busca do ouro e pedras preciosas. A população do município reduziu drasticamente no início da década de 1990 com a queda do ouro e a redução da atividade garimpeira no município, isto é, a redução da extração aurífera.

A distância de Alta Floresta e a capital Cuiabá é de 800 quilômetros e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima sua população em 51.798 habitantes no ano de 2019.

Na imagem abaixo um mapa localiza a cidade de Alta Floresta no território nacional e estadual. Nele também pode ser observado que o município é pertencente ao bioma Amazônico, isto é, possui características biológicas e geográficas que a definem como pertencente de um macroclima.

⁵ A vencedora do concurso realizado pela Rádio A Voz D'Oeste foi Nelza Luci Asvolins, professora de matemática no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Cuiabá. Segundo o jornal eletrônico Boamidia (2019), Nelza observou a localização geográfica que indicava a instalação do projeto, no alto do mapa de Mato Grosso e em meio à mata densa, da Floresta Amazônica. A professora depositou sua sugestão de nome, Alta Floresta, na urna da Rádio A Voz D'Oeste, localizada em Cuiabá, e por meio da aprovação dos ouvintes tal nome foi escolhido para designar o projeto agrícola que seria desenvolvido pela empresa colonizadora, a INDECO. Boamidia é um jornal eletrônico editado em Cuiabá que têm enfoque mato-grossense. Boamidia é um jornal eletrônico que disponibiliza conteúdos factuais e conceituais, além de opinião editorial e do internauta. Informações disponíveis em: <http://www.boamidia.com.br/alta-floresta-celebra-43-anos-de-fundacao>. Acesso em: 06 maio, 2020.

⁶ Só Notícias é um jornal eletrônico do interior de Mato Grosso que disponibiliza informações para a população sobre os principais acontecimentos em Mato Grosso. Tal uso se dá por não localizar nos dados do IBGE informações referentes à população de Alta Floresta no período de 1976 até 1982.

Figura 1 - Mapa do Brasil - Município de Alta Floresta



Fonte: Disponível em: <https://cristalinodge.com.br/pt/reservations/gettins-there/> - Acesso em: 27 de setembro de 2019.

Ao observar o mapa é possível notar que Alta Floresta está inserida no bioma amazônico, isso diferencia à localidade da maior parte do estado de Mato Grosso que tem como bioma o cerrado.

A finalização temporal desta pesquisa é o ano de 1982, sendo marcado historicamente como último ano do prefeito Wanderley Alves Pereira que assumiu o cargo por nomeação do governador do Estado de Mato Grosso, ou seja, não houve eleição, característica do sistema democrático. No ano seguinte, dada as eleições realizadas oficialmente, foi então atribuída a posse a um representante eleito pela população, Edson dos Santos que teve como vice-prefeito Jairo de Carli.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo, “**A história local no ensino de história**”, está dividido em dois momentos. No primeiro destaca o espaço que a história local ocupa na escrita da história, observando como o local pode contribuir para a escrita da história e como pode contribuir para valorizar as ações e as práticas específicas do espaço geográfico. Aponta-se uma relação entre a história local e a história geral, que de

forma mais ampla aborda as especificidades do evento histórico em seus vários espaços territoriais, construindo assim, o saber e o interesse coletivo.

O encerramento do capítulo 1 se dá pela análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2006) com o intuito de verificar a possibilidade de trabalho com o local no ensino de história na educação básica. Já no segundo momento, analisa a importância da história local para a aprendizagem discente em que o local no ensino de história é então, apresentado como possibilidade para compreensão, entendimento e significação do conteúdo escolar.

O segundo capítulo: **“O imaginário da prosperidade de Alta Floresta - MT em reportagens jornalísticas”** aborda as políticas de colonização do Brasil contemporâneo, observando as ações de reocupação territorial no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e do governo dos militares (1964-1985). Esta análise coloca em tela as políticas de reocupação dos considerados “espaços vazios” com o intuito de promover a migração da população para regiões com baixa densidade demográfica. Ao analisar a reocupação demográfica, pensada pelos militares, pensar a colonização privada em Alta Floresta, permite compreender a migração para o norte do Estado de Mato Grosso, além de observar ao longo desta a construção do imaginário da prosperidade que favoreceu o processo migratório. O segundo capítulo é encerrado com a análise de reportagens jornalísticas que apresentam a reocupação territorial de Alta Floresta.

O terceiro capítulo, com o título: **“O uso das reportagens de jornais no ensino de história”** coloca em evidência o ensino de história por meio da reportagem jornalística como ferramenta didática no ensino de história. Realiza também uma abordagem sobre a história oral destacando sua importância para a construção do saber local e como proposta, que é o produto pedagógico desta dissertação, à prática do professor da educação básica. O capítulo se encerra com a apresentação de uma sequência didática para o uso de jornais como ferramenta didática no ensino de história. Nesta proposta didática contém o plano de aula, no qual já estão inseridas as competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), uma sequência de execução e por fim uma proposta de exposição das atividades realizadas pelos alunos que pode ser realizada na própria sala de aula ou em outros espaços no ambiente escolar.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este capítulo coloca em discussão a importância da inserção da história local no ensino de história e demonstra que o estudo do local possibilita ao estudante a significação do conhecimento que advém da relação do saber oriundo da experiência e da vivência social com o conteúdo escolar, construído na disciplina de história.

A história local é importante no ensino de história visto que possibilita relacionar os acontecimentos locais a respeito de Alta Floresta inserindo-os no contexto histórico nacional. Desse modo, o aluno pode refletir sobre os acontecimentos nacionais e a maneira como incidem sobre o local, do mesmo modo leva-o a refletir sobre as diversas maneiras que a história local pode contribuir para a construção da história nacional.

A inserção da história local no ensino de história é então, algo que, mesmo entre os historiadores, ainda é muito debatido. Isso se efetiva na crença de que o estudo pelo local ou por uma particularidade possa desinteressar ao estudo do geral ou de estruturas mais amplas. Esta dissertação, bem como o produto educacional dela originado, propõe que estudar a história local pode ser um método profícuo que permite uma compreensão mais ampliada de sua inserção na história nacional.

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM, 2006) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) surgem como referências para a homogeneização na organização dos currículos escolares. Ainda que seja dessa maneira, é possível perceber que mesmo em tais documentos do Ministério da Educação (MEC), há aspectos relacionados ao estudo da história local que visam à realidade do estudante, a significação e a aproximação do saber discente com o conteúdo escolar, a formação crítica, a participação dos alunos em resoluções dos problemas sociais como cidadãos, além da valorização da memória e dos locais de memórias existentes no município onde o estudante reside.

As linhas que se seguem apresentam as possibilidades da história local no ensino de história na educação básica.

1.1 O espaço da história local na escrita da história

Pensar a história como característica importante para analisar o passado da sociedade e do indivíduo favorece que a experiência de vida tenha um papel essencial no processo da

escrita da história e decisiva no entendimento do acontecido. Quando os atores sociais conseguem compreender o seu mundo social, compreendem a ligação entre o passado e o presente, e assim, passam a conferir sentido à sua aprendizagem (LOWENTHAL *apud* DELGADO, 2003).

Por história local compreende-se, no contexto desta dissertação, o estudo do espaço geográfico no qual os sujeitos estão inseridos como possibilidade para a construção do conhecimento histórico, ou seja, tem como perspectiva de análise um determinado local e as experiências de diversos agentes sociais ali vivenciadas (NEVES, 1997). Assim, ao realizar a inserção da história local no ensino de história, o professor oportuniza que se dê a construção e a significação do conhecimento.

Nas linhas seguintes está em foco a importância da história local na escrita da História.

1.1.1 A importância da história local na escrita da história

A história local tem como objetivo o estudo da realidade do local do qual se fala. Desse modo, busca-se não restringir esse espaço ao político-administrativo, mas colocar em evidência principalmente o estudo do local, nesse caso específico, a história de Alta Floresta. O local do qual se fala pode ser entendido como um lugarejo ou uma aldeia, uma vila ou um bairro e uma cidade. O que se pretende é a valorização do homem como agente social, econômico e político da História (NASCIMENTO JÚNIOR; GUILLEN, 2016).

A história local surge com o intuito de reivindicar um espaço na escrita da História, entendendo por espaço o lugar onde os eventos históricos acontecem. Certeau (1978) considera que o espaço é um lugar praticado, isto é, o autor faz uma análise que atribui importância para a heterogeneidade das práticas culturais, sociais, econômicas, religiosas e políticas.

A ótica que Certeau (1978) traz sobre o lugar lança ao estudo da história a necessidade de compreender, valorizar e incentivar na historiografia o estudo do espaço no qual estão os atores sociais, visto que confere importância às ações individuais.

Albuquerque Junior (2008) ao abordar sobre a história local a define como um recorte dado ao acontecimento em determinado espaço geográfico. Segundo o autor, é um recorte naturalizado, a-histórico que existiria por si. Tal recorte é verificado ora pela natureza, ora pelo aspecto político-administrativo, ora pelo aspecto cultural.

A história na perspectiva de Albuquerque Junior (2008) acontece nos limites geográficos, espaciais ou culturais. Nesse sentido, compreende-se, no contexto desta

dissertação, que a história local, por sua vez, inserida no contexto mais amplo da História, contribui significativamente para que seja conhecido o cotidiano de mulheres e homens comuns.

Pensar em novas construções da narrativa histórica sem destacar apenas quem se liga ao exercício do poder político, ou econômico, ou mesmo as elites. Valorizar as pessoas comuns sem posses, os atores sociais do cotidiano comum é o que propõe Thompson (2002), e a história local, assim, apresenta-se como uma via necessária a ser considerada no ensino de história na educação básica.

A narrativa historiográfica sobre a história local possibilita à análise da comunidade, da cidade, do bairro, do cotidiano, ou seja, permite compreender como Alta Floresta foi afetada pelos “acontecimentos nacionais”. Tal ação é possível, no pensamento de Assis e Pinto (2019) ao se levar em conta que cada caso de estudo específico, desde que observado e contextualizado, está inserido em um contexto mais amplo, em uma conjuntura maior. Samuel (1989) por sua vez, considera que a história local tem uma perspectiva diferente na abordagem, isso se dá por possibilitar uma observação e uma análise muito mais imediata. Tal entendimento é percebido pela abordagem do cotidiano e das experiências das pessoas.

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1989, p. 220).

Levando em conta o excerto acima citado, compreende-se que a história local possibilita identificar as marcas que são deixadas pelos atores sociais por permitir que seu cotidiano seja descortinado por meio de suas ações, e assim, ela será importante exatamente por permitir a leitura mais imediata do passado. O cotidiano quanto escrito proporciona à significação do conhecimento justamente por destacar, o dia a dia que passa, propositalmente ou não, despercebido pela história oficial.

A história local na concepção de Nogueira e Silva (2010) vem ganhando espaço, visto que valoriza atores que foram esquecidos na escrita da história e atribui protagonismos aos atores sociais antes ocultos pela versão “oficial”. Para Nogueira e Silva (2010):

A história local é uma modalidade de pesquisa que vem ganhando seu espaço nas últimas décadas. Cabe a esse tipo de historiografia revelar os protagonistas – aqueles atores que foram esquecidos e cujas ações, em seu tempo, colaboraram com a construção da história. (NOGUEIRA; SILVA, 2010, p. 231).

A história local como modalidade ao ser contemplada na historiografia permite que as vivências de atores sociais que foram esquecidos ou ignorados, por não representar os interesses e os anseios de quem produzia a narrativa sobre o lugar, venham à tona. Por isso, permitir outros olhares sobre o evento histórico favorece a compreensão do acontecimento que tem como ponto de referência o cotidiano.

Heller (2004) considera que há uma importância no trabalho intelectual que o relaciona às vivências de pessoas comuns e seu cotidiano com a escrita da história, pois o dia-a-dia e às vivências dos estudantes da educação básica de Alta Floresta mostram a heterogeneidade da sociedade. Segundo Heller (2004):

A vida cotidiana é em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. (HELLER, 2004, p. 17-18).

O cotidiano e a experiência de vida dos diversos agentes sociais são importantes no estudo da história por, justamente, propiciar uma visão heterogênea dos acontecimentos e possibilitar, do mesmo modo, o entendimento sobre a vida em sociedade em um determinado grupo. Essa atitude rompe com a valorização das elites e da história como vanglorização dos feitos importantes de um grupo e possibilita outras narrativas e novas interpretações em torno dos eventos.

A abordagem do cotidiano dos atores sociais e as suas experiências, de acordo com Samuel (1989), são esquecidas nas narrativas mais amplas que tem sua preocupação voltada para o evento histórico. Já, Heller (2004), por sua vez ressalta a necessidade de voltar para o cotidiano com o intuito de dar significação e possibilitar, do ponto de vista local, a compreensão sobre os acontecimentos.

Com o intuito de compreender a relação entre os conhecimentos, a seguir será abordada a relação entre a história local e a história geral.

1.1.2 A relação entre história local e história geral

No processo de construção do conhecimento é importante que os estudantes, professores e pesquisadores percebam que escrever a história de Alta Floresta (local) não descaracteriza ou minimiza a história do Brasil (geral), pelo contrário possibilita atribuir importância aos acontecimentos, isso se dá quando as vivências e as experiências pessoais são inseridas na escrita da história. A história local tem importância por ter suas bases nas

particularidades dos acontecimentos locais, ou seja, aborda as diferenças, a multiplicidade e apresenta o que há de concreto na dinâmica social, na vivência e no cotidiano (NOGUERIA; SILVA, 2010).

Neves (1997) faz uma relação entre o geral e o local na construção do conhecimento e na escrita da história, em sua perspectiva o local é a faceta de uma realidade mais ampla, já o geral é a totalização de realidades locais. Nas palavras da autora:

Da mesma forma que o passado e o presente estão interligados na produção do conhecimento histórico, o geral e o local se articulam na construção da nossa visão da história. Cada local é sempre um recorte da realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes. O local, fora do contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destruídos de sentidos. (NEVES, 1997, p. 22).

A concepção de local se dá por meio de recortes da realidade, e assim, permite compreender a origem e os aspectos cotidianos, no entanto quando se pensa em uma história geral ou mais ampla o que se têm é a junção das histórias locais para proporcionar o entendimento amplo. O conhecimento geral contextualiza e explica os acontecimentos em torno do local com uma análise mais abrangente, já o conhecimento local produz novas possibilidades em torno do conhecimento por realizar uma análise mais detalhada e minuciosa no espaço e no tempo estudado. A história local, na perspectiva de Neves (1997), não pode ser compreendida sem levar em consideração a amplitude das relações e dos conhecimentos, no entanto, não pode ser ignorada por uma concepção de conhecimento amplo que minimiza as singularidades dos eventos. Assim, há a necessidade de haver um consenso sobre a importância tanto do estudo sobre a história local quanto da história geral, isto é, tanto o estudo da história de Alta Floresta quanto o estudo da história do Brasil, o que torna o conhecimento mais abrangente.

Silva (1999) ao analisar a relação entre história geral e história local verifica a importância desses dois campos investigativos sem desmerecimento, e os considera essenciais para a busca do conhecimento. Segundo Silva (1999):

Por outro lado, a História Geral de um país não pode descer as particularizações e aos pormenores que são próprios da História Local. Por isso, mais uma vez, entendemos que o gosto pela História em geral favorecerá pelo arrastamento o gosto pela História Local. Sou de opinião que a contrária também é verdadeira. (SILVA, 1999, p. 385).

O historiador ao observar a importância da história local, para a escrita da história, faz uma reflexão a respeito de sua importância para a realidade na qual as pessoas estão e

estiveram inseridas. A reflexão de Silva (1999) atribui importância tanto ao geral quanto ao local sem a necessidade de contradição. Essa premissa está em consonância com Neves (1997) e Samuel (1989) por idealizar a possibilidade de uma relação amistosa entre as metodologias de análise. Esta ação é concretizada pelo fato da história geral propiciar o interesse para o estudo local, sendo a recíproca também verdadeira. Deste modo, o estudo dos acontecimentos na perspectiva do geral possibilita que haja interesse e necessidade de explicação que tem como ponto de partida a história local.

Silva (1999) chama a atenção de pesquisadores e estudiosos, quando se aborda o estudo da história local, para a necessidade de sua conexão com o geral, ou seja, para que se possa entender as ações individuais, cotidianas e locais realizadas por um determinado espaço geográfico. Assim, é necessário observar o contexto geral para que a história local não fique desconectada dos acontecimentos mais amplos e externos ao grupo, e aqui efetiva a concordância com o pensamento de Neves (1997) e Samuel (1989). Por exemplo: não se pode analisar a história de Alta Floresta e desconsiderar os acontecimentos nacionais, no entanto é necessário observar a história local e as ações governamentais, os interesses na reocupação territorial, entre outros aspectos que permitem afirmar a coexistência entre a história local e a história geral.

O posicionamento de relação coexistente entre história local e história geral, pensado por Silva (1999), se apoia na busca pelo interesse e estimula o gosto pela aprendizagem da história, tanto local quanto geral. Tal pensamento está em consonância com a perspectiva desta dissertação e isso se dá por valorizá-las, sem desmerecimento e sobreposição do saber ou dos campos investigativos, mas a consideração de que são importantes e proporcionam narrativas e interpretações sobre os acontecimentos.

A ideia de consonância entre o geral e local está presente no pensamento de Nogueira e Silva (2010), que verificam a necessidade e a importância da relação amistosa na escrita da história. Segundo as autoras, “a história local ultrapassa os limites do município e se integra à história geral, não apenas como um dado disperso, mas como parte de um todo mais complexo”. (NOGUEIRA; SILVA, 2010, p. 234). A história local pode ser vista como parte do contexto geral que está sendo analisado, sem supervalorização e sem minimização, no entanto percebê-la como integradora é importante, visto que possibilita a compreensão e a conexão com o geral em torno das vivências do cotidiano. A história local, segundo Assis e Pinto (2019), não elimina ou minimiza a história nacional, ela pretende problematizar e analisar a história nacional, ou seja, pressupõe compreender os diferentes espaços com novas

perspectivas de análise que valoriza as experiências e os acontecimentos que constroem saberes heterogêneos sobre uma mesma experiência

Após considerar que a história local e a história geral não são conflitantes na construção do conhecimento, mas possibilidades que se somam e que coexistem, apresenta-se a seguir, uma análise a respeito do jornal como fonte histórica e os desafios que se apresentam sobre quando se lança mão do jornal como documento que já foi considerado uma "fonte suspeita".

1.1.3 O jornal como fonte histórica: os desafios para o trabalho do historiador

Pensar o uso do jornal na escrita da história é admitir que no Brasil, até a primeira metade do século XX, os historiadores possuíam duas posturas muito distintas em relação ao jornal como documento. A primeira era de desprezo, isso se dava porque o jornal era considerado uma fonte suspeita, já a segunda enaltecia o jornal como repositório da verdade, isto é, a notícia era concebida como relato fiel e verdadeiro (CAPELATO, 1988, p. 21).

Veyne (2008) considera que o historiador ao realizar sua pesquisa seleciona, tanto as testemunhas como os documentos. Para o autor, o acontecimento não se apresenta como uma unidade natural. O jornal é um documento importante para a escrita da história e o mais importante é não perder de vista a análise a ser feita pelo historiador que é quem seleciona o objeto de pesquisa na busca de compreensão dos eventos históricos.

Segundo Veyne (2008), o campo de investigação do historiador aponta para uma possibilidade ampla que tem como característica essencial o acontecimento real. No pensamento do autor "o campo da história é, pois, inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclua tenha, realmente, acontecido" (VEYNE, 2008, p. 24). A visão ampliada sobre o campo de trabalho do historiador permite o uso de reportagens jornalísticas na escrita da história, visto que o jornal é uma produção que traz indícios da vida social cotidiana e dos interesses sociais, econômicos, políticos, culturais ou religiosos de um determinado grupo.

Em relação ao uso das reportagens jornalísticas sobre a colonização de Alta Floresta, seu período de escrita e a mensagem que o jornal pretendia transmitir sobre o norte de Mato Grosso vale a observação que é feita por Kreniski e Aguiar (2011) sobre o compromisso do historiador para o uso dos jornais. Segundo as autoras, "trabalhar com imprensa escrita reside no compromisso da interpretação dos fatos apresentados por ela, aprender a desvendar sua escrita jornalística" (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 3).

Importante considerar a interpretação daquilo que é apresentado nas reportagens bem como a maneira como os acontecimentos são noticiados, pois, somente dessa maneira, é possível identificar os interesses e relações de forças que se cruzam, e apenas a análise detida e atenta permitirá identificar os interesses de grupos que estão contidos na reportagem. Assim, considerar o jornal como documento para a escrita da história requer atenção, visto que os interesses defendidos pelos sistemas de comunicação além de credibilidade e confiabilidade em suas informações também visam lucratividade e interesses diversos muitas vezes não explícitos no texto.

Pinheiro (2015) adverte sobre os cuidados que devem ser tomados para a realização da análise jornalística e aponta a necessidade de observar as estruturas. Segundo a autora, “analisar o corpo do texto é atentar para os esquemas narrativos, descritivos e argumentativos que o compõem, fazendo valer os operadores [...] no exame da temporalidade e das expectativas do leitor projetada no discurso” (PINHEIRO, 2015, p. 134).

O historiador, ao considerar as reportagens jornalísticas como fonte histórica para suas pesquisas, bem como o professor que as toma como ferramenta pedagógica no ensino de história, tem de levar em consideração os discursos que nelas circulam. Importa realizar uma análise minuciosa com o intuito de compreender que além de ser um texto informativo também é um texto ideológico, visto que representa interesses de grupos sociais bem definidos tanto na produção, como na divulgação da notícia.

Segundo Sosa (2005), é importante ao realizar a interpretação ter em conta o contexto histórico. Nas palavras da autora dois tempos precisam ser considerados quando se trata do estudo da imprensa:

[...] um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico. (SOSA, 2005, p. 11-12).

Tendo em vista as palavras de Sosa (2005), é necessária uma interpretação do texto que considere o que está explícito, mas também é necessário observar aquilo que está implícito, ou seja, o que está nas entrelinhas do texto. Esta mensagem existente nas entrelinhas das narrativas jornalísticas, na perspectiva da autora, é compreendida ao considerar a sua vinculação ao tempo histórico.

É importante perceber que o discurso jornalístico, assim como qualquer narrativa, sempre se relaciona a interesses em sua produtividade, por isso o historiador na visão de

Lapuente (2015) deve atentar-se aos objetivos da mensagem jornalística. Segundo o autor, “a existência de um mercado que penetra o periódico é uma constatação que também deve ser levada em conta pelo historiador” (LAPUENTE, 2015, p. 7). O autor considera importante observar o jogo de interesses que o jornal representa.

Tendo em vista as palavras de Lapuente (2015) o professor de história pode trabalhar a história local a partir do jornal como ferramenta didático-pedagógica e ensinar, pela via da análise e da interpretação do que é veiculado, como identificar os interesses dos grupos sociais a ele vinculados.

No intuito de entender sobre a história local e as possibilidades que favorece para que o estudante da educação básica de Alta Floresta tenha compreensão do conteúdo e significação do saber escolar, a seguir realiza-se uma análise sobre o ensino de história. Esta análise observará a importância e a contribuição da história local na construção do conhecimento do estudante.

1.2 O ensino de história local e a aprendizagem discente

O estudo sobre a história local permite a compreensão de novos atores no processo histórico cuja importância, muitas vezes, foi esquecida por diversos motivos, no entanto atuaram na construção da história, na memória do local e não foram valorizados na escrita ou nas homenagens municipais (como nomenclatura de setores públicos). Em Alta Floresta tais destaques foram atribuídos ao que condizia com o discurso de prosperidade, excluindo ou ignorando o restante. Isso pode acontecer, de acordo com Pinheiro (2015), tendo em vista que o evento histórico para um determinado grupo (social, econômico, político, religioso ou cultural) pode não ser necessariamente notável para os outros. Por isso, o estudo sobre o local é importante, justamente, por possibilitar novas compreensões sobre o evento e tentar aproximar a realidade do estudante do conhecimento escolar.

O estudo da história local considerada no ensino de história amplia as perspectivas para o processo de aprendizagem. Na concepção de Prisco, Ribeiro e Bianchezzi (2015) o local tem importância por propiciar a constituição do sujeito e valorizar a cultura local na qual o aluno está inserido.

Ao trazer elementos da História local para sala de aula estabelecendo relações com o regional, nacional, mundial podemos desenvolver essa ‘costura’ a partir de singularidades evidenciando os processos de consolidação e constituição das identidades do sujeito histórico, além da valorização da cultura, formação histórica local. Estaremos, assim, desenvolvendo com as crianças e jovens a percepção das

múltiplas temporalidades históricas, evidenciando as particularidades inseridas em diversos tempos e espaços. (PRISCO; RIBEIRO; BIANCHEZZI, 2015, p. 2).

A história local permite que o estudante estabeleça conexões entre os saberes e valorize as próprias experiências e a formação do local no qual reside. Isso é importante visto que possibilita ao aluno a compreensão sobre as diversas temporalidades tendo sempre como ponto de partida sua própria realidade, bem como a constituição da história do espaço geográfico em que se encontra.

No intuito de compreender a importância de uma sistematização dos currículos da educação básica brasileira e como tal sistematização incide sobre o processo de ensino e aprendizagem, realiza-se, na sequência, uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) com o objetivo de relacioná-lo ao estudo da história local no ensino de história na educação básica.

1.2.1 Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: um olhar para o ensino de história local

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados, segundo aponta Souza Neto (2014) para tornar-se referência aos currículos escolares das unidades de ensino brasileiras. Nas palavras do autor:

[...] o Ministério da Educação visava tornar-se uma referência para elaboração dos currículos escolares, como também servir de subsídio para elaboração das propostas curriculares estaduais e municipais. Os PCN são, portanto, uma proposta do Ministério da Educação para a educação escolar brasileira tornar-se eficiente, fornecendo limites e condições de funcionamento para os currículos na escola, bem como os mínimos conteúdos a serem ministrados nas disciplinas. (SOUZA NETO, 2014, p. 113).

Os PCNs têm como finalidade orientar os Estados e municípios brasileiros na elaboração do currículo escolar bem como oferecer aos seus elaboradores condições de observar o conteúdo a ser ministrado em cada disciplina que compõe a matriz curricular nas unidades de ensino.

O referencial proposto pelos PCNs para a educação básica, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, é propiciar condições de funcionamento curricular das escolas, ou seja, as propostas de conteúdos que podem ser ensinados em cada série de acordo com a faixa etária e a capacidade de compreensão do estudante. Quando voltado para o Ensino Médio os PCNs têm como objetivo garantir a democratização do ensino e propiciar

a permanência dos estudantes na educação escolar possibilitando um diálogo sobre a prática docente entre o professor e a escola. Isso incide na qualidade da educação básica, na inclusão de crianças e adolescentes no ensino escolar e na democratização do ensino e proporciona, no campo da educação do país, a garantia da cidadania aos estudantes, esta entendida como participação consciente dos sujeitos na sociedade (BRASIL, 2006).

A ideia de apresentar ao professor reflexões em torno da prática docente, como é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2006), possibilita novas probabilidades na realização do ensino de história, principalmente no ensino de história local. Isso é ocasionado pela necessidade de inserção de problemas sociais relacionados à realidade do estudante no ensino escolar.

Em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), nota-se o destaque às características regionais e locais de “sociedade, cultura, economia e clientela”. No artigo 26 pode-se ler o seguinte:

Art.26. Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais de sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) confere a importância do estudo das características locais no ensino escolar, tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental, pois tal ação possibilita a valorização do grupo social e das práticas culturais na qual vive o aluno. A valorização não pauta pela homogeneização, mas reconhecimento da diversidade, além de significar o conhecimento cotidiano do aluno com o conteúdo que é ensinado nas disciplinas escolares. Deste modo, a reocupação territorial do norte de Mato Grosso pode ser analisada sobre várias óticas e abarcando a heterogeneidade das experiências que os atores sociais vivenciaram no local. Tal temática quando inserida no ensino de história, possibilita que os estudantes tenham significação dos conhecimentos que advém das memórias, das vivências e, no caso específico desta pesquisa, das reportagens jornalísticas sobre a colonização.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) no que se refere ao sentido da disciplina de história no currículo para a etapa final do ensino na educação básica aponta para a necessidade de atenção ao contexto. Sobre o estudo da História, o documento diz:

Auxiliar os jovens a construir o sentido do estudo da História constitui, pois, um desafio que requer ações educativas articuladas. Trata-se de lhes oferecer um

contraponto que permita ressignificar suas experiências no contexto e na duração histórica da qual fazem parte, e também apresentar os instrumentos cognitivos que os auxiliem a transformar os acontecimentos contemporâneos e aqueles do passado em problemas históricos a serem estudados e investigados. (BRASIL, 2006, p. 5).

Abordar as experiências dos estudantes do Ensino Médio é inserir articulações que constituem um sentido para o ensino de história. Tal ação possibilita que os acontecimentos e os problemas históricos relacionados à reocupação territorial de Alta Floresta possam ser investigados e estudados na escola como possibilidade para a construção do conhecimento discente.

Schmidt (2004) ao falar da relação teoria e prática na aula de história percebe a necessidade da construção de sentido por parte do estudante para a compreensão do conteúdo, ou seja, uma relação entre os interlocutores. Nas palavras da autora:

A sala de aula não é apenas um espaço onde se permite transformações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa. (SCHMIDT, 2004, p. 57).

Schmidt (2004) considera que o ensino é importante visto que permite aos estudantes a construção de novos sentidos, sendo ali o local de propiciar uma relação da teoria, conteúdos trabalhados no ensino, com a prática, a vivência e a experiência cotidiana dos discentes. A relação dos saberes permite que haja uma interlocução, sendo esta, na perspectiva de Schmidt (2004), a importância e a função pedagógica. Schmidt (2004) também chama a atenção para as relações intraclasse, ou seja, as realidades ali vivenciadas que podem ser colocadas como proposta para o ensino escolar para atribuir significado do conteúdo abordado ao estudante.

A concepção de significação tem a finalidade de possibilitar que o discente se torne construtor do conhecimento, esta ideia faz-se presente no PCNEM (2006). No orientativo curricular proposto pelo Governo Federal há o incentivo para que o ensino favoreça que o estudante possa fazer intervenções conscientes na realidade social. Tal intenção pode ser observada no texto do Ministério da Educação (MEC):

Para fazer frente à necessidade vital de formação para a vida, o ensino atuasse pelo conceito de educação permanente, tendo em vista o desenvolvimento de competências cognitivas, socioafetivas, psicomotoras e das que incentivam uma intervenção consciente e ativa na realidade social em que vive o aluno. (BRASIL, 2006, p. 67-68).

A observância às propostas governamentais, para o ensino médio, permite afirmar que a preocupação é a construção do conhecimento para a vida do estudante, pautada na ideia de que serão desenvolvidas as competências relacionadas ao conhecimento e a sociedade. Isso

possibilita que o discente possa intervir na realidade local e social de maneira consciente e pautada na ideia de ação ativa.

Ao abordar a importância do estudo do local no ensino de história como propõe o PCN (tanto para o ensino fundamental como para o médio), Schmidt e Cainelli (2004) enfatizam o estudo do local como renovador e uma motivação, pautado pela experiência, para o conhecimento. De acordo com Schmidt e Cainelli (2004):

A valorização da história local pelos historiadores teve reflexo nas propostas curriculares nacionais, como pode se observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1997-1998) e para o ensino médio (1999), nos quais as atividades relacionadas com o estudo do meio e da localidade são, enfaticamente, indicadas como renovadoras para o ensino de História e salutares para o desenvolvimento a aprendizagem. No entanto uma supervalorização desta perspectiva de ensino também foi alimentada, provocando a ilusão de que a realidade imediata é a única e importante fonte de motivação e desencadeadora de problematização. (SCHMIDT E CAINELLI, 2004, p. 11-112).

O estudo do local no ensino de história como construção de conhecimento, apontado por Schmidt e Cainelli (2004), é visto como importante, no entanto não pode ser supervalorizado para concretizar a busca discente ao saber. Porém, vale ser observado que é ponto crucial para as conexões globais e gerais, visto que o local pode não oferecer todas as respostas, mas é importante para a elaboração de perguntas que propiciam o conhecimento e maiores esclarecimentos sobre a realidade que cerca os estudantes.

Schmidt e Cainelli (2004) fizeram análises de Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos 1997, 1998 e 1999, e observaram que a ideia de um conhecimento que valorize o local e o cotidiano dos estudantes já se faziam presentes em tais documentos.

Esta dissertação, considera a importância do estudo local e do cotidiano dos alunos, seguindo a perspectiva orientada pelos PCNs de 2006:

Perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla permite indagar qual o lugar que o indivíduo ocupa na trama da História e como são construídas as identidades pessoais e as sociais, em dimensão temporal. (BRASIL, 2006, p. 75).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2006) fazem referência às relações sociais mais amplas da sociedade, no entanto não descartam a importância das pessoas e ressaltam a necessidade das indagações sobre o lugar do indivíduo, a construção da identidade pessoal e a relações sociais. Sob esta observação é pertinente uma análise do local, visto que considera as diversidades e possibilita relacionar o aluno e seu cotidiano com o contexto mais amplo sobre os eventos.

A percepção do cotidiano, no contexto escolar, é importante por descaracterizar o considerado “herói” e colocar em igualdade a importância de todos os atores sociais ao longo da História. Deste modo, a narrativa histórica deixa de ser resultado apenas da ação de figuras de destaque e se torna consequência das construções, conscientes ou inconscientes, em torno dos interesses sociais no qual confere importância a todos os agentes (BRASIL, 2006, p.75).

O pensamento de valorização dos indivíduos como agentes sociais proposto por Nascimento Júnior e Guillen (2016) está em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2006), visto que considera propiciar a participação ativa dos estudantes na sociedade.

Ao observar a perspectiva da contribuição da história local para o conhecimento do aluno, pode-se afirmar que ela coopera para o ensino de maneira imediata, pois possui uma amplitude que favorece a aprendizagem. Isso, segundo Bianchezzi, *et al* (2014), pode ser confirmado quando são desenvolvidas atividades nas quais os estudantes realizam pesquisas de campo com levantamento de dados junto à sociedade local com a intenção de identificar vestígios e informações históricas capazes de contribuir para o estudo da História na educação básica.

A história como disciplina da educação básica, principalmente no ensino médio, tem grande importância, pois possibilita a relação construída, socialmente, entre indivíduo, grupo e mundo social. O ensino de história, segundo Barros (2012), possibilita ao aluno refletir sobre seus valores, suas vivências cotidianas e relacionar esses conhecimentos advindos da experiência, com a problemática histórica sem descartar ou ignorar seu grupo de convívio, a localidade, a região, a sociedade nacional e mundial.

A história, de acordo com Rassi e Fonseca (2006) tem suas peculiaridades diante das demais áreas de conhecimento, pois possibilita, no campo da educação escolar e do ensino, um trabalho dinâmico que atribui sentido às ações humanas, tanto no tempo quanto no espaço.

No que se refere à importância da abordagem da história local como processo de facilitação para a aprendizagem, Schmidt e Cainelli (2004, p. 114) observam que as experiências individuais e coletivas do aluno proporcionam a construção da consciência histórica. Nesse sentido, a realidade, a experiência e o saber discente tornam-se indispensáveis.

Após relacionar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2006) com o estudo da história local, no qual foi verificada a importância da abordagem do local de vivência do estudante no ensino de história, será realizada a análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e as possibilidades, dentro desta normativa governamental,

que propicie no ensino de história o estudo do local e o cotidiano dos estudantes da educação básica.

1.2.2 Possibilidades para o ensino de história local na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) propõe que sejam abordadas com o estudante do Ensino Médio ações que estejam relacionadas à área de conhecimento, no caso desta pesquisa Ciências Humanas, isto é, às disciplinas de História, Filosofia, Sociologia e Geografia. Tal ação tem a finalidade de possibilitar ao estudante o diálogo entre os saberes da sociedade com o conhecimento acadêmico. A proposta de diálogo entre os saberes também é construída por pesquisadores da área do ensino de história local, como Albuquerque Júnior (2008) e Barbosa (2006) que percebem a necessidade de análise do local, visto que o sujeito está em determinado espaço geográfico e vive em sociedade, no caso específico desta pesquisa Alta Floresta, que possui experiências e saberes práticos próprios.

A proposta dos historiadores que estudam o ensino de história local sobre os aspectos do grupo social no qual a pessoa está inserida se faz presente na proposta da Base Nacional Comum Curricular (2018) visto que a abordagem de saberes e as distinções culturais engloba a ideia de valorização da heterogeneidade e da alteridade. Tal ideia pode ser observada na BNCC (2018):

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. (BRASIL, 2018, p. 561). (Grifo do autor).

A área de ciências humanas, como propõe a BNCC (2018), torna-se responsável por abordar os conhecimentos sociais, no entanto não descaracteriza a importância do diálogo entre os saberes, seja do indivíduo ou do grupo social ao qual pertence. Esta concepção se torna ampla, e por mais que não enfatiza o estudo sobre a história local, de forma direta, está intrínseco quando se faz presente a concepção de alteridade e de diálogos ente indivíduo e grupos sociais. Ao mencionar o indivíduo já oferece possibilidade para que seja desenvolvido na sala de aula o estudo da história local.

Tendo em vista o que propõe a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, os professores da educação básica de Alta Floresta podem

inserir no ensino de história o estudo de Alta Floresta, abordando sua colonização, seu desenvolvimento econômico, o garimpo, a migração ou, como no caso desta dissertação, o uso de reportagens jornalísticas no ensino de história tendo o olhar específico para o imaginário da prosperidade construído nos textos de jornais.

Schimidth e Cainelli (2004) ao abordar sobre a importância da interpretação da realidade social pelo estudante, consideram como essencial a necessidade da leitura de mundo, tendo como partida sua realidade social. As autoras apontam que: “aprender conceitos históricos é construir uma grade de referência que auxilie o aluno em uma interpretação e compreensão da realidade social, facilitando a leitura do mundo em que vive”. (SCHIMIDT; CAINELLI, 2009, p. 63). Para elas tal aspecto apresenta-se como uma possibilidade para o estudo da história local, que busca significar os conceitos históricos partindo da realidade que o aluno vive.

A ideia de alteridade presente na BNCC (2018) também propicia o estudo da história local. Por exemplo, no processo de reocupação territorial de Alta Floresta permite o estudo dos povos indígenas, dos garimpeiros, dos migrantes agricultores, dos comerciantes, a constituição de uma elite econômica, a constituição das periferias, e no caso desta pesquisa, o imaginário da prosperidade construído nas reportagens jornalísticas.

A concepção de alteridade de Levinas (2000) valoriza o respeito e a não imposição do saber de uma pessoa sobre o conhecimento da outra. Na perspectiva do filósofo “o saber ou a teoria significa, em primeiro lugar, uma relação tal com o ser que o ser cognoscente deixa o ser conhecido manifestar-se, respeitando a sua alteridade e sem o marcar, seja no que for, pela relação de conhecimento”. (LEVINAS, 2000, p. 29).

Levinas (2000) chama a atenção para a necessidade do respeito ao outro e assim, considera a importância do reconhecimento da diferença sem a necessidade de sobreposição de conhecimento e destaca a importância da heterogeneidade na construção do saber. Sua proposta é acomodar o conhecimento do outro baseado no respeito sem imposição social ou cultural. É necessário considerar que o outro possui saberes e este não pode ser menosprezado ou inferiorizado.

A alteridade de Levinas (2000) propõe a não superposição de conhecimento, e assim, respeitar as diferenças de saberes sem menosprezar, no âmbito científico, mas entender que a experiência permite que cada grupo social constitua seus saberes que são proporcionados pelo cotidiano.

Tal ação é possível quando se dá lugar ao conhecimento em história local construído a partir de pesquisas sobre a história de Alta Floresta, mas uma história que contemple os vários

grupos sociais e não apenas os interesses, os anseios e as experiências das elites (econômica, social, política e religiosa), mas quando possibilita, na base do respeito às diferenças, no conhecer outros grupos sociais, outros vieses, outras histórias no processo de migração, outras experiências com o garimpo, outras relações em torno das propriedades rurais, para compreender na perspectiva do outro (como os povos indígenas) o que representou a reocupação territorial, para eles, no norte de Mato Grosso. A proposta de estudar sobre as diferenças e sobre uma história que considere todos os grupos sociais é também levar em conta que quando se educa para a alteridade acontece o respeito ao outro.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) ao considerar a alteridade como necessária na construção do conhecimento reconhece a importância do outro, e de sua experiência de vida. A relação entre as diferenças (sociais, culturais, econômicas, entre outras) aparecem na BNCC (2018) da seguinte maneira:

“O entrelaçamento entre questões sociais, culturais e individuais permite aprofundar, no Ensino Médio, a discussão sobre a ética. Para tanto, os estudantes devem dialogar sobre noções básicas como o respeito, a convivência e o bem comum em situações concretas”. (BRASIL, 2018, p. 567).

A observância do respeito às experiências e o conhecimento que delas advém é um marco central para o ensino da história local, visto que considera o aspecto geográfico no qual o sujeito está situado, e a construção do saber que é adquirida inicialmente da vivência naquele local para posteriormente fazer uma leitura sobre o mundo.

Sobre história local, Assis (2013) considera a contribuição que ela oferece para que os alunos compreendam que a “[...] realidade histórica de sua localidade não está isolada no mundo, mas é parte do processo histórico. Aprendem a valorizar as múltiplas identidades culturais e sociais as quais estão expostos, respeitando-as”. (ASSIS, 2013, p. 3-4).

A normativa governamental para o ensino (2018) destaca a importância do estudo do território, contida aí a ideia de se pensar sobre identidade, região e lugar, e essas são justamente as características que são pensadas quando se propõe o ensino da história local como modo de significação do conhecimento do aluno. Na BNCC (2018) há uma explicação sobre esses conceitos:

Território é uma categoria usualmente associada a uma porção da superfície terrestre sob domínio de um grupo e suporte para nações, estados, países. É dele que provêm alimento, segurança, identidade e refúgio. Engloba as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos de cidades, estados e países, sendo, portanto, esquemas abstratos de organização da realidade. (BRASIL, 2018, p. 564).

Apesar de apontar poucos elementos sobre o estudo da história local, a BNCC (2018) define o que nela se entende por território e admite a importância deste na vida dos grupos sociais. Parece haver aí, exatamente no ponto em que se define território, uma possibilidade de inserir conhecimentos sobre a história local no ensino de história, uma vez que a não abordagem da história local no ensino é indício da manutenção de uma narrativa histórica de um grupo, que busca homogeneizar as características e a população. Nessa trilha Thompson (2002) reflete sobre a necessidade de mostrar a heterogeneidade na sociedade. A ideia de possibilitar novas narrativas sobre a história de um município, por exemplo, favorece outros olhares sobre a história de modo que se dê lugar a outros grupos, e não apenas às elites políticas e econômicas.

Na perspectiva de valorização dos saberes, Neves (1997) compreende os conceitos de história local e identidade social como importantes na construção do conhecimento, visto que o processo histórico e a consciência que cada sujeito tem de si são fatores importantes para uma significação ou relação com outros saberes. Para Neves (1997, p. 14):

[...] por *história local* deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. No entanto, [...] é de se supor que o que está sendo considerado é o **conhecimento histórico**. Neste caso, história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como **objeto** do conhecimento e/ou o local como **referência** para o conhecimento. (NEVES, 1997, p.14). (Grifo da autora).

A história local confere valor aos saberes oriundos da experiência de mulheres e homens de vários grupos sociais, sobretudo aqueles que não são parte de uma elite política e/ou econômica. As vivências, o cotidiano, a cultura e a identidade social de diferentes atores sociais de Alta Floresta tornam-se ponto de partida para a construção de outro conhecimento que não é contemplado no ensino de história.

Ao abordar o conceito de “identidade social” Neves (1997) explica que esta é percebida como consciência que se tem de si, pensando o sujeito como construtor de ações.

Identidade social, [...] implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como sujeito da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é também, objeto da história (ciência). (NEVES, 1997, p. 14).

Pensar a identidade social, na perspectiva de Neves (1997), é fazer a articulação direta entre o conhecimento da história local e o conhecimento de si, colocando o sujeito como ativo e, conseqüentemente, deve ser visto como peça importante na escrita história.

A percepção de que a história local não é um conhecimento menor, mas que pode ser trabalhado juntamente à história geral permite que os jovens estudantes se compreendam como parte da história, como atores sociais importantes.

O uso de novas possibilidades para a construção do conhecimento, tendo como ponto de partida a experiência do aluno, permite que haja uma aproximação da realidade ao conteúdo escolar. Ao falar da importância do cotidiano no contexto escolar Fonseca (2006) aponta que:

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver; logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens. Assim, o ensinar e o aprender História não são algo externo, a ser proposto e difundido com uma metodologia específica, mas sim a ser construído no diálogo, na experiência cotidiana em um trabalho que valorize a diversidade e a complexidade, de forma ativa e crítica. A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas, está viva entre nós. (FONSECA, 2006, p. 132).

A significação do conhecimento construído socialmente é fundamental para que o estudante perceba e valorize a própria realidade. Isso mostra que todo ser humano é construtor de história, sendo assim o trabalho com a história local no ensino da história valoriza e relaciona as experiências dos alunos de Alta Floresta no ensino escolar e assim lhes permite construir um conhecimento a partir de algo que lhes faça sentido. Sob tal perspectiva, no pensamento de Pinheiros (2015), o jornal e a imprensa recebem destaque, visto que tem importância nas releituras possíveis da história e na ampliação do conhecimento.

A BNCC (2018) ao retratar o conhecimento da área de ciências humanas para o ensino médio insere o estudo de fronteira, com toda a sua amplitude categórica e conceitual. Essa ótica da estrutura normativa educacional propõe para o estudante o desenvolvimento da capacidade investigativa sobre o seu lugar no mundo com o intuito de reconhecer as diversidades existentes. Isso pode ser observado:

Assim, no Ensino Médio, o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças. (BRASIL, 2018, p. 564-565).

A proposta de que o estudante do ensino médio se reconheça no mundo possibilita a criticidade sobre o conhecimento buscando a necessidade de significação e mostra a

importância que o estudo da história local desempenha na vida do estudante. Isso se dá pelo fato de valorizar a vivência e atribuir significado e valor perante o estudo escolar.

O orientativo do MEC caminha para uma homogeneização do conteúdo didático que exclui, pelo menos de maneira abstrata, os aspectos individuais de cada grupo social, mas suas explicitações mostram que o local tem sua importância na história, pois é ali que o sujeito está inserido.

Sobre a influência da globalização em direção a uma cultura homogeneizante, Thompson (2002) diz:

Eu acho que a influência da globalização, e as tendências em direção a uma cultura mundial homogeneizada, que é dada pela nossa crescente integração na economia global, fazem com que estamos a fortalecer nossas raízes locais. Um sentido de raiz, de identidade comum, de comunidade pode ser crucial para emitir a ação social local. A história oral pode sem dúvidas dar sua contribuição para isso. (THOMPSON, 2002, p. 27).

No que se refere à valorização dos conhecimentos locais, existe a contribuição da história oral, pois por meio desta metodologia é possível maior participação nas ações sociais, pois o sujeito “comum” se reconhece como construtor da história. No ensino escolar da educação básica em Alta Floresta a valorização local possibilita novas leituras sobre o evento histórico, dá lugar a novas narrativas para a escrita da história, sem prender-se a um eixo unificador e homogêneo que busca a padronização nas narrativas, nas memórias e nos locais de memórias.

A ideia de fortalecimento das raízes locais pensado por Thompson (2002) nos dá lugar para pensar a respeito das questões de identidade e alteridade. Quando alguém se reconhece como pertencente a um determinado grupo social, suas vivências e sua história passam a fazer sentido de maneira mais significativa.

Após verificar o modo como a BNCC (2018) aborda a história local para referenciar os currículos escolares, a seguir apresenta-se a história local no ensino de história como estratégia para a aprendizagem discente.

1.2.3 A história local no ensino de história como estratégia para a aprendizagem

É importante observar que o século XXI vem apontando novos rumos para o ensino de história na escola, tal ação se concretiza pelos educadores perceberem a necessidade de mudanças na abordagem e na metodologia de ensino.

Considerar a existência social dos estudantes do ensino médio de Alta Floresta é essencial visto que coloca os sujeitos como ativos na construção do conhecimento, tal ação atribui importância para as experiências do aluno e possibilita que este tenha significação da teoria e dos conceitos que são abordados na disciplina de história.

Pensar a história local no ensino pode, muitas vezes, ocasionar numa concepção inicial para a criação de outra disciplina na matriz curricular, no entanto a perspectiva no qual o presente trabalho aborda concorda com Viana (2016), que reconhece a necessidade de um olhar para a realidade discente, ou seja, o cotidiano, a experiência e a vivência dos estudantes. Para Viana (2016):

Um dos princípios constitutivos da História Local é possibilitar um olhar indagador sobre o mundo do qual fazemos parte, no intuito de sabermos mais sobre o sentido das coisas. Tanto como conteúdo, quanto como recurso didático, a temática da dimensão local na construção do conhecimento histórico contribui para o desenvolvimento de uma postura investigativa que começa a ser construída no espaço familiar e vai-se ampliando aos poucos. O ponto de partida desse tipo de história são as próprias histórias que integram o nosso cotidiano. (VIANA, 2016, p. 21).

A história local propicia ao estudante da educação básica o questionamento em torno na própria realidade e do cotidiano. A perspectiva do uso do local, não só como conteúdo curricular ou como disciplina escolar, mas também como metodologia de ensino que possibilita ao discente a busca pelo conhecimento, por meio da investigação, pautado na própria vivência e experiência.

A investigação acerca do saber que a história local proporciona ao estudante possibilita estabelecer relações e conexões que a história de vida, familiar ou da sociedade local com os acontecimentos gerais e proporciona ao estudante a significação do próprio cotidiano. A construção do conhecimento que valoriza as experiências dos alunos atribui importância ao saber da comunidade que, muitas vezes, não é inserida no espaço escolar, mas difundido no local e sem relações ou conexões com o geral. Deste modo, o estudo do local no ensino de história, possibilita a criticidade em torno do saber e busca atribuir valor para as experiências vivenciadas pela sociedade.

Observando a importância em torno da realidade no qual os estudantes estão inseridos Schmidt e Cainelli (2004) apontam a necessidade de valorizar o local e as referências que compõe a cultura do estudante.

Atualmente, um dos importantes objetivos do ensino de História é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo. Assim, alguns trabalhos podem ser desenvolvidos, no

sentido de tornar esse conhecimento mais próximo dos interesses e da cultura do aluno. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 114).

A perspectiva de valorizar as experiências e as práticas culturais locais possibilita ao estudante a aproximação em torno do conhecimento escolar, visto que o estudante em muitos casos não conhece os patrimônios nacionais, no entanto conhecem o local e podem aprender a cuidar e relacionar com o conteúdo escolar partindo da própria realidade. Os patrimônios locais se fazem presente em Alta Floresta como, por exemplo, a praça do avião, espaço de memória que retrata a exploração garimpeira, no museu de História Natural, que além retratar sobre os animais locais tem uma sala dedicada à memória da colonização agrícola, a caldeira, a primeira fonte de energia no município. Estes espaços são considerados locais de memórias altaflorestense, isto é, são espaços de memória que fazem sentido para os jovens estudantes.

A realidade discente é muito importante e deve ser inserida no conhecimento histórico escolar, seja como conteúdo escolar ou como metodologia didática, pois possibilita ao estudante conectar sua experiência com o conteúdo curricular abordado no ensino de história. A significação do conteúdo escolar é observada por Schmidt (1999) como importante para que o estudante tenha entendimento dos conceitos históricos e favorece para o desenvolvimento intelectual.

A partir da compreensão de que "conhecer é também atribuir significados", os significados que os indivíduos atribuem a um objeto ou fenômeno da realidade social, dependem das experiências, teorias ou noções que ele construiu e atribuiu a estes fenômenos e objetos durante o seu desenvolvimento intelectual. (SCHMIDT, 1999, p. 150).

Abordar o local no ensino de história é atribuir significação ao conteúdo trabalhado em sala de aula, que compõe o currículo escolar, partindo da realidade do aluno e significando a vivência. Deste modo, as teorias ou os conceitos podem ser relacionados com as vivências dos estudantes e, com isso, favorecer a significação do conteúdo escolar aproximando a realidade discente do conteúdo disciplinar. Segundo essa perspectiva, “aprender conceitos não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o aluno na sua interpretação e explicação da realidade social”. (SCHMIDT, 1999, p. 149).

A conexão com a realidade é importante porque atribui importância a vivência do aluno, deste modo o saber prático é significativo ao saber escolar, diante da experiência, ao conteúdo abordado no ensino de história. Isso se concretiza graças à valorização dos saberes e das experiências de vida do estudante. Ao observar a realidade discente, Bittencourt (2004) aponta a história local como importante para o ensino de história por proporcionar problemas significativos e atuais.

[...] a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história presente. (BITTENCOURT, 2004, p. 168).

A história local no ensino de história é importante por possibilitar a reflexão da realidade discente, isso se concretiza por inserir problemas na construção do saber escolar que são significativos, que fazem parte da realidade e que propiciam o desenvolvimento intelectual do aluno.

Ação de contextualizar e atualizar a problemática do ensino de história possibilita a compreensão discente que percebe que o saber escolar não é excludente do conhecimento social, no entanto se utiliza deste saber, que compõe como ferramenta ou como questionamento que favorece o desenvolvimento do estudante. O ensino de história local é importante por possibilitar a compreensão de uma história plural, democrática e inclusiva. Sendo útil como uma maneira de contextualizar o conhecimento histórico. Esta estratégia pedagógica de ensino, segundo Assis e Pinto (2019), que se utiliza da vivência do aluno e das transformações próprias pelas quais passou a realidade local.

Observar a ação intelectual do estudante pelo local é de suma importância visto que é ali que está o sujeito. Na perspectiva de Barros (2012), valorizar o sujeito como construtor dos fatos e dos acontecimentos, e não como espectador no processo histórico, é possibilitar ao estudante se perceber como integrante da história. Nas palavras do autor:

A História Local permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não lineares, mas permeados de discontinuidades próprias do processo histórico. (BARROS, 2012, p. 2).

O estudo sobre o local permite ao estudante se perceber como construtor e integrante da história, podendo relacionar os acontecimentos históricos com os saberes e as experiências difundidos no local. Esta ação valoriza as vivências discentes e possibilita que o entendimento e a significação em torno dos fatos históricos tendo como ponto de partida a realidade, a vivência e a história que compõe a trajetória discente fora do âmbito escolar. Tal ação é importante por mostrar ao estudante da educação básica que a história do local onde mora, as memórias e os locais de memórias de Alta Floresta também são importantes e não apenas aqueles eventos e as pessoas em destaques pelos “grandes feitos”. Este olhar diferente se dá com a inserção de novas abordagens e novas metodologias de ensino.

Em observância a importância que tem as novas metodologias no ensino de história, a seguir será abordada a imprensa na escola com o intuito de analisar as vantagens e as possibilidades que se tem ao abordar o uso de jornais para o ensino de história local.

1.2.4 A imprensa na escola: o uso de jornais para o ensino de história local

Em observância à BNCC (2018) que propõe que a disciplina de história deve propiciar que os estudantes do ensino médio desenvolvam a criticidade por meio de diversas metodologias, esta dissertação coloca em foco as reportagens de jornais como ferramenta didática para o ensino de história.

Ao relacionar o aproveitamento de outras metodologias para o ensino de história, Schimidt e Cainelli (2004) chamam a atenção para a visita aos museus e a abordagem da história por meio das reportagens de jornais. Esta ação é importante, visto que possibilita ao estudante a aproximação com o conteúdo escolar e valoriza, no ensino da história, o local.

Tendo em vista a importância do uso dos jornais em sala de aula, Manique e Proença (1994) *apud* (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004) estabelece uma sequência que explica a importância do uso de tais recursos no ensino de história.

1. Trabalhar com jornais na sala de aula pode estimular o aluno a ler sobre acontecimentos contemporâneos, bem como desenvolver sua capacidade de interpretação e crítica da história vivida por ele;
2. A leitura e o comentário crítico dos jornais ajuda e favorece a introdução do aluno na realidade local: de seu bairro, de sua cidade, de seu estado, de seu país e do mundo;
3. O debate sobre matérias jornalísticas pode fomentar a troca de opiniões e a construção de argumentação histórica;
4. A discussão auxilia o aluno a ler jornal de forma crítica. (MANIQUE; PROENÇA, 1994 *apud* SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 121).

O uso do jornal no ensino de história proporciona ao estudante o desenvolvimento da criticidade e a leitura de mundo tendo como referência o local no qual está inserido. O trabalho didático com o jornal propicia que o aluno perceba a importância dos meios de comunicação, no entanto deve estar atento as suas informações, esta reflexão se dá, a princípio, pela relação do local com os acontecimentos gerais.

Considerar o jornal como ferramenta didática e atividade pedagógica para o aluno pode despertar o estudante para o gosto pela leitura, e assim integrá-lo aos conhecimentos locais, nacionais e mundiais. Tal conhecimento possibilitará que o estudante possa localizar-se no mundo e compreender o seu papel como cidadão em uma sociedade democrática. Isso favorece sua atuação no meio social em que vive.

O texto jornalístico possibilita a troca de opiniões e com isso o diálogo sobre os acontecimentos, do mesmo modo que favorece o olhar em torno das informações. Esta criticidade se dá pela troca de entendimento do texto, pela relação da somatória proporcionada pelo diálogo e pelas distintas experiências, ou seja, o estudante além dos textos jornalísticos sobre a colonização do norte de Mato Grosso (1976-1983) também desenvolve sua análise pelo conhecimento que foi construído pelas memórias de amigos, familiares e dos locais de memórias existentes no município. Estes conhecimentos propiciam ao estudante questionar as narrativas jornalísticas, os documentos oficiais, os locais de memórias e o imaginário construído sobre o evento histórico com o objetivo de possibilitar que o estudante desenvolva no cotidiano a criticidade.

Em relação à formação para que se construa uma postura crítica, Bittencourt (2012) ressalta a importância da percepção dos alunos como agentes sociais capazes de transformar a realidade. Segundo Bittencourt (2012, p. 19):

O ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. As instruções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. (BITTENCOURT, 2012, p. 19).

A postura crítica que é desenvolvida pelo aluno com relação à sociedade é correspondente e própria da leitura de mundo. Isso é ocasionado pela percepção que ele tem da realidade, tanto do passado quanto do presente. O uso de jornais em sala de aula contribui para o desenvolvimento desta postura crítica, pois permite que o estudante tenha contato, na disciplina de história, com textos que propiciam olhar além do escrito. O aluno, deste modo, consegue desenvolver a criticidade em torno das práticas sociais presentes em seu cotidiano.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), característica do Estado democrático, tem como intenção propiciar que os estudantes desenvolvam uma formação crítica para ter condições de contextualizar os conhecimentos e relacionar, por meio de questionamentos, com a realidade no qual está inserido. A proposta da LDB (1996) é que a educação proporcione o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (BRASIL, 1996, p. 11).

A abordagem com jornais, no ensino de história local é interessante por propiciar que o estudante observa, analisa e desenvolva uma postura reflexiva em torno de informações e conhecimentos que constituem seu cotidiano. Isso possibilita a ressignificação do conteúdo

didático e uma aproximação da realidade social com o conteúdo curricular, isto é, o estudante tem maiores possibilidades de construir o conhecimento quando o ensino escolar tem observância à própria realidade do estudante.

O jornal, na perspectiva de Anhussi (2009), pode ser usado como recurso didático com o objetivo de promover e desenvolver a criticidade nos alunos.

Os jornais impressos ou da Internet representam mais um entre tantos recursos que o professor tem disponíveis em sala de aula entre livros didáticos, cartazes, lousa e giz. O educador pode utilizá-los em suas aulas, gerando informações que poderão promover aprendizagem e favorecer o desenvolvimento crítico e cognitivo dos aprendizes. (ANHUSSI, 2009, p. 38).

Usar o jornal como ferramenta didática deve ser percebido pelo professor como importante para desenvolver nos estudantes o questionamento da realidade em torno das informações jornalísticas. As reportagens jornalísticas também propiciam o desenvolvimento cognitivo do estudante, além de possibilitar para eles informações sobre a sociedade. Isso permite ao estudante, segundo Schimidt e Cainelli (2004), refletir sobre a própria vivência estabelecendo conexões na construção do conhecimento.

O jornal como ferramenta didática ensina tanto sobre a mensagem jornalística (visto que observa o dito, o não dito, a linha de pensamento e os interesses da mensagem) como também ensina que a leitura casual não necessariamente possibilita sua compreensão.

Na perspectiva de Ghilardi (1999), a compreensão da leitura é algo importante a se considerar, pois a leitura apressada de um jornal trará uma compreensão bem diferente daquela que será construída em uma aula de história.

O acesso à leitura – um bem cultural – deve ser oportunizado a todos os cidadãos. Ler a palavra escrita, a palavra oral, a palavra não-dita, implícita no contexto ou em imagem, e depreender o sentido que emana de fatores lingüísticos e extralingüísticos torna-se prioridade na escola e fora dela. O analfabeto, hoje, não é simplesmente aquele que não sabe ler ou escrever, mas o que não compreende os textos que circundam. (GHILARDI, 1999, p. 107).

O acesso à leitura de jornais na escola pode possibilitar a abordagem da interpretação textual e também a compreensão da realidade social, ou seja, o estudante por meio da abordagem jornalística consegue desenvolver a criticidade e a compreensão em torno do conteúdo que é apresentado e do, mesmo modo, possibilita que seja estudado o local no qual o jovem reside.

O uso do jornal na sala de aula é percebido, na perspectiva de Alfredo e Amaro (2012), como uma possibilidade para ampliação de conhecimento do estudante possibilitando relacionar o saber com seu cotidiano.

O jornal é uma fonte de informação que agrega a potencialidade de promover interação entre diversas áreas do conhecimento, proporcionando ao leitor a possibilidade de discutir o assunto enfocado, estabelecer relações entre sua leitura e seu cotidiano e pensar sobre a realidade em que está inserido. (ALFREDO; AMARO, 2012, p. 101-102).

Os meios de comunicação quando usados de maneira pedagógica favorecem o desenvolvimento do estudante, visto que promove a interação entorno do conteúdo e a valorização do cotidiano como mecanismo favorável para a construção do conhecimento, para o apreço pela leitura e para a compreensão da realidade local, regional, nacional e mundial. Os jornais, na concepção de ANHUSSI (2009), são produtivos e é necessário ampliar as discussões sobre o uso de maneira pedagógica com o intuito de contribuir na aprendizagem discente, visto que possibilita melhor qualidade de ensino na formação de um aluno leitor e crítico entorno das informações disponíveis nas mídias e nos meios de comunicação.

Na perspectiva de fazer a leitura sobre o local no qual o estudante está inserido e desenvolver a criticidade ao estudante Pavani (2002), mesmo não relacionada ao ensino de história, explica a importância do uso de periódicos como ferramenta didática e descreve alguns objetivos necessários que entram em consonância com pesquisadores que estudam o ensino de história local. Na concepção de Pavani (2002), utilizar o jornal no ensino é importante por estimular o desenvolvimento intelectual e social do aluno, fazendo um contraponto com a realidade.

- Desenvolver o gosto e o hábito de leitura de jornal;
- Estimular o aluno a se manter informado sobre assuntos de interesse particular e comunitário;
- Estimular o aluno à discussão de sua realidade, desenvolvendo espírito crítico, pensamento lógico e criativo, tendo em vista a formação do cidadão consciente e participante;
- Viabilizar a utilização do jornal como recurso de apoio didático para todas as disciplinas curriculares;
- Promover a integração entre currículo escolar e a realidade do dia-a-dia;
- Conscientizar e promover o exercício da cidadania, discutindo os problemas da comunidade e buscando soluções;
- Atender à proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que indicam a utilização dos “Textos do Mundo” nas salas de aula. (PAVANI, 2002, p. 22).

Para Pavani (2002), o uso do jornal no ensino é importante por permitir que se desenvolva o senso crítico do aluno sobre a sua realidade social, e a integração no currículo de ações cotidianas que constrói uma proposta pedagógica e problematiza ao conteúdo escolar tendo como partida a experiência da sociedade local.

É importante que o estudante atue de maneira consciente, busque soluções para os problemas cotidianos para o grupo social, tal ação entra em harmonia com a LDB (1996), com a BNCC (2018) e com o PCNEM (2006), visto que as propostas governamentais para o

ensino são pautadas na construção do conhecimento, na valorização do saber local, na criticidade e na relação do saber escolar com a sociedade. A história local, neste contexto, também favorece a criticidade do estudante e desperta o interesse para o conteúdo escolar pautado no cotidiano.

O desenvolvimento do cidadão crítico e participante na sociedade pensado pela LDB (1996), pelo PCNEM (2006) e pela BNCC (2018) propicia, na perspectiva de Kosouski (2016), um cidadão que se identifica com o local e que consegue, partindo de sua vivência, fazer uma leitura do país e do mundo.

Nesse sentido, o estudo da história local é ponto de partida para uma história comprometida com a formação e construção de um ser crítico, envolvido com sua memória e com a memória coletiva, não como “mero localismo”. Diante do proposto, mesmo que o aluno (a) não se identifique com o local, é convidado a conhecer a história a partir do local, principalmente da cidade onde vive, devendo configurar-se assim como partícipe desse processo, como um sujeito histórico. (KOSOUSKI, 2016, p. 5).

O estudo da história local é ponto de partida para o comprometimento do estudante na formação crítica enquanto cidadão, visto que envolve as memórias e a participação nas ações entorno da realidade que se encontra. Isso não é “localismo”, mas a tomada de consciência de sujeito atuante capaz de contribuir, modificar e participar nas decisões da sociedade.

A proposta do ensino de história é promover a interação da realidade do estudante com o conteúdo didático que é apresentado na escola. Aos discentes que não possuem esta interação segue o convite do conhecimento, com o intuito de mostrar a importância do local no cenário nacional, mas principalmente incitar nos estudantes a importância da participação ativa na sociedade. Isso se efetiva primeiro pelo conhecimento do local e a possibilidade de relacioná-lo de forma mais abrangente para que possa ser compreendido tanto o processo local quanto a relação com as informações mais amplas de saber.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo apresenta as políticas de reocupação dos considerados “espaços vazios”, ou seja, regiões com baixa densidade demográfica (Centro-oeste e Amazônia), como era considerado pelas autoridades políticas durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985). A decisão de reocupar advinda do Estado desconsiderou a presença dos povos indígenas e de “posseiros” para incentivar à migração com o objetivo de ampliar à produção agrícola para, discursivamente, promover à circulação do capital e expandir a economia nacional.

Após considerar a reocupação no governo de Getúlio Vargas e nos governos militares será apresentada algumas considerações sobre a história agrária de Mato Grosso na década de 1970, do século XX, e sobre as políticas de reocupação das fronteiras com destaque à presença da iniciativa privada que se deu a partir de meados da década de 1970, tal ação tinha o intuito de efetivar os projetos agrícolas no norte do Estado de Mato Grosso⁷ e promover a migração de agricultores, ou pessoas pré-dispostas ao trabalho na agricultura para as áreas das colonizadoras privadas.

Este segundo capítulo se encerra com a análise das reportagens jornalísticas⁸, que circulavam no período, observando as informações sobre Alta Floresta. Esta apreciação observará as notícias jornalísticas que retratavam as regiões de reocupação territorial desenvolvidas pelas colonizadoras e a construção do imaginário da prosperidade suscitado pelos textos de jornais.

Com o objetivo de compreender a proposta de reocupação territorial, a seguir será realizada uma análise sobre a concepção do considerado “espaço vazio” no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e no governo dos militares (1964 – 1985) para compreender as políticas de reocupação territorial.

⁷ “A divisão do Estado de Mato Grosso, promulgada no ano de 1977, é um marco da coroação da luta separatista promovida por nortistas e sulistas em embates políticos, ideológicos e até mesmo físicos que perdurou por cerca de cem anos. Fatores socioeconômicos e políticos distintos aliados à força política e econômica dos fazendeiros do sul de Mato Grosso, contribuíram para o nascimento de ideias divisionistas, e colaboraram para a posterior separação das regiões Norte e Sul do estado” (CORREA, 2014, p. 1).

⁸ Foram analisadas reportagens cujo jornal está disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital e no acervo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR-UFMT) localizada no campus de Cuiabá – MT.

2.1 A ideologia de “espaços vazios” e as políticas de reocupação territorial no século XX

Durante o século XX, no Brasil, as ações do Governo Federal se deram principalmente no incentivo à expansão populacional pelo território brasileiro. A tônica do movimento político se dava em torno da reocupação dos considerados “espaços vazios” e da ampliação do capital nas áreas com baixa produtividade e com potencial para se tornarem muito mais produtivas economicamente. Tais espaços não estavam desocupados no sentido humano, como analisa Martins (2018). Para o autor, o processo de reocupação territorial e com o processo de expansão capitalista no Brasil, em geral, resultou no massacre das populações indígenas.

O movimento de expansão territorial que, invariavelmente, resultou e tem resultado no massacre das populações nativas, sua drástica redução demográfica e até seu desaparecimento. O deslocamento progressivo da *frente de expansão* tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o de sua expansão territorial. Um *outro momento desse modo* de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas *frentes pioneiras*. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão. (MARTINS, 2018, p. 24) (Grifos do autor).

O Governo Federal incentivou, por meio das políticas de reocupação territorial, o processo migratório para as consideradas localidades “vazias” com amplas possibilidades para o desenvolvimento econômico não só da região, mas também das pessoas que migraram. Esse processo é denominado por Martins (2018) como frente pioneira. A ampliação das localidades em que se efetivou o processo migratório juntamente com a reprodução do capital é conceituada pelo autor como frente de expansão.

O deslocamento populacional, no sentido capitalista de ocupação, que visa a ampliação produtiva e econômica para o mercado, seja ele nacional ou internacional, resultou no confronto, pelo espaço territorial, com os povos tradicionais. Os indígenas, não foram considerados na ação de reocupação pelas políticas do Governo Federal e pela logística capitalista, como população nacional, ocupante e detentora do território. Nesse sentido, esses grupos sociais étnicos tiveram suas histórias transformadas ao sofrerem toda forma de deslocamento e extermínio de suas populações.

A proposta do Governo Federal de reocupação do território considerado “vazio” favoreceu a migração, porém as propostas e práticas eram distintas quando se observa a proposta de expansão agrícola de Vargas comparada com a dos militares. Ao analisar as políticas de reocupação territorial destes governos, Vieira e Joanoni Neto (2008, p. 31), mostram que a proposta dos militares era o incentivo para o capital estrangeiro.

O discurso de integração nacional por meio da incorporação dos “espaços vazios” – que consiste em desconsiderar territorialidades indígenas (imemoriais), dentre outras, como a dos caboclos da borracha – a economia de mercado foi o elemento estruturante de uma política de Estado levada a cabo pelos militares que tomaram o poder em 1964 e que, diferentemente de Getúlio Vargas, dada a conjuntura da divisão internacional do trabalho, tinha por objetivo ocupar a Amazônia a partir de Mato Grosso, abrindo espaço para incentivo do capital estrangeiro. (VIEIRA; JOANONI NETO, 2008, p. 31).

O discurso do Governo Federal, no governo militar, era de integração da Amazônia com baixa densidade demográfica ao restante do território brasileiro, o que justificava as políticas e os incentivos para a reocupação territorial. Outra característica, de acordo com Oliveira (1991), era a necessidade de exploração dos recursos minerais existentes no Brasil, aliando-se ao capital estrangeiro na intenção de internacionalizar os recursos formando assim a tríade que sustenta o Estado Brasileiro: empresas estatais, grupos nacionais e grupos estrangeiros.

A preocupação com a reocupação dos considerados “espaços vazios” no território brasileiro é algo que perpassa o século XX, nos governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e dos militares (1964 -1985), para isso criaram políticas públicas que fomentaram o interesse migratório para as regiões que de acordo com o discurso corrente naquele período possuía baixa densidade demográfica e baixa participação na economia nacional.

Para melhor compreender o assunto a ser tratado, este capítulo está dividido em três subcapítulos: no primeiro a abordagem se volta à concepção dos “espaços vazios” e a reocupação territorial no governo de Vargas, no segundo, a expansão agrícola e reocupação territorial no governo militar e, por fim, será explicado quem era o migrante brasileiro no século XX.

Na sequência, falar-se-á sobre a expansão agrícola no governo de Getúlio Vargas.

2.1.1 A concepção de “espaços vazios” e a expansão agrícola no governo de Getúlio Vargas

No Estado getulista, a expansão demográfica nos sertões do território nacional se deu também a partir de políticas de reocupação territorial. A proposta de Getúlio Vargas, de acordo com Arrais (2016), era realizar uma unidade no país, e tendo em vista tal objetivo criou-se a Marcha para o Oeste, numa tentativa, dentre outras coisas, de controlar tanto o território, quanto à população. Para esse controle houve um planejamento que tinha em foco incentivar a migração, sem perder de vista a criação de uma ‘unidade nacional’.

A unidade nacional, proposta pela Marcha para o Oeste, visava à reocupação dos

espaços considerados “vazios”. Com esse objetivo “a Marcha para Oeste foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia”. (CALONGA, 2015, p. 27). A proposta de Getúlio Vargas era de fazer a união entre os sertões com o litoral. Em relação a Marcha para o Oeste, Oliveira (2008, p.16) considera que:

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon. (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

O objetivo de Vargas era a integração do homem ao território nacional que necessitava ter suas potencialidades exploradas. E assim a proposta de expansão e reocupação territorial ganhou força em seu governo, tendo a reelaboração do bandeirantismo no Brasil apresentada, pelo próprio presidente, com o sentido da brasilidade.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938, p. 124).

A Marcha para o Oeste recebeu tamanho destaque que passou a ser representada, por parte do Governo Federal, como característica marcante dos brasileiros em busca de tornar as localidades com maiores produções agrícolas cultivando a terra e desenvolvendo o “progresso”, além de buscar e assegurar o domínio do território nacional. Estas perspectivas de reocupação são apontadas por Guimarães Neto (1986) quando descreve a migração e as expectativas dos colonos em relação a Alta Floresta.

A nova proposta do bandeirantismo destacara que se devia manter a unidade nacional e propiciar a exploração das riquezas das localidades distantes da região litorânea. As bandeiras do século XX que visava a incorporação do oeste brasileiro ao território nacional, de acordo com Calonga (2015), mostra que o governo investiu em divulgações, as chamadas propagandas, para apresentar e desmistificar as localidades nas quais se pretendia reocupar. Para isso cita o Jornal do Comércio e apresenta a seguinte nota:

A recuperação do oeste brasileiro:
O Chefe do Governo, falando ao país, sintetizou numa fórmula expressiva os rumos da verdadeira política nacional em relação a esse palpitante problema. Indo ao encontro das mais caras aspirações nacionais, proclamou a necessidade da “marcha para o oeste”, reconhecendo assim o valor dos empreendimentos anteriores. Os objetivos das novas bandeiras não se reduzem, porém, aos simples capítulos dos

desbravamentos de inspiração heroica, realizados à custa de ingentes sacrifícios e tão somente compensados por ensaios literários de fidelidade assaz precária. O rumo, há pouco aponta aos líderes da nacionalidade, abriu novas perspectivas ao problema da incorporação efetiva ao nosso patrimônio espiritual e econômico de todas as opulentas reservas do oeste brasileiro. Para que a ação civilizadora do homem se firme e frutifique permanentemente nessa região, urge que as energias vivas da nação se conjuguem numa política de sabia ocupação, estabelecendo eficientes ligações vinculadoras da alma de todos os quadrantes do Brasil e tudo submetendo ao império de nossa atividade⁹. (Jornal do Comércio, 13/02/1942 *apud* CALONGA, 2015, p. 131).

Na época foi um sistema de comunicação local que incentivava a política de integração nacional e também a “ação civilizadora”, esta última sendo vista como ação heroica e de sacrifício realizada pelos migrantes. O alcance do jornal era local, no caso de Mato Grosso, e pretendia difundir o discurso oficial de reocupação territorial e inserção da produtividade agrícola comercial.

A Marcha para o Oeste teve a preocupação de reocupar o território, mas também propiciar à produtividade das localidades distantes do litoral, para isso necessitava mostrar aos agricultores as vantagens e a prosperidade que o local poderia oferecer e, com isso, favorecer o processo migratório para as “novas” áreas consideradas extremamente produtivas.

A reconfiguração das bandeiras não descaracterizava os movimentos de expansão territorial anterior, pelo contrário, do ponto de vista de Ricardo *apud* Arrais (2016), as ações anteriores foram essenciais para salientar a ação das bandeiras na história brasileira.

A origem da democracia, no Brasil, está na bandeira e daí o motivo por que me detenho mais nesse fenômeno. A ideia do governo forte para realizá-la, também. Este não é, entre nós, uma invenção de última hora, mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido. (RICARDO, 1940 *apud* ARRAIS, 2016, p. 7).

O pensamento de Ricardo *apud* Arrais (2016) valoriza as bandeiras como precursora dos movimentos territoriais no Brasil, além de atribuir a elas a reponsabilidade de ter a reocupação como uma ação democrática que sustenta o Estado brasileiro e que ocorreu em Alta Floresta.

Ao pensar o incentivo, do Governo Federal para a migração, ou seja, para as localidades com baixa densidade demográfica, Castro (2002) fala sobre a existência de relação conflituosa nesse território caracterizado como fronteira.

Ao promover a entrada de agricultores numa área de fronteira brasileira o Governo Federal preparou, na realidade, a estrutura de posse legal da terra de maneira que permitiu sua apropriação pelos novos agentes econômicos que chegaram à região. Demarcando os espaços a serem utilizados pelos diversos agentes sociais antigos e novos (reservas ecológicas, sociedades indígenas, extrativismo vegetal e mineral, áreas para grandes projetos agropecuários, áreas de colonização, forças armadas), o

⁹ O Jornal do Comércio (1942) está disponível no Instituto de História de Mato Grosso do Sul.

Governo Federal acabou por ser o grande responsável pelos conflitos notórios e pela violência, presentes nestas áreas de fronteira. (CASTRO, 2002, p. 16).

A ideia capitalista de reocupação descaracterizou os aspectos das vivências e trouxe conflituosas relações, visto que os interesses e as atividades desenvolvidas nessas áreas, bem como os aspectos culturais, eram distintos. Na visão de Castro (2002, p. 41), “[...] a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Governo Federal se faz presente, direta ou indiretamente, em todos os níveis”.

Ao analisar os aspectos conflituosos e os múltiplos interesses que se cruzaram nas regiões de fronteira, Turner (2004) compara o que ocorreu no Brasil no período em estudo com o processo de ocupação do oeste norte-americano.

A exploração de animais selvagens levou caçadores e mercadores para o Oeste, a exploração dos pastos levou o rancheiro para o Oeste e a exploração do solo virgem dos vales dos rios e dos prados atraíram o lavrador. O bom solo foi o atrativo mais recorrente da fronteira dos lavradores. A ânsia por terras da gente da Virgínia levou-os rio abaixo até a Carolina, nos primeiros tempos coloniais; a busca de terras levou os homens de Massachusetts à Pensilvânia e a Nova York. À medida que as terras no Leste eram ocupadas, a migração fluía mais além rumo ao oeste. (TURNER, 2004, p. 38).

A ideia de ocupação norte-americana e que esteve sustentada no Brasil no século XX, foi a necessidade de explorar localidades que não contribuía economicamente na visão das políticas territoriais que tinham a necessidade de ampliar os domínios do desenvolvimento que a reocupação proporcionava e, ao mesmo tempo, consolidar a permanência das pessoas nas áreas de colonização.

A reflexão de Turner sobre a reocupação territorial nos Estados Unidos da América é, (apesar de períodos distintos) o que sustentou a expansão territorial no Brasil, além é claro de pensar as regiões consideradas como “sertão brasileiro” como possibilidades econômicas para o mercado nacional e internacional.

Sobre o “sertão brasileiro” Lenharo (1986, p. 72) diz:

O sertão é tomado como a 'reserva da brasilidade', o 'facies típico inconfundivelmente brasileiro'. No sertão pobre e esquecido encontra-se a 'reserva moral do país'. Já o litoral (as cidades) apresentam-se estandarizadas, padronizadas arquitetonicamente e moralmente, mancomunadas com o capitalismo internacional e submetidas à sua influência dissolvente. A dimensão esquizofrênica se explicita na dicotomia puro/impuro, espiritual/material. Idealmente, a Nação está no sertão; seu isolamento, sua pobreza, seu 'atraso' lhe garantem a pureza original. A cidade é o domínio da matéria, da intoxicação capitalista. Entretanto, materialmente ela também é Nação. (LENHARO, 1986, p. 72).

A reocupação de terras distantes dos centros urbanos e comerciais surgiu como possibilidade para o setor econômico e para a garantia da presença populacional em todo

território nacional. A ideia da reocupação também fomentou a migração dos grupos pobres que viviam economicamente à margem, sem mexer com os grupos dominantes.

Em Alta Floresta buscou-se, por meio das iniciativas de reocupação territorial, a integração à produção econômica nacional. Tal ação “desenvolvimentista” desconsiderou os povos indígenas negando sua brasilidade.

A ideia de reocupação do território brasileiro do governo Vargas não se tornou distinta no governo militar, no que se refere a ocupar os “espaços vazios”, mas foi diferente em outros aspectos, visto que, para os militares a integração territorial foi vinculada à ideia de segurança nacional sustentada no slogan “Integrar para não entregar”, como se verá a seguir.

2.1.2 A expansão agrícola e reocupação territorial no governo dos militares

O pensamento de reocupação territorial do governo de Getúlio Vargas, de acordo com Oliveira (1991), foi adotado pelo governo militar (1964 e 1985) e convencionou no país a ideologia de “segurança com desenvolvimento”, que tinha como objetivo a ampliação capitalista com a ideia de garantir a segurança nacional. Os militares vislumbraram a possibilidade nacionalista de ocupação e abordaram a mesma concepção getulista enfatizando o aspecto nacionalista, com o slogan “Integrar para não entregar”, e possibilitaram uma ação fortemente capitalista com o objetivo de reocupação.

Oliveira (1991) ao explicar o slogan de reocupação adotado no período militar diz que o “[...] o lema “integrar” significava abrir os caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios e multinacionais”. (OLIVEIRA, 1991, p. 31). Para o autor os militares adotaram a ideologia do Projeto Rondon como possibilidade de implementar a internacionalização dos produtos nacionais. Para Oliveira (1991):

O Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que esclarecemos desde já a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: “integrar para entregar”. Como se vê, o Projeto Rondon também fazia parte da estratégia pseudonacionalista com que os militares tentaram convencer a sociedade civil e particularmente a juventude brasileira de seus planos desenvolvimentistas. (OLIVEIRA, 1991, p. 32).

A proposta militar de integração da Amazônia aprovava a inserção do sistema produtivo e, deste modo, possibilitava que a economia nacional crescesse com o aumento participativo na produção econômica do país, e este movimento foi essencial à construção do

projeto desenvolvimentista das regiões de reocupação.

O que se pretendia, neste processo de reocupação territorial por iniciativa do Governo Federal, era a colonização. Ao refletir sobre a colonização, Castro (2002) a define como modo de ocupação territorial realizada por indivíduos de outros lugares tendo como iniciativa o planejamento governamental. A tratar sobre o tema da colonização, Castro (2002, p. 41) diz:

A **colonização**, em seu sentido amplo, é o processo de ocupação de uma área realizado por indivíduos de fora, colonos. Este conceito mais amplo na realidade confunde-se com povoamento. Mas em um sentido mais estrito, a colonização é um povoamento precedido de planejamento governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está estritamente relacionado à apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalhador livre enquanto classe social. (CASTRO, 2002, p. 41) (Grifo da autora).

Na perspectiva de Castro (2002), colonização de modo estrito é uma ação de reocupação planejada com a participação governamental para efetivação migratória e econômica. Em Alta Floresta, a participação governamental deu-se em parceria com empresas privadas que visavam transformar localidades de matas e com baixa densidade demográfica e econômica em localidades de produção agrícola. Essa apropriação privada do uso do solo possibilitou a compreensão das vendas territoriais do norte mato-grossense com o objetivo de favorecer a produtividade agrícola.

A perspectiva de colonizar os territórios, pensada pelo governo militar, fez com que a Amazônia se tornasse o foco inicial em possibilitar a migração populacional, necessidade do discurso nacionalista no lema “Integrar para não entregar” e a necessidade discursiva de segurança nacional sobre o território que na perspectiva de Barrozo (2008, p. 24) é percebida como proteção e segurança do territorial.

Nos últimos 30 anos, o Governo Federal e Estadual planejou e executou uma política agressiva de ocupação da região Amazônica, considerada por eles um “vazio demográfico”, o qual devia ser ocupada para produzir o mercado. A ocupação também era justificada pelos governantes por razão de segurança nas fronteiras com os países limítrofes da Amazônia. (BARROZO, 2008, p. 24).

Sobre o tema colonização há proximidade nos modos como Barrozo (2008) e Castro (2002) o compreendem, quando consideram que a colonização e o povoamento dessas áreas devem ser tomados conjuntamente no processo desigual de expansão capitalista.

O Governo Federal, para Barrozo (2008), necessitava de meios para efetivar a colonização e fazer com que as localidades tivessem aumento populacional e econômico, além da garantia de segurança nacional sobre o território reocupado. A ideia de preservação

das fronteiras possibilitou que o governo viesse a fomentar políticas públicas que incentivasse a migração no território nacional, por meio de vendas ou em assentamentos em terras devolutas. Em Alta Floresta o processo de ocupação foi semelhante, visto que, visava à migração e conseqüentemente aumento populacional e econômico do norte de Mato Grosso. Essa política de reocupação fez com que produtores paranaenses, crendo no imaginário da prosperidade que foi difundida com o intuito migratório, viessem para as “novas” localidades agrícolas para tornar essas regiões férteis em grandes produtoras, a princípio, de café.

Esses paranaenses que pretendiam a prosperidade do norte do Mato Grosso tinham que comprar suas propriedades, só então poderiam efetivar a prática com a produção agrícola apreendida por meio da experiência de vida.

Ao falar sobre a venda de propriedades em Mato Grosso, Heist (2008) aponta as garantias de desenvolvimento e prosperidade que a reocupação territorial proporcionava ao local, mas também aos migrantes.

A venda de terras representava para o Estado, como assinalam os discursos oficiais através da documentação pesquisada, a saída do seu estágio de território pouco povoado, semi-isolado, não integrado ao restante do país. E, ainda, assinalavam os ganhos econômicos, isto é, o aumento da receita. Assim, esperava-se com tais vendas de terras povoarem os designados “espaços vazios” bem como absorverem lucrativas somas para a economia de Mato Grosso. (HEIST, 2008, p. 83).

A historiadora ao falar sobre as vendas territoriais dos “espaços vazios” no norte de Mato Grosso mostra uma saída para as localidades não integradas ao setor econômico nacional por suas distâncias, mas principalmente, pela baixa densidade demográfica. Neste ato de vendas territoriais encontra-se Alta Floresta vista como gestora da colonização a empresa Indeco que comercializava com o intuito de tornar a região, sob sua concessão, em produtora agrícola somando à economia do Estado de Mato Grosso.

O aumento produtivo com a ocupação do “território vazio” era de grande importância para os estados em que as políticas agrárias estavam sendo efetivadas, além de possibilitar para as localidades com alto índice demográfico soluções em conflitos pela terra. Assim, de acordo com Barrozo (2008), a política de reocupação e povoamento da Amazônia e do Centro-Oeste resolveria os problemas agrários, principalmente no Nordeste e no extremo Sul do território brasileiro, área que o Governo Federal pretendia implementar a modernização agrícola.

Pensar a migração, como possibilidade para reocupar os espaços, é justamente conhecer a respeito dos atores sociais sob o conceito de “migrante”.

2.1.3 O migrante brasileiro no século XX

A população migrante buscava, na concepção de Santos (1994), as transformações que não são possíveis com a permanência. Para a autora, são considerados migrantes os atores sociais que se deslocam de um lugar para outro em busca da tão sonhada “vida melhor”, e esta por sua vez, só é encontrada a partir do momento em que conseguem um lugar para se fixar, porque parece que tudo que procuram é, na verdade, criar raízes, prosperar, levar a vida adiante e conquistar os seus sonhos, que, via de regra, no caso de Mato Grosso, pode ser traduzido na conquista de uma área de terra, mas que também pode ser um emprego, uma casa, um carro, educação de qualidade para os filhos, saúde, segurança, etc. Somente após a fixação é que a transformação em suas vidas é possível. Nessa perspectiva é que os antigos moradores de Alta Floresta migraram de suas regiões.

Sobre o conceito de migração Santos (1994) diz o seguinte:

A migração pode ser entendida como o movimento da população pelo espaço. Esse movimento relaciona-se às transformações econômicas, sociais, políticas que ocorreram em diferentes lugares. Por isso, o seu significado e as suas motivações variam tanto no tempo como no espaço. (SANTOS, 1994, p. 6).

Migrante é quem busca novas possibilidades para sua vida e de sua família em novos espaços, galgados por motivações distintas ao longo do tempo. Esta concepção de migração caminha em direção ao que Guimarães Neto (1986) considera sobre o migrante. Para ela o migrante é quem sai de sua morada, seja de seu lugar de origem (nascimento), seja de outros lugares para onde já tenha se deslocado anteriormente, na busca de novas perspectivas para a vida em localidades distantes. “O migrante é aquele que não tem escolha – ele é mais um no turbilhão da pobreza, à procura de uma luz para sair de um mundo sem respostas”. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 12). Apesar das dificuldades, cada migrante ao sair de suas localidades de origem possuía uma motivação própria para a busca da terra, levando consigo muitos projetos e aspirações.

O migrante apresentado por Guimarães Neto (1986), que foi para o norte de Mato Grosso na década de 1970, buscava escapar das dificuldades que a sua localidade de origem o obrigava a enfrentar percebendo as novas localidades apresentadas, pelo Governo Federal e pelas colonizadoras, como promissoras. Na busca de “melhorar a condição de vida”, os migrantes perceberam que tal projeto poderia ser a solução para suas dificuldades e nova possibilidade para o futuro.

A propaganda apresentada pela colonizadora, direta ou indiretamente, com o intuito

de propiciar a migração fez nascer o imaginário da prosperidade nas localidades de reocupação, esta construção os migrantes faziam com as perspectivas de migrar para melhorar a situação econômica, assim o novo lugar figurava para eles e elas como um lugar de redenção, de transformação total de suas vidas. Eles e elas apostaram tudo o que tinham nesse novo lugar e migraram para Alta Floresta com a intenção de construir uma “nova vida”, deixando todas as dificuldades para trás.

Guimarães Neto (1986) quando fala sobre o imaginário, criado para fomentar a migração, destaca a fascinação como possibilidade para a atração às áreas de reocupação.

[...] o deslocamento para a Amazônia aparece para o lavrador como a possibilidade de ir para o encontro da terra desconhecida e, por isso mesmo, fascinante. Essa construção imaginária em como fulcro principal a crença na riqueza: atração e fé se mesclam nesta visão do novo que tem como essência a promessa de vida melhor. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 19).

A migração surgiu como proposta promissora e assim se tornou atrativa para motivar mulheres e homens a se deslocar para novas localidades efetivando novos núcleos de trabalho com a agricultura e favorecendo o desenvolvimento, no sentido de produção capitalista.

A apresentação para os migrantes como possibilidade de riqueza das novas regiões é anunciada pela empresa de colonização para atender o agricultor, aquele que acreditava em uma “nova vida” de prosperidade e riqueza. Ao falar sobre as propagandas da prosperidade realizadas pelas colonizadoras do norte de Mato Grosso, Guimarães Neto (1986) considera que “tudo vinha alinhavado, e o futuro de riqueza apresentava-se como resultado desta ‘nova opção’, frente a um mundo que, em uma construção ideológica, já nascia para atender o agricultor: - (...) tudo que sua família precisa para uma vida melhor” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 23).

A divulgação de superação e a expectativa de melhorar a condição econômica despertou nos migrantes o interesse de se aventurar em uma proposta que o Governo Federal acreditava ser a melhor solução para ocupar os espaços. A política de reocupação por meio da migração, no governo de Vargas, se deu por incentivo à iniciativa pública, já no que se refere ao período militar tem a princípio uma tentativa com a iniciativa pública, mas a partir de meados da década de 1970 ocorreu a parceria do setor público com empresas privadas.

A migração como solução de conflitos pela terra, para Rosa (2003) não surtiu somente efeito positivo, sendo o fator essencial para a abertura da colonização privada, visto que, houve o abandono das terras dos colonos por baixa condição de sobrevivência e adaptação em meio à floresta amazônica. Deste modo, as empresas privadas de colonização, de acordo com Rosa (2003) eram encarregadas da construção da infraestrutura básica além de

se responsabilizarem-se sobre as vendas e as propagandas das terras que objetivava o convencimento para a migração e a fixação das pessoas, com suas famílias, nas novas propriedades. Assim, o Governo Federal abriu a Amazônia para os projetos de colonização, considerada por ele, ordenada e sob controle e tutela do Estado.

O novo modo de reocupação, a colonização privada, que surgiu na região amazônica em meados da década de 1970 proporcionou a parceria entre o governo e as empresas colonizadoras, como serão mostradas a seguir ao abordar a questão agrária em Mato Grosso.

2.2 A questão agrária em Mato Grosso na década de 70 do século XX

A política de reocupação territorial se ressignificou na década de 1970 e passou a ter novos modos de efetivação do projeto agrícola implantado no norte de Mato Grosso. A nova proposta tinha como base uma parceria entre o Governo Federal e as empresas privadas que objetivavam a inserção agrícola e o “desenvolvimento” econômico no norte do Estado.

A parceria possibilitou a criação dos municípios de Sinop e Alta Floresta, fruto da relação do setor público e o privado com o objetivo da efetivação dos migrantes, principalmente do sul do Brasil, no norte mato-grossense e, conseqüentemente, implantar um projeto agrícola que viria ser referência aos demais.

Para melhor compreender o aspecto de ocupação privada, este item será dividido em três subitens assim constituídos: 2.2.1 no qual será abordado as políticas de reocupação territorial pela iniciativa privada, no norte de Mato Grosso e o esforço das empresas privadas para fomentar o “desenvolvimento” agrícola; 2.2.2 em que será discutido o modo como foi representado a ideia do “progresso” na região do norte de Mato Grosso em textos jornalísticos, tanto os que circularam em Mato Grosso como em outros estados brasileiros; e, por fim, 2.2.3 que abordará sobre a construção do imaginário da prosperidade em Alta Floresta construído nas reportagens jornalísticas.

2.2.1 As políticas de reocupação territorial pela iniciativa privada no norte de Mato Grosso

A busca de reocupação das terras do território brasileiro e a integração nacional que o governo militar realizou em nome do progresso econômico fez com que o Governo Federal em sua ação de política territorial, a princípio realizado pelo setor público, possibilitasse a abertura no trabalho para a iniciativa privada. Esta atitude se efetivou em meados da década

de 1970 e objetivava alavancar a agricultura por meio da colonização das consideradas, pelo Estado militar, terras devolutas.

Na nova ótica de colonização “[...] o poder público aliado ao setor privado, realiza a condução da população rural e, obedecendo à lógica do capitalismo, dirige-se no sentido de transformar terras improdutivas em valores econômicos para o mercado” (SOUZA, 2013, p. 67), ou seja, o governo do Estado fazia uma parceria com empresários para reocupar o território. Tal acordo partia da ideologia comercial como estratégia de reocupação e um modo de garantir a permanência e o desenvolvimento extrativista e agropecuário na Amazônia mato-grossense.

O jornal O Estado de Mato Grosso (1973) publicou as firmas vencedoras desta primeira relação de reocupação que aproximou o setor público do setor privado.

O governo do Estado por intermédio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso alienou 2 milhões de hectares de terras devolutas de Aripuanã a quatro grandes grupos empresariais que se dispõe a colonizar e implantar projetos agropecuários e industriais. A transação através da concorrência pública, ascende a ordem de 2 milhões de cruzeiros, sendo que desta importância 80 por cento serão destinados à implantação de obras no Centro Político – Administrativo de Mato Grosso e os restantes 20 por cento à implantação de obras e infra-estrutura em Aripuanã. Os compradores pagaram 190 por cento no ato da escritura do compromisso de compra e venda e, dentro de um ano, solverão 20 por cento, 30 por cento e 40 por cento, num total de três prestações. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1973, p. 1).

A aquisição das terras do norte do Estado de Mato Grosso se deu por licitação no qual dispôs as empresas privadas, por meio de compras que visava proporcionar a reocupação. A reportagem aponta as empresas vencedoras do processo licitatório e que poderiam desenvolver os projetos agrícolas, que era a pretensão do Governo Federal. O incentivo foi considerado, pelo Governo Estadual, como novas possibilidades econômicas para o Estado de Mato Grosso em suas extensões territoriais ainda não “produtivas”.

As empresas privadas são vistas como importantes para a colonização, pois além de proporcionar a reocupação, garantia a permanência dos migrantes. Isso, na perspectiva do Estado, com o oferecimento de infraestrutura básica para a estabilização do projeto agrícola. Assim, a responsabilidade sobre a implantação de obras básicas ficava a cargo das empresas vencedoras dos projetos licitatórios, uma vez que neles já estavam inseridas as normativas sobre a estrutura que a empresa deveria possibilitar aos migrantes.

No jornal O Estado de Mato Grosso (1973) é possível ler sobre as responsabilidades contratuais:

As firmas vencedoras da licitação – INDECO S.A., Rendanyil Empreendimento S.

A., COLNIZA e grupo representado pela firma João Carlos de Souza Meirelles – têm projetos que preveem a ação global de 1 bilhão, 131 milhões e 85 mil cruzeiros no município de Aripuanã, situado no extremo norte de Mato Grosso, em plena Amazônia. [...] as firmas terão cinco anos de prazo para a implantação das obras de infra-estrutura, tais como estradas, aeroportos, escolas, hospitais e centro de triagem, enquanto que o restante será implantado de acordo com o cronograma aprovado pelos órgãos competentes. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1973, p. 1).

No estado de Mato Grosso propiciar o “desenvolvimento” agrícola significava exigir das empresas vencedoras das licitações que tivessem estrutura suficiente de acolhida dos migrantes. Percebe-se que a reportagem aponta à responsabilidade das empresas sobre a localidade em “desenvolvimento”.

Seluchinesk (2008) escreveu a seguinte elucidação a respeito das empresas de colonização:

As colonizadoras demarcavam os lotes, abriam estradas e bueiros. As cidades eram projetadas e a partir daí eram construídas as ruas, escolas, hospitais, igrejas, alojamentos e escritório das empresas. Além do acesso pela BR-163, foram construídos aeroportos para aviões de pequeno e médio porte. (SELUCHINESK, 2008, p. 35).

As empresas privadas cabiam a responsabilidade em oferecer as estruturas necessárias para a efetivação dos projetos “desenvolvimentistas” pensados pelo Governo Federal e executado, por meio de licitações.

Para que o plano da colonizadora se concretizasse era necessário encontrar as pessoas certas para ajudar no “sucesso” do projeto, e assim, as empresas foram atrás daquilo que consideravam como sendo “o colono ideal”, ou seja, pessoas que tinham além do conhecimento agrícola, também a experiência com a abertura de novas áreas para lavouras, favorecendo nesta perspectiva, o sucesso da colonização.

O sucesso da colonização vinculava a entrada agrícola produtiva de grupos populacionais experientes em atividades rurais e em processos de formação de novas localidades, por isso, apelava aos paranaenses como “colonos ideais”. Sobre a busca desses colonos, Guimarães Neto (1986) afirma que:

O colonizador foi buscar não só o agricultor de tradição, aquele que detinha o *saber* duradouro de lidar com a lavoura, mas principalmente, o agricultor que também possuía uma outra capacidade – a de ter *participado da abertura da fronteira agrícola do Paraná*. Muitos colonos que hoje estão em Alta Floresta costumam contar que a experiência anterior tinha sido pior – “porque não tinha a infraestrutura que hoje tem nessa nova frente agrícola” -, e chegam a falar das longas caminhadas em busca de alimentos, de falta de estradas, etc. Tendo em vista os objetivos de colonização, a Indeco, deliberadamente foi buscar o “plantador de café” e o colono com experiência em abrir a “terra nova”. Assim, o “colono do Paraná” oferecia condições ideais para as empresas colonizadoras: um *agricultor habilitado*, conhecedor do plantio de lavouras perenes, onde tal conhecimento é profundamente valorizado e constitui uma parte de sua vida; um agricultor que passou pela *“escola*

do Paraná”, dono de um saber sobre a experiência vivida de uma fronteira agrícola; e ainda um *agricultor empobrecido*, mas *pequeno proprietário*, o qual podia vender sua pequena terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 100-101) (Grifos do autor).

Na visão do colonizador a prática agrícola e a exploração de “novas” terras necessitavam de experiência, de modo que o melhor colono era o paranaense, tendo em vista que já havia passado por esse processo de abertura da terra para a agricultura. Observando essas características, houve investimentos da empresa nas propagandas que eram os mecanismos de divulgação da nova localidade agrícola, ou seja, um aparato motivacional construído com o objetivo de chamar a atenção da população do Paraná para a migração em direção ao norte mato-grossense.

Ao pensar nas propagandas, Schaefer (1985) aponta que tais práticas objetivavam o convencimento dos agricultores paranaenses para a migração, e assim construiu-se uma estratégia de ação no interior do Paraná. Nas palavras do autor, para assegurar o sucesso de venda das áreas no Centro-Oeste os colonizadores usavam as seguintes propagandas:

“[...] escritórios espalhados no interior do Paraná, patrocínios de propagandas de músicas sertanejas nas rádios do interior do Estado, apresentação de filmes ou *slides* feitos no Mato Grosso (ou no Paraná?), mostrando um paraíso à espera de quem se dedicasse a migração”. (SCHAEFER, 1985, p. 120).

As empresas de colonização divulgavam de vários modos, ou seja, faziam propagandas das possibilidades de progresso em locais melhores para sobressair das dificuldades que o pequeno produtor e sua família enfrentavam no Paraná. Desde o início da colonização, de acordo com Souza (2013), houve a preocupação com a venda da imagem das cidades de Alta Floresta e Sinop, localizadas no norte de Mato Grosso, desse modo a propaganda realizada no Paraná buscava vender propriedades agrícolas que possibilitavam à representação do progresso.

A construção do progresso e as divulgações das terras em Mato Grosso não se davam somente pela empresa, havia também, segundo Guimarães Neto (1986), a chamada propaganda que corria de boca em boca:

Assim é que, mesmo com toda a propaganda dirigida o que dava mais credibilidade na *outra terra* eram as notícias promissoras que corriam de família para família, de conhecido para conhecido, dos que haviam partido e dos que estavam prestes a partir – o Eldorado assenhorava-se pouco a pouco das almas dos indivíduos. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 27).

Na perspectiva do Eldorado a propaganda era apresentada em outra localidade, de modo atrativo, para que houvesse migração dos paranaenses para o norte de Mato Grosso, esta divulgação poderia acontecer diretamente pela empresa ou pelos próprios colonos.

A divulgação feita pelos familiares era um modo eficaz de propaganda que não foi planejado pelas empresas de colonização, mas que surtiu efeito na disseminação da ideia de desenvolvimento e progresso. Esse imaginário assemelhava-se ao Eldorado¹⁰ tendo em vista que construía nas pessoas a busca por riquezas.

Nas propagandas das novas áreas agrícolas salientavam-se a possibilidade de uma comunidade próspera que seria a localidade colonizada. Guimarães Neto (1986) observa que outro aspecto importante que favoreceu as migrações foi a baixa produtividade agrícola dos pequenos proprietários rurais, por isso, segundo a autora, a propaganda foi essencial para mobilizar os colonos. Para Guimarães Neto (1986):

Chama-nos a atenção o papel importante das propagandas da empresa colonizadora para a construção do *sonho*, jogando com a *miséria* e, ao mesmo tempo, contando com a *fé*. Abrangendo vários elementos extremamente significativos no imaginário social do lavrador, as ideias produzidas pela propaganda vão penetrando tal qual uma pequena luz que vai crescendo, como o sol ao amanhecer e o rumor do novo dia, para acordar as esperanças e aplacar a dor padecida. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 22) (Grifo da autora).

Guimarães Neto (1986) mostra que a construção do sonho da prosperidade se dava em meio às dificuldades financeiras propiciadas pela geada, além da modernização tecnológica da agricultura reduzindo os trabalhos e, conseqüentemente, aumentando a pobreza. A fé no futuro que as propagandas, ou outro tipo de divulgação dessas terras, permitiam acreditar, fossem diretas ou indiretamente realizadas pela colonizadora, incidiu na tomada de decisão para que os migrantes do Sul do Brasil optassem pela migração, acompanhada da expectativa de uma vida melhor à família, coisa que o trabalho no local de origem já não possibilitava.

Ao falar sob o signo do progresso, Souza (2013) apresenta as cidades de Sinop e Alta Floresta que seriam os modelos para a colonização privada e principalmente, modelo para a expansão capitalista nas regiões de reocupação agrícola.

As cidades do norte de Mato Grosso, principalmente Sinop e Alta Floresta, impõe-se no contexto, sob o signo do projeto, como “modelos” de desenvolvimento bem-sucedidos e pilotados pela iniciativa privada. Nessas cidades de fronteira os fatores capital e trabalho são tidos como “valores”, a pressa para fazer e construir revela uma aceleração do capitalismo enquanto ordem para acumular e ampliar os lucros, concentrando renda, poder e riqueza. Logo, essas cidades são criadas para servir à

¹⁰ O mito do El Dorado, um lugar cheio de ouro e esmeraldas, é uma típica história que foi se transformando ao longo do tempo. Tudo começou em 1536, quando uma expedição liderada pelo conquistador espanhol Gonzalo Jimenez de Quesada avançou pela selva colombiana e travou contato com a nação indígena muísca. Eles teriam um ritual que enlouqueceu os europeus: quando um novo rei era eleito, os muíscas cobriam o futuro soberano com pó de ouro – daí o nome El Dorado, “o dourado” em espanhol. O rei, então, subia numa canoa e jogava pedras e mais pedras preciosas no meio de um lago para agradar aos deuses e garantir um bom reinado. A notícia correu entre os espanhóis e, com o tempo, a lenda foi crescendo. O que era a descrição de um ritual virou ora relato sobre um reino, ora sobre uma cidade onde tudo era lotado de ouro e esmeraldas, dos talheres até as ruas. (ONÇA, 2017).

economia e não a sociedade. (SOUZA, 2013, p. 84).

O projeto de colonização visou propiciar a estruturação de modelos eficazes de reocupação que conseguisse concretizar sua proposta inicial, que foi fomentar o processo migratório e transformar localidades “vazias” em cidades com população suficiente para ser considerada integrada ao restante do território nacional, além de ter economia ativa dentro das perspectivas capitalistas.

Para compreender como se deu a repercussão da colonização oriunda da iniciativa privada, a seguir serão analisadas as reportagens jornalísticas que fazem menções às áreas de reocupação em Alta Floresta.

2.2.2 A expansão “desenvolvimentista” na fronteira agrícola no norte de Mato Grosso apresentada nas reportagens jornalísticas

Ao escrever sobre a importância da relação telégrafo e imprensa, Maciel (2004) considera que há uma preponderância da mídia na contemporaneidade na definição do que é ou não é relevante para a nossa compreensão de mundo, para o modo como construímos sentidos e para o ordenamento da realidade social e composição de memórias hegemônicas. Em geral, costuma-se tomar por verdade absoluta o que “deu no jornal” pela simples razão de ter sido notícia.

Em se tratando dos historiadores, Maciel (2004) considera que há algum tempo foi superada a rejeição à imprensa, desde que tomadas algumas precauções quando se lida com a imprensa nas práticas de pesquisa. Segundo Maciel (2004):

[...] ainda é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. (MACIEL, 2004, p. 15).

A imprensa tem um papel essencial na prática social, no entanto, precisa ser compreendido que as reportagens e notícias veiculadas não são espelho para observar o pensamento social, mas não pode ser desconsiderada, visto que, modela o pensamento, define e compartilha seu ponto de vista ou interesse, seja de posse, patrocínio ou de vendas. Nessa perspectiva as reportagens jornalísticas também podem ser consideradas como propaganda da

região Centro-Oeste, bem como do próprio Estado de Mato Grosso, o que os jornais noticiavam, tanto sobre a região e o Estado, como também sobre os Programas que foram criados pelo Governo Federal para essa parte do país¹¹.

Os estudos arrolados durante a pesquisa demonstraram que tudo o que se falava ou se escrevia sobre o Centro-Oeste e sobre o estado de Mato Grosso, contribuiu para atrair a migração. Considera-se que a imprensa de Mato Grosso teve participação significativa para que as terras da região Centro-Oeste do Brasil fossem apresentadas, conforme se pode ler no Jornal “O Estado de Mato Grosso” (1979) ao falar sobre o período áureo que viviam as localidades de reocupação territorial. Segue a reportagem:

A região Centro-Oeste está vivendo agora o seu período áureo, com um progresso muito acima do que se possa imaginar. [...] está surgindo uma nova fronteira agrícola. No caso específico de Mato Grosso, apontado como a “Canaã brasileira”, este progresso chega a ser mais do que espetacular. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1978, p. 6 apud CUSTÓDIO, 2010, p. 27).

A “propaganda” também se veiculava na imprensa, visto sua importância na expansão da ideia de “prosperidade” que o norte de Mato Grosso representava como mostra a reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso (1979, p. 6), “Ocupar Vazios colonizando Mato Grosso”. A proposta visava mostrar a possibilidade que tal prática podia promover para o Estado sendo esta uma solução para a reocupação e para o aumento econômico. Segue a reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso (1979):

A grande solução de Mato Grosso, em termos de ocupação dos seus imensos vazios demográficos, é incentivar a colonização. Nos exemplos de SINOP, INDECO, Canarana, Terra nova, Juína e assim por diante, temos sobejas razões para defender uma tese já consolidada pelo passar dos anos, mas que somente agora começa a despertar em Mato Grosso. Mesmo criticando a forma adotada pela comissão de Planejamento de Produção, ao realizar uma colonização apressada, sem maiores cuidados em Cáceres, jamais nós podemos afastar dessa linha reta: **vamos colonizar, e cada vez mais, as grandes áreas de terras de Mato Grosso.** (O ESTADO DE MATO GROSSO, 1979, p. 6) (Grifo nosso).

O jornal O Estado de Mato Grosso trazia a importância que a colonização privada representava para o Estado, no sentido de recuperar os considerados “vazios” e a importância que tinha também no processo de aumento populacional e, principalmente, nos modelos que

¹¹ No arquivo do NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E INFORMAÇÃO REGIONAL/ NDIR podem ser encontrados os seguintes jornais: O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 04 de janeiro de 1976. Ano XXXVII – n.º 7.259 p. 01. Com a seguinte reportagem: “O Estado”: respeito a Mato Grosso; O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 07 de janeiro de 1976. Ano XXXVII – n.º 7.261 p. 01. Reportagem: Centro-Oeste lidera aumento da população: as rodovias estão facilitando o escoamento populacional em direção ao Centro-Oeste; O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 07 de janeiro de 1976. Ano XXXVII – n.º 7.261 p. 06. Editorial: uma nova imagem para Mato Grosso; O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 07 de janeiro de 1976. Ano XXXVII – n.º 7.261 p. 06. CERRADOS; O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 13 de março de 1976. Ano XXXVII – n.º 7.307 p. 06. POLOCENTRO (CUSTÓDIO, 2005, p. 132).

deviam ser seguidos para as próximas atividades nesta concepção política de reocupação territorial. A proposta da apresentação jornalística do “vazio” trazia a necessidade e a importância de tais políticas de ocupação, ou seja, é a inserção do território brasileiro que não estava sendo aproveitado na economia nacional por meio dos próprios membros do país. Essa atitude garantia a ideia de “desenvolvimento” e possibilidades econômicas para os brasileiros.

Ao apresentar as possibilidades econômicas que a colonização privada proporcionava, o jornal O Diário do Paraná (1977), veiculou uma reportagem em que explicava as expectativas dos empresários com a nova localidade agrícola, a Amazônia, e assim, a região foi apresentada como o novo polo produtor de café no Brasil:

Estamos rapidamente **transformando a Amazônia na região brasileira maior produtora de café** – relatou anteontem, à sua chegada a São Paulo, Hugo de Almeida superintendente da Sudam.
Só o projeto Indeco S/A é 40 milhões de covas de café, com 7 milhões já plantadas. Mas outros estão aceleradamente implantados, entre os quais Sinop (5 milhões de covas já plantadas), o de Juara (4 milhões plantadas), o de São José do Rio Claro (2,5 milhões plantadas) e outros. (O DIÁRIO DO PARANÁ, 1978, p.8) (Grifo nosso).

As reportagens davam a ver que o território da Amazônia que antes, no discurso do Estado, não participava da economia nacional surgia como possibilidades econômicas e conseqüentemente de investimentos aos interessados pela migração e pelo “desenvolvimento” capitalista.

Na reportagem acima mencionada, podem-se observar aspectos destacados como a viabilidade econômica que Alta Floresta representava naquele período, apresentando do mesmo modo, um incentivo à migração, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos migrantes produtores de café no período. Apesar de não ser o motivo principal na migração, possui importância, como é observa Guimarães Neto (1986):

Os lavradores empobrecidos entram em contato com as notícias de fartura, riqueza e bem-estar em outra terra, sentem-se envolvidos até o fundo da alma, sensibilizando-se de pronto para as propagandas das empresas colonizadoras e outras informações que correm desses lugares ditos “novos”. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 19).

A proposta das informações, principalmente no Paraná era fomentar a migração para Alta Floresta, buscando atrair principalmente agricultores com as notícias de fartura e de prosperidade. As menções “desenvolvimentistas” são algo que esteve presente não só nos jornais de Mato Grosso e do Paraná, mas também em jornais de outros Estados que faziam alusão a colonização mato-grossense.

Como pode ser observado na reportagem do jornal Diário de Natal (1978) ao retratar a cedência do Incra à Coopercana para a realização da reforma agrária, apresentava a região

norte do Estado de Mato Grosso como possibilidade de desenvolvimento. “Nessa região, coberta de florestas, de terras reconhecidamente férteis, já crescem grandes lavouras de café, cacau e guaraná sem a necessidade de adubação” (DIÁRIO DE NATAL, 1978, p. 11). A região pode ser vista, a partir do texto do jornal, como localidade de abundância e possibilidades à agricultura.

A mesma perspectiva desenvolvimentista foi apresentada no jornal Tribuna da Imprensa (1979) quando trouxe uma nota sobre o cancelamento da visita do presidente João Batista Figueiredo a Alta Floresta e justificou a aceitação do convite do presidente da seguinte maneira:

O presidente da república aceitara o convite para visitar aquele projeto de **colonização, por se tratar de iniciativa tida como “exemplar”**, segundo a Assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto, mas o escalão precursor que esteve no local para preparar a viagem verificou ser problemático o acesso e propôs o cancelamento da viagem. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1979, p. 2).

Embora o presidente tenha aceitado o convite para visitar o projeto considerado como “exemplar”, a dificuldade de acesso fez com que a viagem fosse cancelada. No entanto, não faz menção aos contratemplos que os migrantes tiveram para chegar às áreas de reocupação, sem sequer ressaltar os problemas cotidianos de acesso que os migrantes tiveram para chegar a Alta Floresta, muito menos propôs resoluções para facilitar o acesso ao local.

O jornal Tribuna da Imprensa (1979) ao relatar o projeto de colonização realizado em Alta Floresta como “exemplar” ofereceu, de algum modo, uma interpretação de que era exatamente como noticiado e sendo assim, era tomado como um modelo a ser seguido para as demais propostas agrícolas, e ao mesmo tempo, exaltava a ideia de sucesso à proposta de reocupação territorial.

O projeto agrícola que visava o desenvolvimento do norte de Mato Grosso foi retratado também pelo Jornal do Brasil com a seguinte menção: “Há quatro anos não havia uma única cidade em área de floresta com tamanho equivalente a Inglaterra. Em cinco anos, a cidade de Alta Floresta deverá ter uma população de 40 mil habitantes”. (JORNAL DO BRASIL, 1979, p. 13). Tal ideia apresentava as perspectivas criadas em torno do projeto de reocupação territorial em prol do “desenvolvimento” de localidades com baixa densidade demográfica, refletindo que a proposta de migração seria base e se torna eficaz como garantia de prosperidade econômica para a região.

A possibilidade promissora que foi apresentada pelos projetos de colonização se deu, segundo Schaefer (1985), por representar uma solução à migração interna dos pequenos e médios produtores expulsos do campo em direção às lavouras mecanizadas. Para ele:

Os projetos de Alta Floresta e Paranaíta representam uma solução à migração interna dos pequenos e médios agricultores expulsos do campo, para as lavouras mecanizadas. Representam reforma agrária e distribuição de renda. Criam riqueza interna com o aumento da produção agrícola. Geram arrecadações internas para serem investidas na região, novos empregos e divisas para o país. Atenuam desequilíbrios regionais, tendência secular do nosso desenvolvimento. O projeto INDECO A/S está situado numa área abrangida pelo programa Polo Amazônia, que somando aos outros programas de investimento da livre iniciativa privada tornará realidade a reocupação dos espaços vazios da região amazônica. (SCHAEFER, 1985, p. 81):

A proposta de reocupação do norte de Mato Grosso soava e vislumbrava aos migrantes a possibilidade de reconstrução de suas vidas, além de ser a solução para os problemas da época. Os projetos da Indeco, Alta Floresta e posteriormente Paranaíta, representavam a anexação dessas áreas consideradas devolutas pelo governo militar na estrutura capitalista produtiva e aumentava a produção e fomento à economia de Mato Grosso.

A ânsia por reocupar o território fez com que o projeto de colonização da Indeco fosse visto como possibilidade e solução para as regiões com baixa densidade demográfica no norte do Estado.

O Governo Federal batia fortemente na tecla de reocupar os territórios e torná-los produtivos para que os agricultores excluídos pelos processos de mecanização que ocorreram, fortemente no Paraná pudessem ter em Alta Floresta a possibilidade de reconstruir suas vidas e garantir um “futuro digno” para suas famílias. Esse projeto passou a ser visto como reforma agrária por proporcionar a redistribuição das terras e possibilitar a “distribuição” de renda, no entanto, não colocou em pauta a exclusão indígena e de outros grupos sociais.

Com o intuito de compreender a busca pelo “futuro melhor” e o imaginário que foi construído em torno desta proposta, a seguir será abordada as propagandas nas notícias de jornais retratando o imaginário da prosperidade em Alta Floresta.

2.2.3 O imaginário construído nas reportagens jornalísticas sobre a prosperidade em Alta Floresta

A colonização particular desde o início da reocupação territorial, do norte de Mato Grosso, teve na propaganda, sejam locais ou regionais, a busca em construir o imaginário próspero e vender o território e que pudesse ser capaz de possibilitar o “bem-estar” aos moradores desse lugar e o “progresso”. Para Souza (2013), a mídia, os jornais e as revistas especializadas fizeram parte de uma estratégia criada para possibilitar o sonho de tão esperada “vida melhor”.

Ao disseminar a ideia de “sucesso” que a agricultura nas localidades de reocupação na Amazônia podia proporcionar aos agricultores que lá desenvolvessem seus plantios, despertava o interesse por aquelas localidades de modo a servir de estímulo à migração aos indivíduos que passavam por dificuldades econômicas ou sem perspectiva de “futuro”.

Ao observar a construção para o futuro, pode-se perceber o destaque que se dava à produção em Alta Floresta na reportagem do jornal Diário da Tarde (1980) que trouxe a notícia da visita do presidente João Figueiredo aos projetos de colonização. Enfatizava-se que o projeto era um modelo eficaz e que desfrutava de uma produção crescente. Segue a reportagem destacando a menção ao projeto da Indeco:

O projeto Alta Floresta, da INDECO S/A - Integração, Desenvolvimento, e Colonização, está localizado no município de Aripuanã, Mato Grosso. Possui uma área de 211 mil hectares com distribuição de 524 lotes agrícolas, de tamanho médio de 180 ha. A população veiculada a produção agrícola é de 15 mil pessoas. **Esse projeto é considerado modelo de organização em colonização agrícola, apresentado excelente índices de produção de café, cacau, pimenta do reino e outras culturas de exportação.** Na área de infra-estrutura (energia, transporte, melhoria urbana e educação) a Sudeco destinou, em 1969, Cr\$ 99,5 milhões e no corrente exercício Cr\$ 54,7 milhões, totalizando 154,2 milhões. (DIÁRIO DA TARDE, 1980, p. 4) (Grifo nosso).

A reportagem publicada no jornal (1980) mencionava os investimentos que foram destinados e a produtividade agrícola crescente em Alta Floresta. O projeto agrícola, no texto jornalístico, é observado justamente por proporcionar investimentos de subsistências (estradas, educação e melhorias urbanas), destacando ainda que a produção agrícola ali produzida tinha mercado certo, a exportação.

Objetivava mostrar aos agricultores, principalmente aos paranaenses, que a localidade era promissora, isto é, a agricultura era o ápice da propaganda, visto que, incentivava a construção do imaginário de riqueza e de prosperidade de modo a atrair a migração. O excerto acima destacado deixa claro que havia grandes áreas disponíveis à agricultura e destaca ainda que a agricultura era o que trazia a prosperidade para a região de Alta Floresta, chamando a atenção de agricultores e também mostrando a possibilidade de novos recursos. Destacava a presença do presidente refletindo sobre a importância que tal projeto tinha aos olhos do Governo Federal, sendo este apoio essencial para o desenvolvimento agrícola de Alta Floresta.

Taborelli e Joanoni Neto (2008) consideram que as reportagens tiveram um efeito significativo para atrair grupos sociais diversos até as áreas noticiadas. Os agricultores sentiam-se atraídos devido às propagandas e, também, pela possibilidade de possuírem propriedades maiores em relação as que possuíam em seus Estados, principalmente os

agricultores do Sul do país, migrantes que venderam suas propriedades e compraram outras no norte do Mato Grosso, na então recente área de reocupação na BR-163 e suas vicinias.

Ao falar sobre a compra das propriedades, Custódio (2005) faz um comparativo do valor das terras e ressalta que no território da Amazônia, tendo em vista que o próprio projeto para estimular a migração oferecia áreas com preços convidativos. Segundo Custódio (2005):

Alguns minifundiários do Sul do Brasil, ao venderem a terra que possuíam em seu lugar de origem, conseguiram adquirir uma maior área na Amazônia onde o preço da terra era menor que em seu local de origem. No entanto, os pequenos produtores que adquiriram áreas de terras na região Amazônica (sobretudo em áreas de colonização privada), trouxeram consigo algum pecúlio, pois, mesmo o preço da terra sendo consideravelmente menor que no lugar de origem, era necessário pagar por ela. (CUSTÓDIO, 2005, p. 21).

Os trabalhadores com experiências na agricultura e os minifundiários percebiam nestas “novas” localidades de reocupação grandes possibilidades de aquisição. A propaganda do progresso favorecia e gerava o interesse dos compradores de terra, pois apresentava a região amazônica como crescente e com enormes possibilidades de riqueza, coisa que estava difícil em seus locais de origem devido a mecanização e os elevados valores das áreas rurais naquela localizada.

A Amazônia foi apresentada pelo Jornal do Comércio (1977, p. 11) com o seguinte título da matéria jornalística: “Um novo eldorado para a ocupação da Amazônia”, que mostrava a situação econômica que era oferecida. Esta ideia era de justamente propagar as possibilidades positivas da reocupação, levando os agricultores a criar um imaginário sobre o local.

A reinvenção do mito do eldorado na fronteira, de acordo com Custódio (2005), difundiu a prosperidade econômica que ocupou espaço na propaganda se tornando aliada do Estado para estimular o deslocamento dos agricultores empobrecidos e trabalhadores rurais em buscar na Amazônia novos espaços agrícolas. A representação da prosperidade financeira passou a ser divulgada nos jornais como novos polos econômicos chamando atenção dos interessados pela agricultura por difundir a crescente atividade econômica nos espaços de reocupação.

A manchete jornalística iniciava sua apresentação da Amazônia como os melhores locais para o café, visto que estava distante das geadas, causadoras de grandes perdas econômicas para os produtores agrícolas. Segundo o Jornal do Comércio (1977):

Longe de se tornar um concorrente, a Amazônia seria o ponto de equilíbrio do país, livre das geadas e imune à ferrugem, os cafés do Norte poderia garantir elevados níveis mínimos de produção o que contaria muito ponto a favor do Brasil na

definição da política internacional do setor. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1977, p. 11).

A Amazônia é apresentada na economia nacional não como concorrente das localidades agrícolas, mas como ponto de equilíbrio para alavancar a economia do país e suprir as dificuldades. Apresentar as condições climáticas era um modo de chamar a atenção dos agricultores tendo em vista que a geada provocou muitas perdas na produção do café, principalmente, no Sul do país.

Ao falar da colonização em Tangará da Serra, Oliveira (2008) cita a propaganda realizada pela imprensa como modo de divulgação das notícias de prosperidade em Mato Grosso.

O acesso a estas terras, que permitiu a realização desta configuração no espaço, até então apresentado como sertão inóspito, foi realizado através de propaganda de terras, especialmente pela imprensa, contribuindo pela corrida para a busca do solo fértil. É comum encontrarmos, nos jornais e em revistas especializados em agricultura da época, anúncios convidando pessoas a se tornarem fazendeiros em Mato Grosso [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 186).

A fertilidade do solo e as mistificações sobre a localidade aos poucos foram sendo disseminadas nos meios de comunicação e estas localidades passavam a ser vistas como progresso econômico capaz de proporcionar o desenvolvimento do país. Isso pode ser observado no Jornal do Brasil (1978) que mostrava que teve até visita técnica para verificar a qualidade do solo em Alta Floresta, era positiva. Esta visita também “limpa” a imagem de Alta Floresta das mazelas da malária e do confronto com os povos indígenas. Na reportagem do Jornal do Brasil (1978) pode-se ler o seguinte:

A comissão gaúcha inspecionou a área onde a Indeco está desenvolvendo um gigante projeto agrícola – culturas de arroz, feijão, banana, café e cacau – que comprovou a fertilidade do solo. Ouviu também opinião de empresários, trabalhadores, técnicos e autoridades do setor econômico, entre as quais os secretários de Agricultura, Marçao Tradano; e da Indústria e do Comércio, David Balaniuc. Segundo os membros da comissão até os fantasmas da malária, que estava levando muitas famílias a relutarem a se implantar na região, deixou de ser problema, pois os médicos que acompanharão os colonos vão fazer um rigoroso combate à doença nas agrovilas, inclusive controlando o ingresso de pessoas na área. O ministério do Interior enviou o sertanista Apoena Meireles para acompanhar a comissão, a fim de tranquilizá-la informando que não há índio na área. A denúncia de que havia índios na região estava, também, gerando grande apreensão entre os colonos, ainda traumatizados pela expulsão da Reserva dos Kaikangues. (JORNAL DO BRASIL, 1978, p. 24).

A visita da comissão gaúcha ao projeto implantando em Alta Floresta objetivava verificar a qualidade territorial para o qual estavam deslocando muitas famílias do sul do país. Diante da compra das propriedades rurais o receio sondava os interessados nas práticas agrícolas em Mato Grosso, para isso era necessário mostrar e divulgar a qualidade produtiva

do solo, tal ação objetivava oferecer segurança no plantio para os agricultores e os incentivar, por meio das propagandas, a se inserirem no projeto agrícola da colonizadora Indeco. Além de garantir à produtividade do solo a reportagem do Jornal do Brasil (1978) mostra que as mazelas das doenças não se faziam mais presentes na região de reocupação, assim os agricultores poderiam se deslocar sem medo de doenças já que lá também havia uma equipe médica preparada para o combate à malária, uma das doenças perigosas transmitidas por mosquitos.

Os interessados nas áreas agrícolas também receavam o confronto com os povos indígenas, visto que, estes defendiam os territórios tradicionais e, na visão capitalista, impedia o “desenvolvimento” agrícola da região. A comissão gaúcha observava a não presença, pelo menos naquele momento, e assegurava a tranquilidade da região diante dos conflitos sobre a posse da terra, dando maior seguridade aos interessados e favorecendo maior tranquilidade aos agricultores empobrecidos, trabalhadores com experiências nas práticas agrícolas e os empresários que pretendiam investir em Alta Floresta.

A representação da realidade que os jornais analisados oferecem traz a imagem de que Alta Floresta era propícia aos agricultores que desejam desenvolver e ampliar de modo seguro, suas atividades com apoio, inclusive do Governo Federal, para que a reocupação territorial atingisse o “desenvolvimento”. Os jornais, analisados, contribuíam na construção do imaginário das pessoas em torno da riqueza e da prosperidade que o norte de Mato Grosso ofereceria aos agricultores que abraçassem o projeto agrícola e migrassem para as novas regiões.

CAPÍTULO 3

O USO DE JORNAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Este capítulo traz uma proposta para usar o jornal como possibilidade para o ensino de história local. Tal ação possibilita ao estudante o entendimento do conteúdo didático e insere, no ensino de história, a abordagem sobre o local no intuito de abordar a realidade discente. O jornal é, no contexto desta dissertação, uma possibilidade para o uso pedagógico que pode favorecer ao estudante o gosto pela leitura, a capacidade de análise crítica, a inserção da realidade social no contexto escolar e a capacitação para que o aluno seja inserido e atue ativamente como cidadão.

Colocar em foco o contexto social da comunidade local favorece que o estudante valorize os componentes que compõe a identidade social, entendida por Neves (1997) como a capacidade de se reconhecer na história. Isso valoriza as experiências dos sujeitos e possibilita novos olhares para o ensino de história. Nesse ideal, este capítulo traz como possibilidade de análise a importância do uso dos jornais no ensino de história local com o intuito de possibilitar a reflexão discente em torno do próprio cotidiano. Deste modo, o uso do jornal também pode ser observado como construtor do conhecimento e desenvolver das capacidades cognitivas dos estudantes, desde que inseridos de maneira planejada, organizada e com finalidades didáticas e pedagógicas.

Na intenção da inserção do jornal como ferramenta didática é proposto, neste capítulo, uma sequência didática que apresenta o plano de aula, como plano de ação do professor, contemplando tanto o PCNEM (2006) quanto a BNCC (2018) que propõe a reflexão sobre problemas sociais e o desenvolvimento crítico discente. Tal proposta de aula visa mostrar que a abordagem com distintas metodologias de ensino não contradiz as normativas governamentais, pelo contrário, engloba as disposições do Ministério da Educação (MEC) e permite que o estudante compreenda a partir da própria realidade o conteúdo escolar.

Na sequência do plano de aula é apresentado um roteiro para a análise de textos jornalísticos no ensino de história que oferece lugar a uma reflexão e, conseqüentemente, à criticidade do que se lê e do que se vive.

3.1 O ensino de história local por meio das reportagens de jornais

A importância do uso de jornais no ensino de história é observada sob a ótica da valorização da história local e das práticas sociais tendo como possibilidade para a construção do conhecimento a realidade na qual o aluno da educação básica está inserido. Isso é relevante, visto que os livros didáticos são genéricos em suas abordagens e não valorizam as distintas realidades existentes no Brasil. Deste modo, o estudo sobre o local, as práticas culturais e as características específicas da comunidade possibilitam uma aproximação do estudante ao conteúdo escolar.

Reznik (2004) ao fazer uma análise sobre o livro didático de História do Brasil observa que o material quando aborda a História do Brasil ainda se mantém como guardião da história nacional. Para ele:

O livro didático de História do Brasil, por sua vez, ainda não se livrou de sua sina de guardião da memória nacional, mesmo com toda a profusão de textos, escritos e visuais, de divulgação histórica através da mídia. Desde muito, o livro didático sempre se pretendeu o repositório de uma narrativa, que deve ser sistemática, acerca dos feitos do “nosso povo”, “nossa terra”, “gente nossa”, “nossa gente”; isso é, atribui-se a tarefa de ser um dos lugares da memória sobre o passado brasileiro, formador da identidade nacional dos pequenos seres que serão cidadãos brasileiros. (REZNIK, 2004, p. 240).

O livro didático, em geral, apresenta-se preso às narrativas oficiais e numa tentativa, de unificação cultural do país. Assim, o livro se torna, mesmo que sem intenção, guardião de uma história “única” do povo brasileiro. Essa visão desconsidera a heterogeneidade do país e deixa uma lacuna que pode ser preenchida com o estudo da história local de modo a construir novos olhares para a escrita e para o ensino de história.

Ao abordar a importância do estudo da história local Schmidt e Cainelli (2004) destacam que o trabalho com a história local pode proporcionar a inserção do aluno na comunidade, tal ação cria identidade e laços. O estudo do local garante uma postura investigativa baseada no cotidiano com o intuito de atribuir sentido à realidade social.

Destacando a importância da compreensão da história local no ensino de história esse tópico será pensado para compreender a importância do cotidiano discente no ensino de história. Desse modo, será dividido em quatro assuntos, sendo estes: 1) O uso da história oral para o ensino da história local; 2) Conhecimento, leitura e memória: as notícias jornalísticas como instrumento para o ensino de história local; 3) Nas entrelinhas da reportagem: a impossibilidade da parcialidade nos textos jornalísticos e, por fim, 4) O jornal, a cidadania e o ensino de história: o desenvolvimento do cidadão crítico.

3.1.1 O uso da história oral para o ensino da história local

Ao perceber a conscientização, a criticidade e reflexão que a disciplina de História proporciona ao estudante da educação básica em nível nacional, tendo em vista a Base Nacional Comum Curricular BNCC (2018), é necessário, do mesmo modo que se estuda sobre outras formas de conhecimento amplas e gerais, refletir sobre o cotidiano, por isso é essencial observar as narrativas de memórias como possibilidade para o ensino de história local, mesmo que tal assunto não seja objeto desta pesquisa será apresentada sua importância para o ensino da história local.

Ao estudar o cotidiano e a experiência de vida, Guariza (2008) observa que o estudo possibilita contar, quando é abordada a oralidade, as vivências de pessoas comuns que, muitas vezes, estão esquecidas nas versões da história oficial, mas que possui importância significativa para a construção da história local e assim, torna-se expressiva para o aluno no processo de ensino e aprendizagem escolar. Segundo a autora:

[...] a discussão sobre a história oral em sala de aula mostrou-se pertinente porque entre outras questões pode permitir ao educando o contato com a história de grupos que muitas vezes têm a sua história esquecida, assim como é uma possibilidade de se estudar a história local. (GUARIZA, 2008, p. 3).

Na trilha da autora, as narrativas proporcionam os diversos diálogos na sala de aula, a compreensão da diversidade da população, da sociedade e as distintas maneiras de viver das pessoas. Deste modo, possibilita a discussão e a abordagem da heterogeneidade existente dentro das sociedades, tal ação favorece a ampliação da visão social do estudante e a criticidade sobre a história local contada nos registros oficiais.

Ao pensar o quanto é construtiva a utilização das narrativas de memórias no ensino da história, Fonseca (2006) se utiliza de relatos de professores e aborda a memória como ferramenta para o ensino de história intencionando demonstrar o êxito de tal utilização na educação básica. Em suas palavras:

Os relatos de professores, particularmente nos memoriais, demonstram como as experiências com a história oral podem ser exitosas e gratificantes para os alunos. A investigação sobre quem somos nós, brasileiros, como vivemos, qual é a sua “cara”, possibilita não só refletir sobre a nossa identidade, mas os diálogos entre identidades, de forma democrática e cidadã. (FONSECA, 2006, p. 138).

A narrativa, sobre os relatos de professores, quando trabalhada no ensino de história é positiva, pois proporciona ao aluno uma melhor compreensão sobre a realidade no qual está inserido, isto é, possibilita o diálogo entre as experiências individuais e as vivências do grupo. Essa reação torna-se efetivamente significativa e interessante por abordar a identidade e a diversidade que os jovens trazem consigo no convívio social.

A diversidade social possibilita que se desenvolva na sala de aula a investigação sobre a vivência do aluno com o objetivo do diálogo entre o saber escolar e a experiência vivenciada na sociedade. Assim, as narrativas de memórias sobre a colonização de Alta Floresta são importantes porque aproxima a experiência do aluno e a sua vivência cotidiana, com o saber escolar.

Do mesmo modo que faz a aproximação dos saberes com o cotidiano, a memória, partindo dos relatos de vida, permite novas leituras das configurações sociais além de apresentar relações que atribuem significados e conexões das relações históricas. Nesta perspectiva Guimarães Neto (2005), destaca a relevância da memória narrada para a compreensão da história.

[...] a memória narrada como testemunho apresenta indícios de uma rede de relações históricas que lhe confere sentido e a projeta em sua dimensão social. Assim, um dos aspectos mais importantes dessa incursão pelos vários relatos é o de também permitir a emergência de outras leituras das configurações sociais, considerando as relações entre os diversos grupos e as estratégias individuais e coletivas como referências significativas. (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 4).

As narrativas de memórias no ensino de história permitem, aos estudantes, outras leituras e percepções, e tal atitude confere sentido da história pela história de vida. Aproxima referências históricas das diversas vivências cotidianas dos alunos, ou seja, percebe a importância de seus familiares e amigos no desenvolvimento de Alta Floresta e não vendo como algo distante e desconexo de sua própria realidade.

A narrativa de memória do cotidiano de pessoas comuns ao possibilitar novas interpretações sobre os acontecimentos torna-se momento ímpar para a escrita da História e quando abordada na escola, em uma aula específica (ou como metodologia de ensino) aproxima o aluno, por meio de sua realidade, do conteúdo escolar.

O ensino de história local em sua efetivação necessita ouvir a voz de pessoas, que por fatores diversos foram excluídas das narrativas ensinadas nas unidades de educação básica. Nessa ótica, segundo Assis; Bellé; Bosco (2013), é necessário trazer para o ensino de história local as memórias e as lembranças mais profundas daquela sociedade com a intencionalidade de que tais ações propiciem a compreensão da identidade cultural.

Na perspectiva de Guimarães Neto (2005, p.4) os relatos orais são importantes na escrita da história local por meio das narrativas de memórias que auxiliam na compreensão dos múltiplos contextos.

Os relatos orais ocupam o seu papel crucial na história das cidades, tecendo a memória através das linhas do tempo e dos espaços vividos, representados como sinais reveladores da sua existência, tal como é lembrada. Existência esta que não

pode ser pensada tendo por referência uma totalidade prévia ou um contexto uno, porque as descrições longe de fixarem espaços e lugares, os recriam culturalmente. Nos mesmos lugares e nas mesmas cidades os contextos são múltiplos, marcados pela variedade das experiências, acontecimentos e, sobretudo, pontos de vista. É assim que os relatos dos narradores representam situações inusitadas e reveladores de personagens. O que nos auxilia a pensar em termos de composição de tempos e espaços, quando a vida nas cidades oferece várias faces e outros tantos modos de contá-la. (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 4).

As narrativas de memórias têm grande importância nos escritos locais visto que propiciam a compreensão sobre os espaços vividos e apresentam sinais reveladores, por meio das memórias, sobre a existência desses locais. Estas memórias são importantes visto que constituem as multiplicidades das experiências vivenciadas e dos pontos de vista sobre os acontecimentos.

As narrativas de memórias quando inseridas no ensino escolar, principalmente no ensino de história, proporcionam a reflexão sobre o local no qual os alunos estão inseridos. O trabalho pedagógico com a inclusão da localidade, na concepção de Fonseca (2006), pode contribuir para que os estudantes tenham uma inserção nos problemas da comunidade, compreendendo suas características e suas mudanças, ou seja, entendem e valorizam a construção da identidade e as práticas culturais locais.

As culturas locais ganham destaque quando são abordadas as narrativas de memórias e para Delgado (2003) esse elo é proporcionado pela construção das identidades locais. “Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam.” (DELGADO, 2003, p. 23). As culturas locais são valoradas nas narrativas de memórias e isso se dá por possibilitar ouvir a voz de sujeitos que vivenciam e efetivam as práticas da cultura. Os agentes sociais expressam por meio de sua narrativa a diversidade e a importância das práticas representadas na sociedade.

As narrativas de memórias, segundo Assis; Bellé; Bosco (2013) são importantes visto que propiciam que as vozes dos sujeitos que não são apresentados em livros didáticos ou em cartilhas oficiais, mas que possuem importância e significado por propiciar novos olhares sobre a história local, possam ser ouvidas.

Para se ensinar História Local é necessário dar voz aos sujeitos que estiveram outrora excluídos dos conteúdos ensinados. Necessita-se trazer as memórias e lembranças mais profundas daquela sociedade para a transformação de tais relatos em uma verdadeira identidade cultural. (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013, p. 8).

A história local, em seu processo de narrativa dos eventos, também pode ser escrita pelas narrativas de memórias dos sujeitos que contam suas experiências de vida e,

consequentemente, as experiências nos locais em que vivem. Este conhecimento quando inserido no ensino de história proporciona aos estudantes a assimilação de sua identidade cultural e o reconhecimento de si enquanto membro da sociedade.

As narrativas de memórias são importantes na escrita da história local por valorizar a experiência cotidiana dos sujeitos e por abordar suas vivências, seus anseios e relacionar a sua história com o desenvolvimento do bairro, da cidade, do Estado, do país e do mundo.

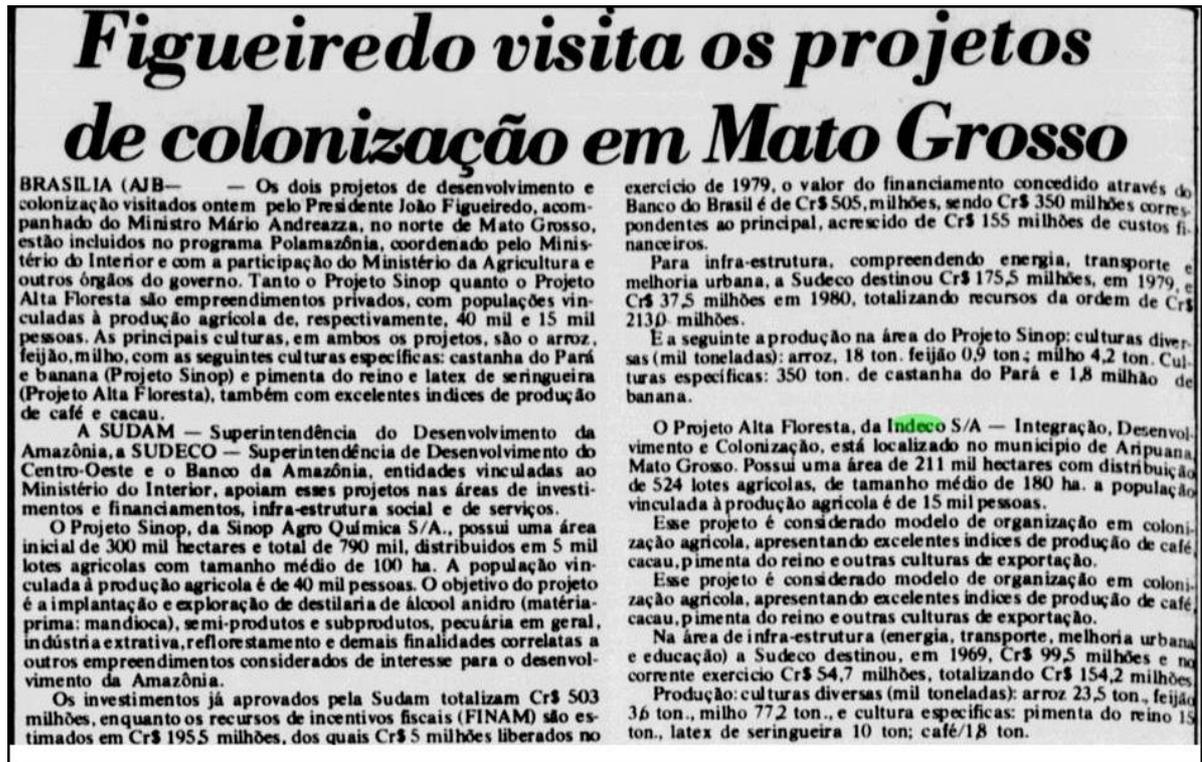
Na perspectiva de propiciar a leitura sobre a história local, lugar no qual o sujeito está inserido e do geral, nacional ou mundial, nos meios de comunicação abordar-se-á a seguir a importância de inserir no ensino de história local (como instrumento no processo de ensino e aprendizagem) as reportagens de jornais. Esta inserção tem o intuito de propiciar o gosto pela leitura e favorecer na construção do conhecimento dos estudantes, tendo como ponto de partida a realidade no qual estão inseridos ou a memória da localidade por meio das matérias escritas nos jornais que relatam sobre a cidade de Alta Floresta.

3.1.2 Conhecimento, leitura e memória: as notícias jornalísticas como instrumento para o ensino de história local

A leitura de reportagens de jornais na escola é de grande importância, pois proporciona ao estudante o debate de ideia, na sala de aula, em torno de conteúdos que permeiam a sociedade. No ensino de história, o uso de jornais possibilita que os alunos tenham afinidades com a memória local, com o conhecimento, seja ele de história local ou de história geral, num contexto mais amplo, e desenvolva de maneira contextualizada uma relação entre o saber escolar, construído na escola com o saber cotidiano, construído no dia a dia.

A importância do jornal em sala de aula, como mecanismo de leitura e análise, para Faria (2004) é vantajosa visto que pode oferecer ao aluno uma estrutura linguística fundamental e necessária, ou seja, a linguagem usada nos textos jornalísticos não é tão restrita para limitar o conhecimento linguístico e nem tão ampla que torne o texto de difícil leitura ou inacessível em sua compreensão. Tal ideia pode ser observada na reportagem do jornal Diário de Tarde. (1980, p. 4):

Figura 2 - Visita do Presidente João Figueiredo aos projetos de colonização em Mato Grosso



Fonte: DIÁRIO DE TARDE. Curitiba, ano 81, n. 223.24, 04 de julho de 1980, p. 4

De acordo com Faria (2004), diante do texto jornalístico o aluno consegue compreender a informação, a mensagem textual, a utilização linguística e fazer análise do texto sem grandes dificuldades. No entanto, a compreensão da mensagem pela análise minuciosa é o essencial, visto ser uma fonte para a análise histórica. Ao abordar o uso do jornal como documento histórico, Rodrigues (2009) aponta o jornal como um documento histórico que traz informações sobre os eventos que precisa ser estudado.

Os jornais são documentos históricos importantes que trazem informações sobre os acontecimentos e sua repercussão na sociedade. Mas o historiador não se limita a simplesmente ler as notícias publicadas. Ele observa a maneira como os fatos foram noticiados, quais receberam destaque, que fotografias foram selecionadas, o que suas legendas informam e até mesmo o que foi omitido pela imprensa. (RODRIGUES, 2009, p. 150).

A importância do jornal é que se trata de um documento histórico que tem repercussão social. E assim, pensando na perspectiva da atividade pedagógica desenvolvida pelo professor, o seu intuito é diferente daquele de que se ocupa o historiador. O professor o utiliza como artefato com a intencionalidade de propiciar que o estudante desenvolva na disciplina de história a análise da notícia jornalística. O olhar para além do texto jornalístico propicia ao estudante conhecimento e possibilita que se relacione à matéria analisada com a memória local, nacional ou global. Deste modo, para Schmidt (2004) a sala de aula não é um espaço de

transmissão de informações, mas de construção de conhecimento, de sentidos e de significados.

Na concepção de Bittencourt (1998) o conhecimento escolar é uma forma de saber o que possibilita a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento cotidiano. Segundo a autora

O conhecimento histórico escolar é uma forma de saber que pressupõe um método científico no processo de transposição da ciência de referência para uma situação de ensino, permeando-se em sua reelaboração, com o conhecimento proveniente do “senso comum”, de representações sociais de professores e alunos e que são redefinidos de forma dinâmica e contínua na sala de aula. (BITTENCOURT, 1998, p. 25).

A construção do conhecimento que ocorre na educação básica é de suma importância para o estudante visto que transita e relaciona os saberes científicos com os saberes cotidianos, que provém das experiências. Tal ação relaciona e significa as experiências de vida dos alunos, as memórias e as práticas culturais locais.

A linguagem e a contextualização são necessárias, no entanto, é preciso que o professor esteja atento ao texto que é levado para o ambiente escolar. A atenção que o docente deve ter com os materiais que são levados para sala de aula como recurso didático se dá pelo fato de que a intenção de inovar e de tornar a aula atrativa para o estudo da disciplina escolar pode ocasionar na seleção de ferramentas que não condizem com o objetivo da aula ou mesmo com a faixa etária e a capacidade cognitiva do estudante. Resnik (2004) faz uma reflexão sobre os textos contidos no livro didático contrapondo com o texto acadêmico. Tal debate é pertinente quando o professor se utiliza de outros pontos de apoio para desenvolver suas aulas. Para Resnik (2004):

As narrativas didáticas precisam ser objetivas e sintéticas. As amarrações conceituais, quando são explícitas, devem ser diretas. Não há interpretação variada ou contratante, mas um fio condutor que leve o aluno ao desenrolar da História, à Sucessão dos eventos. A linguagem precisa ser compatível às idades, e a parte gráfica agradável aos olhos dessas televisivas, hoje internautas. (RESNIK, 2004, p. 339-340).

Quando o professor se utiliza de outras ferramentas didáticas como o uso do jornal, deve estar atento a linguagem e o material utilizado com a idade no qual pretende desenvolver as atividades, por isso, é essencial a elaboração do plano de aula. Este funciona como antecipação da aula verificando as atividades desenvolvidas e quais fatores são importantes e condizem com a idade e com a realidade do estudante e quais fatores não possuem, em linguagem, a possibilidade de reflexão discente. Isso favorece com que a aula seja efetiva no processo de ensino e de aprendizagem escolar, possibilitando que a história de Alta Floresta,

apresentada nos jornais, seja analisada e compreendida pelo estudante com atividades próprias e específicas para sua capacidade cognitiva observada de acordo com faixa etária e série escolar.

A intenção da atividade precisa estar em observância com a série estudada e a faixa etária dos alunos com o intuito de propiciar maior efetividade na prática, caso contrário torna-se uso sem efetividade didática e sem atingir uma aprendizagem significativa, seja na criticidade, no trabalho com a memória ou mesmo em leituras que valorizem o letramento e as práticas culturais locais. Sobre a inserção do estudo da história local como possibilidade do conhecimento, a ideia desta pesquisa entra em concordância com Neves (1997) que pensa a construção do conhecimento a partir da experiência discente, isto é, do local, do presente. Esta é a melhor maneira de superar a ideia de produção/transmissão, ensino/divulgação.

O aluno da educação básica necessita entrar em contato com as fontes jornalísticas no ensino de história com o intuito de compreender as entrelinhas das narrativas fazendo com que ele seja construtor do conhecimento e não somente receptor de informações. No tópico seguinte o foco recai sobre o tema da parcialidade nos textos de jornais.

3.1.3 Nas entrelinhas da reportagem: a impossibilidade da parcialidade nos textos jornalísticos

A abordagem do estudo da história por meio dos jornais possibilita que os estudantes da educação básica de Alta Floresta percebam as variadas fontes e as distintas possibilidades para o trabalho do historiador. Este reconhecimento permite que o aluno entenda, no desenvolver da aula, como deve ser o trato com as fontes e a importância da minuciosa análise, visto que o documento jornalístico está cercado de interesses (individual ou coletivo, político, econômico, ideológico, cultural e até mesmo religioso) que interferem na compreensão e na análise.

A análise das fontes é realizada pelo historiador e esta importante função deve-se fazer presente no ensino de história com o intuito de mostrar que os jornais, bem como as demais fontes históricas representam os interesses de quem os produz, e ao observar isso se compreende a importância da análise crítica em torno das notícias. Diante desta perspectiva, Schimidt e Cainelli (2004) citam Manique e Proença (1994) e chama a atenção para os cuidados que o professor precisa ter com a abordagem de jornal no ensino de história.

Um jornal ou uma revista deve merecer o tratamento de qualquer documento histórico, principalmente pelo fato de não poder ser considerado prova incontestada da realidade de seu tempo. É importante fazer o aluno reconhecer a orientação política

do jornal, sua característica (jornal predominantemente noticioso, econômico ou cultural, por exemplo), é necessário também situar o contexto em que é/foi publicado o periódico. (MANIQUE; PROENÇA, 1994 Et al SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 121).

As reportagens de jornais trazem uma gama de informação em torno da sociedade, no entanto essas notícias possuem em sua formação o interesse que o jornal representa ou para o grupo ao qual a notícia está destinada. Nesse aspecto, para ter como fonte um jornal é preciso ter ciência que ele não detém a verdade sobre os eventos, no entanto possui uma releitura sobre o acontecimento. Deve ser observado ao abordar o jornal no ensino de história que ele representa um ponto de vista em torno da informação que é transmitida.

O uso de reportagens jornalísticas no ensino de história, de acordo com Bittencourt (2004), deve ser feito sob a observância da não neutralidade ou parcialidade, deste modo é de fundamental importância perceber o discurso com criticidade referente aos limites do texto e aos interesses de poder nele estabelecido, sendo este explícito ou implícito.

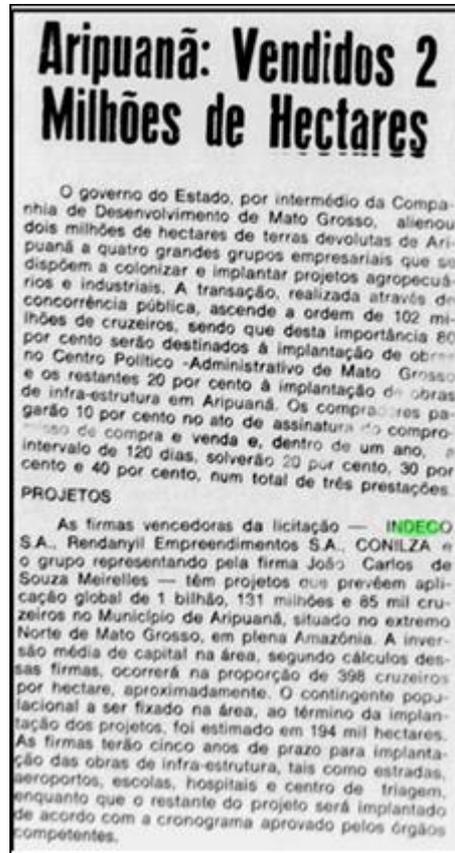
Apesar dos jornais possuírem em suas reportagens um viés ideológico não pode ser menosprezado, pois eles são ferramentas importantes para a escrita da história local visto que possibilita a compreensão dos eventos além de inserir novos personagens e novos acontecimentos como destaques no processo de construção sobre as vivências, as experiências e as memórias.

Anhusi (2009, p. 40) ao abordar a importância do jornal no ensino da educação básica o descreve como instrumento para compreender as contradições existentes na sociedade. No pensamento da autora pode ser notado que as reportagens jornalísticas, sejam impressas ou digitais, apresentam as contradições e, conseqüentemente, desmistifica a figura do herói, isso valoriza as experiências e as vivências cotidianas além de possibilitar o destaque de outros atores no cenário local. Tal ação atribui importância às experiências de vida dos estudantes de Alta Floresta e de seus familiares, isto é, a experiência e a vivência dos “cidadãos comuns” como propõe Thompson (2002).

O texto jornalístico que será mostrado a seguir apresenta o território a ser colonizado como terras devolutas e as propostas de investimento. No entanto, não menciona os povos indígenas presentes no norte de Mato Grosso e como se deu a relação dos distintos interesses em torno da terra, não cita como ficaria quem não tinha condições econômicas para ter acesso às propriedades, não expõe em suas mensagens o interesse de tornar a localidade “produtiva”. Estes são exemplos de buscar compreender as entrelinhas, ou seja, aquilo que a mensagem não diz explicitamente, mas possibilita no ensino de história mostrar aos estudantes as

contradições existentes nos textos. Tal exercício pode ser feito na reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso (1973, p. 2):

Figura 3 - Empresas de colonização no Mato Grosso



Fonte: O ESTADO DE MATO GROSSO: Cuiabá, ano XXXV, n. 6.640, 26 de setembro de 1973, p. 2

Os jornais possibilitam que o estudante perceba as contradições (econômica, social e cultural) na sociedade e permite também refletir sobre a heterogeneidade ali existente. Assim, rompe com a ideia de igualdade e homogeneidade da sociedade presente no imaginário das pessoas, além de apresentar uma visão heterogênea que demonstra que muitos agentes da colonização de Alta Floresta, não menos importantes, são esquecidos dos marcos materializados na história das cidades, das narrativas oficiais e das festividades locais.

Ao abordar o uso do jornal no ensino escolar, Pastorello (2005) percebe a sua importância, no processo de ensino e aprendizagem, como modo de significação do conteúdo pautado na realidade social da comunidade, visto que apresenta as contradições existentes em seu interior. Outro ponto importante observado pela autora é a utilização de materiais que abordem a realidade e o contexto local no qual o aluno está inserido aproximando o conteúdo didático. Assim, possibilita a compreensão em torno do conteúdo escolar.

O jornal traz as contradições presentes no contexto histórico-social em que o aluno vive, e por meio destas contradições os signos verbais tomam forma e conteúdo, possibilitando o diálogo entre as classes sociais. Evitar esse material é desapropriar o aluno de seu contexto histórico-cultural, retardando o desenvolvimento de novas habilidades que favorecem a apropriação do conhecimento social e historicamente produzido, organizado e categorizado. (PASTORELLO, 2005, p. 54).

A necessidade no uso do jornal possibilita que o professor utilize nas aulas de história materiais que o aluno e a sociedade local têm, relacionando com a história e cultura retratada no ensino escolar. Tal ação não o descaracteriza enquanto indivíduo social, porém favorece que o processo escolar tenha ferramentas didáticas que retomem sua vida discente, sua história, sua cultura e sua experiência.

Para Sueiro e Golçalves (2007) a inserção dos dilemas sociais no ensino de história local oportuniza o diálogo entre os saberes e atende a necessidade da contextualização dos conteúdos que são estudados no ensino escolar, tendo como ponto de partida a linguagem e a cultura local. Deste modo, abordar o jornal no ensino de história possibilita ao estudante compreender, analisar e refletir sobre as questões da migração e do imaginário construído sobre Alta Floresta partindo da linguagem informativa que circulava na sociedade em determinado período histórico.

O uso didático do jornal, para Pastorello (2005), possibilita a troca de ideias e o diálogo com diversos textos. Esta ação possibilita ao estudante aguçar capacidades de leitura essenciais para o processo escolar, sendo estes identificar, isolar, deduzir, levantar hipóteses e verificá-las, transpor conhecimentos, criar, conceituar, memorizar e reaplicar conhecimentos.

No entanto, os usos didáticos de notícias jornalísticas devem estar acompanhados da contextualização da informação que é apresentada pelo jornal, pois este ideal permite que o aluno da educação básica de Alta Floresta compreenda o momento histórico dos acontecimentos. O contextualizar possibilita que o estudante observe a totalidade da conjuntura compreendendo melhor os eventos trazidos pelo jornal e relaciona tais acontecimentos com o país ou no mundo. Por isso, Francisco de Neves Alves (2012, p. 21) chama a atenção para o estudo sobre o jornal e sobre a informação.

O estudo prévio da contextualização histórica e das condições de produção de um determinado jornal, ou seja, das relações inter, intra e extradiscursivas que cercam a sua publicação, são ações básicas para que o docente possa lançar mão de tal documentação, calcado essencialmente numa bibliografia de apoio e no conhecimento de causa acerca do seu objeto de estudo. (ALVES, 2012, p. 21).

A contextualização do conteúdo permite que o estudante perceba que ele não está isolado e que os acontecimentos, por mais que tenha influências do local, também tem sua estrutura e sua influência geral, como foi apresentado anteriormente.

O professor ao contextualizar a notícia possibilita que o aluno tenha a significação e a relação do local com o geral, por exemplo: ao abordar a colonização de Alta Floresta pelas reportagens jornalísticas pode ser observada a relação do local com o geral. Isso gera uma significação em torno do conhecimento e propicia a aprendizagem discente.

O conhecimento proporciona a participação do aluno na sociedade, com esse intuito a seguir será abordada a importância que tem o jornal utilizado no ensino de história para o desenvolvimento da cidadania e do cidadão crítico.

3.1.4 O jornal, a cidadania e o ensino de história: o desenvolvimento do cidadão crítico

A Base Nacional Comum Curricular (2018) traz em suas orientações que seja desenvolvida na área de conhecimento das ciências humanas a criticidade com a intenção de preparar o estudante para o exercício da cidadania. Usar o jornal no ensino da história local possibilita relacionar o estudante da educação básica de Alta Floresta com a comunidade e favorece o desenvolvimento da criticidade em torno das informações contidas no texto jornalístico trabalhado em sala de aula.

De acordo com Fonseca (2003) o professor ao inserir, em sua prática pedagógica, o uso da imprensa periódica, neste caso específico o jornal, favorece a articulação de saberes. Desse modo, tal ação possibilita a formação cidadã do estudante.

Anhussi (2009) ao abordar a importância do jornal na construção da cidadania aponta sua função de ser uma janela para o mundo que se abre diariamente e que propicia ao leitor enxergar as fronteiras de sua comunidade.

Dentro da vertente da cidadania, devemos lembrar que o jornal, palavra cujo radical vem do francês jour-dia, representa sempre uma janela para o mundo que se abre diariamente. Ainda que existam veículos mais velozes do que ele, como a televisão e a Internet, o tratamento dos fatos pela escrita exige um modo específico, mais reflexivo e seletivo de recepção. A partir desses horizontes, o leitor enxerga melhor as fronteiras da sua comunidade, compreende melhor os limites das suas participações e intervenções sociais. Enfim, conviver com jornais, ler jornais, é sempre um modo de participar de nosso tempo e intervir na mudança do rumo dos conhecimentos. (ANHUSI, 2009, p. 38).

Os jornais configuram meios de comunicação, não únicos e não necessariamente os mais ágeis, que possibilita ao leitor ter uma compreensão local e geral dos acontecimentos. As

informações contidas nos jornais permitem aos estudantes mais proximidade com o que acontece na sociedade.

Apesar dos jornais possibilitarem informações importantes é necessário ter uma criticidade sobre suas notícias, isso se dá visto a impossibilidade da parcialidade de quem escreve ou de quem o produz, uma vez que coloca sempre seus interesses e seu ponto de vista sobre os episódios ali narrados. “Inserir o jornal escolar no cotidiano escolar é de extrema importância, pois desenvolve nos discentes a criticidade, além de ser um instrumento de formação do cidadão crítico, consciente e participativo”. (VIEIRA; ABRANCHES, 2016, p. 3).

A análise de Vieira e Abranches (2016) é a partir do uso do jornal escolar que é a construção discente de um material jornalístico e informativo dentro do espaço escolar no ensino. No entanto, percebe-se no contexto desta pesquisa que alguns pontos estão em consonância com o uso do jornal, informativo social, no ensino de história sendo estes o desenvolvimento intelectual, crítico, consciente e participativo do estudante na sociedade.

A importância do jornal no ensino é proporcionar aos estudantes a possibilidade de abordar temas sociais (locais ou gerais) contextualizados no momento histórico do evento e que favoreça o desenvolvimento da criticidade das informações contidas nos textos jornalísticos. Esta ação é positiva por favorecer ao aluno a construção do conhecimento e não apenas a recepção de informações no ambiente escolar.

Bittencourt (2012) em seu livro “O saber histórico na sala de aula”, menciona a importância do ensino de história para a construção da criticidade dos estudantes com o intuito de possibilitar uma postura de análise após as leituras realizadas nos jornais que estão sendo utilizados na sala de aula.

O ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive. As instruções dos textos oficiais reiteram, com insistência, que o ensino de História, ao estudar as sociedades passadas, tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. (BITTENCOURT, 2012, p. 19).

O uso do jornal como ferramenta didática contribui para que o aluno desenvolva uma postura de criticidade diante das informações que lhes são apresentadas, tal ação favorece para que o discente compreenda que é um agente social e, portanto, capaz de transformar a realidade.

O ensino de história tem a responsabilidade de estimular a criticidade, uma vez que, como propõe a BNCC (2018), a referida disciplina tem de possibilitar ao estudante um olhar

crítico diante daquilo que o cerca no cotidiano. Deste modo, as reportagens jornalísticas sobre Alta Floresta quando inseridas no ensino de história possibilita que o estudante da educação básica leia, reflita, indague e verifique a finalidade e a função do texto jornalístico na sociedade. A análise jornalística permite que o estudante relacione o conteúdo escolar, principalmente o da disciplina de história com o próprio cotidiano.

Segundo Faria (2004), o jornal quando usado na sala de aula como recurso pedagógico funciona metodologicamente como um elo entre conteúdos teóricos que são abordados no ensino escolar e a realidade social na qual o aluno está inserido.

Alfredo e Amaro (2012) abordam, no texto “Jornal na sala de aula”, a importância do uso do jornal no ensino como ferramenta para relacionar o conteúdo escolar com o cotidiano do aluno. Para os autores:

O jornal é uma fonte de informação que agrega a potencialidade de promover interação entre diversas áreas do conhecimento, proporcionando ao leitor a possibilidade de discutir o assunto focado, estabelecer relações entre sua leitura e seu cotidiano e pensar sobre a realidade em que está inserido. (ALFREDO; AMARO, 2012, p. 101-102).

Tendo em vista o que foi dito até aqui, considera-se que a realidade do aluno tem de estar inserida no ensino de história, visto que compreender o seu modo de estar no mundo o prepara para o exercício da cidadania. Esta preparação se concretiza pelo fato de abordar no ensino de história os acontecimentos do local em que vive. Os debates, as análises e a construção do conhecimento partindo da realidade social em que vivem os estudantes, permite relacionar o conhecimento local com o conhecimento nacional ou mundial.

Na intenção de inserir o uso do jornal no ensino de história, a seguir será apresentada a sequência didática que permite que o professor da educação básica adote tal proposta como recurso didático para a construção do conhecimento estudantil.

3.2 Proposta de sequência didática para o uso de reportagens de jornais no ensino de história local da educação básica

De acordo com Zabala (1998) a sequência didática “é um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. (ZABALA, 1998, p. 18). Deste modo, tem como objetivo possibilitar diferentes formas para melhorar a atuação docente e proporcionar, com profundidade, a construção do conhecimento dos estudantes no espaço escolar.

As reportagens de jornais no ensino de história podem favorecer no processo de ensino e aprendizagem por permitir aos estudantes da educação básica uma reflexão sobre os contrastes, a heterogeneidade e as diversidades sociais. Esta construção do conhecimento que tem com referência o mundo social e a valorização dos sujeitos como atores sociais favorece o saber que advém da experiência e valoriza as características e as maneiras do saber local. Selva Guimarães (2012) considera que o professor não opera no vazio, é necessário que se leve em conta as atitudes, os valores e os comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos.

[...] é preciso reconhecer o óbvio: o professor não opera no vazio. Os saberes históricos escolares, os valores culturais e políticos são ensinados na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós, professores, incorporarmos no processo de ensino e aprendizagem variadas fontes, linguagens, suportes e estratégias de ensino. (Guimarães, 2012, p. 69).

Os alunos são detentores de saberes e valores que provém da vivência social, cultural e política. Assim, não devem e não podem ser percebidos como indivíduos que não possuem saberes, podem não dominar os conceitos e a gama teórica que advém da pesquisa, no entanto as experiências lhes proporciona o entendimento, por vezes o que falta é a significação e a relação teoria/prática. Por isso, abordar as experiências no conhecimento escolar e nos conceitos históricos é de grande importância para a apropriação do conhecimento.

Observando a importância dos conhecimentos, Guimarães (2012) orienta à diversificação de fontes com o objetivo de provocar o interesse à pesquisa. “O professor ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber e possibilita o contorno e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica.” (GUIMARÃES, 2012, p. 69).

A ideia de diversificar as metodologias e inserir problemas locais e do cotidiano no ensino de história é pensada na proposta didática, que será um suporte de trabalho para os professores da educação básica, para tomar o uso de reportagens jornalísticas como recurso didático pedagógico no ensino de História.

A proposta de sequência didática visa proporcionar aos professores novos modos, abordagens e perspectivas na construção do saber discente tendo como ponto de partida as reportagens de jornais sobre a colonização de Alta Floresta. Deste modo, este momento será subdividido em três partes. Na primeira será abordada, a temática, “Deu no jornal, tá na sala”, a proposta para a seleção de reportagens jornalísticas para o ensino de história. No segundo momento será apresentado um plano de aula como proposta didática para os professores da

educação básica e, por fim, no terceiro momento com a temática, “olhando o jornal”, terá como proposta um roteiro de análise de reportagens jornalísticas no ensino de história que aborda desde a contextualização até a exposição da atividade discente que poderá ser realizada na sala de aula ou no espaço escolar com o intuito de valorizar as análises realizadas em sala de aula.

3.2.1 “Deu no jornal, tá na sala”: selecionar e analisar as reportagens de jornais

Schimdt e Cainelli (2004) ressaltam a importância de perceber que algumas atividades estimulam o uso do periódico no ensino escolar como fazer análise de jornais, visitar a redação de jornais e conhecer hemerotecas.

Realizar a análise de reportagens de jornais na educação básica é importante para o desenvolvimento da criticidade e abarca a proposta da BNCC (2018) sobre a formação do cidadão crítico e atuante na sociedade. Esta relação possibilita a capacidade de reflexão e interpretação do estudante. No entanto, a escolha da temática deve estar vinculada ao conteúdo escolar e deve propiciar que o estudante faça uma relação entre o acontecimento geral e o local. Por exemplo, ao abordar a colonização de Alta Floresta, apresentar no ensino de história reportagens que trabalhem tal temática, como pode ser observado a seguir:

A proposta de um roteiro de sequência didática, elaborado nesta dissertação, possibilita que a história de Alta Floresta seja abordada em vários aspectos no ensino de história, por exemplo, quando se trabalham os temas como: as fontes históricas; quando se aborda a colonização e a reocupação territorial no Brasil; quando se estuda período da ditadura militar; quando analisa migração e imigração ou expansão territorial; dentre outros. Como exemplos sobre a escolha da temática e a relação do conteúdo escolar selecionem as reportagens de jornal citadas no capítulo 2. Elas podem ser inseridas em vários conteúdos escolares e será foco para a elaboração do roteiro nesta pesquisa.

O conhecimento escolar, neste caso, deve estar relacionando com o conteúdo jornalístico para que o conhecimento possa ser construído, de modo simples, por meio da memória local, em análise de jornais, possibilitando que o estudante estabeleça uma relação entre os conhecimentos.

A escolha da reportagem não pode ser aleatória e apenas com o intuito de inovação, sem intervenção e significação para o conhecimento. MANIQUE (1994) apud SCHIMDT; CAINELLI (2004) que oferecem pistas de como trabalhar o jornal como recurso didático pedagógico no ensino de História.

Em primeiro lugar, fazer o aluno tomar contato com diversos jornais atuais e alertá-los sobre algumas de suas características, como forma, estrutura, títulos conteúdos, indicação, ou não, do autor das notícias e dos artigos de opinião ou do editorial, periodicidade, publicidade, preço e tiragem. (MANIQUE, 1994 apud SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 121).

É importante que os alunos tenham contato com jornais para então fazer análise das reportagens. A necessidade de conhecer a estrutura do periódico é também entender a função da matéria e a quem está destinada para que os elementos da reportagem possam ser compreendidos. A atividade tem que ser planejada, organizada e com objetivos bem claros para a efetividade da aprendizagem discente.

Além de análise crítica, quando se aborda as fontes históricas, tem possibilidade de desenvolver atividades na própria biblioteca escolar. Uma atividade, de acordo com MANIQUE (1994) apud SCHIMIDT; CAINELLI (2004, p. 121), que pode vir a ser realizada é o levantamento dos periódicos que a biblioteca escolar ou biblioteca pública possuem e que podem ser consultados para estudos da temática escolhida. Este levantamento, por exemplo, pode ser feito quando o professor trabalha o que é fonte histórica. Tal atividade pode ser realizada e orientada de acordo com as coletas de documentos diversos e informações a respeito do tema. Vale ressaltar que tal atividade não precisa, obrigatoriamente, ser realizada em sala de aula, pode ser realizada na biblioteca, escolar ou pública, em locais de memórias, em editora de jornais que dispõe de periódicos e espaços para os estudantes ou nos laboratórios de informática.

A proposta de trabalho com os jornais é construir o senso crítico e favorecer que os estudantes da educação básica de Alta Floresta ampliem seus conhecimentos. Segundo Monteiro (2007) ao abordar a construção do conhecimento no ensino escolar é necessário mostrar aos sujeitos, tanto aos professores quanto aos alunos, que são construtores de conhecimento.

[...] a história escolar é reinventada em cada aula, no contexto de situações de ensino específicas, em que interagem as características do professor (e em que também são expressas as disposições oriundas de uma cultura profissional), dos alunos e aquelas da instituição (aí podendo ser considerados tanto a escola quanto o campo disciplinar), características essas que criam um campo do qual emerge a disciplina escolar. (MONTEIRO, 2007, p. 106).

A percepção de que na educação básica os professores e alunos devem ser construtores de conhecimento é importante para romper com a estrutura tradicional de ensino e criar métodos e objetivos para o ensino escolar na educação básica.

Segundo Kosouski (2016), quando a proposta está em consonância com as Diretrizes de ensino e tendo a metodologia do estudo da história local, torna-se enriquecedor e inovador

a relação com o conteúdo escolar e possibilita a busca pela diversidade das produções e de conhecimentos históricos sem prender-se única e exclusivamente ao livro didático.

A proposta de novas metodologias traz inovações para o ensino e a aprendizagem. Ao falar sobre o ensino de história e a problematização que proporciona o diálogo entre o passado e o presente as historiadoras Schimdt e Cainelli (2004) observam a necessidade de superar o conceito tradicional de aprendizagem e possibilitar novas relações na construção do conhecimento. Desse modo, “superar o tratamento tradicional dado ao documento histórico implica, por parte do aluno, a mobilização de conhecimentos e informações próprias do conteúdo abordado, para que ele possa elaborar apreensões globais e complexas.” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 119).

Propiciar novas abordagens e métodos no ensino tem como objetivo para o currículo escolar entrelaçar o conhecimento da história local com a história geral, de modo que os assuntos passem a fazer sentido e provoquem o interesse para uma descoberta de pertencimento. Sob tal perspectiva, será apresentado, a seguir, um plano de aula para o desenvolvimento de atividades com os estudantes do terceiro ano do ensino médio das escolas, públicas e privadas, de Alta Floresta com reportagens de jornais.

3.2.2 Proposta didática com reportagens jornalísticas para o ensino de história

O produto, desta pesquisa, é a proposta didática para os professores de história da educação básica, ou seja, é um planejamento e um roteiro para a execução de aula tendo o uso de jornais como documento histórico a ser analisado. A proposta é proporcionar ao ensino de história uma aproximação por meio de distintas ferramentas de ensino que possibilite maior entendimento, participação e conhecimento do estudante.

Propiciar o saber crítico ao estudante da educação básica no ensino de história promove a necessidade de realizar aulas mais dinâmicas, e assim, apresenta-se um planejamento para a execução da aula.

O plano de aula, na concepção de Barca (2004), necessita estar integrado e coerente com a proposta curricular.

Os planos de aula são naturalmente integrados em planos mais abrangentes, os planos anuais, de período ou de unidade, e todos eles, para serem coerentes com as propostas curriculares atuais, precisam de ser organizados com um enfoque nas instrumentalizações¹² a desenvolver e não nos conteúdos a dar. Por conseguinte,

¹² A instrumentalização pode ser entendida como o trato com a fonte, concepções, vestígios, tempo e recorte espaço temporal. (BARCA, 2004, p. 34).

também os planos de médio prazo deveriam ser orientados na perspectiva de instrumentalizações a privilegiar e não na da unidade didática, que configura um enfoque nos conteúdos. (BARCA, 2004, p. 34).

A proposta de aula não pode estar afastada dos planos mais abrangentes, ela terá de incorporar os planos mais amplos, proporcionar uma instrumentalização a ser desenvolvida e não pautar em transmissão de conhecimento.

O plano de aula deve propiciar a aprendizagem e a avaliação tem que fugir do conceito punitivo e ser inserida como verificação da dificuldade de efetivar os objetivos que foram propostos no plano de aula. Observando a importância do planejamento e da avaliação Cipriano (1995) apud SCHMIDITH E CAINELLI (2004) demonstra a importância da verificação se a proposta didática teve resultado na aprendizagem discente.

Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso contribui em todo o percurso da ação planejada. (CIPRIANO, 1995 apud SCHMIDITH; CAINELLI, 2004, p. 152).

O planejamento é essencial para a construção do processo de ensino e aprendizagem, sendo deste modo a avaliação um mecanismo de *feedback* da compreensão discente e do conteúdo e também permite verificar se os objetivos propostos foram atingidos, observando as mudanças necessárias para possibilitar ao aluno a compreensão do conteúdo escolar.

Ao abordar a importância do planejamento, Veiga (2008) considera que este se dá pelo fato de perceber a aula como um local privilegiado que permite que o processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar) possa ser preparado e organizado pelo professor e alunos.

Com o objetivo de oferecer uma proposta para o trabalho com a história local no ensino de história, a seguir será elaborado um plano de aula que propicia o trabalho com as reportagens de jornais no ensino de história abordando a história local de Alta Floresta.

Plano de aula
Escola: Estadual Vitória Furlani da Riva
Professor: Ricardo Rocha Balani
Série: Terceiro ano do Ensino Médio
Carga horária: 6 h/a
Objetivos:

*Objetivo geral: Compreender o imaginário da prosperidade de Alta Floresta por meio das reportagens de jornais (1976-1983).

*Objetivos específicos:

Compreender por meio de análise a construção da informação e as mensagens (implícitas e explícitas) que são transmitidas nos textos jornalísticos;

Compreender a história do Brasil;

Compreender a história local de Alta Floresta;

Relacionar o conteúdo escolar com o cotidiano local;

Possibilitar a participação dos estudantes nos problemas locais;

Fomentar o interesse pela leitura e pela produção textual.

Conteúdo ministrado:

História do Brasil;

Governo militar (1976 – 1983);

História de Mato Grosso (1976-1983);

Colonização de Alta Floresta – MT (1976-1983);

Memória, migração e reocupação territorial.

Competências que são propostas para o Ensino Médio na área de Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular (2018)

Competência 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Competência 2: Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Habilidades que são propostas para o Ensino Médio na área de Ciências Humanas da Base Nacional Comum Curricular (2018)

(EM13CHS101) - Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS104) - Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades no tempo e no espaço.

(EM13CHS203) - Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) - Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

Metodologia:

Aula expositiva, dialogada, com análise sobre as reportagens de jornais, com produção estudantil (texto, charge, poema, desenho) que valorize e incentive o protagonismo e, por fim, exposição das atividades na sala de aula ou no pátio escolar podendo ser escrita, narrada ou da maneira que o professor considerar ser mais pertinente.

Execução:

1º momento: A contextualização do conteúdo

O professor pode realizar uma sondagem para conhecer como os estudantes falam a respeito do tema a ser trabalhado e posteriormente explicar o contexto brasileiro de reocupação territorial da Amazônia proporcionado pelo Governo Federal relacionando com a concepção de “espaços vazios” e o interesse pela reocupação das terras, tendo em vista a presença indígena, e em torná-las produtivas do ponto de vista capitalista de produção. Posteriormente o professor abordará a migração para o norte de Mato Grosso para o aluno compreender a relação do contexto nacional com o local. Nesta perspectiva, será abordada a colonização de Alta Floresta - MT, que foi oriunda de uma parceria entre a iniciativa do setor privado (empresa) e o público (Estado) com o objetivo de implantar um projeto agrícola no norte de

Mato Grosso. Por fim, será explicado para os alunos sobre a disposição dos jornais, para que eles, em grupos ou individualmente, tenham uma aproximação e saiba manuseá-los com o devido cuidado.

2º momento: O conhecimento do jornal e análise sobre a matéria

Após o primeiro contato com os jornais será apontado, pelo professor, a temática a ser procurada e trabalhada no texto jornalístico. Neste momento, o aluno fará a análise sobre a conjuntura do jornal no qual se encontra a matéria a ser analisada. Isto é, o que o texto traz de informações extratextuais e a dispõe no informativo social.

3º momento: Análise textual

Neste momento os alunos desenvolverão sua leitura com o intuito de analisar as informações contidas, por meio do roteiro de análise, que será apresentado e explicado posteriormente.

4º momento: Protagonismo estudantil

O momento de produção textual, que será desenvolvido tendo como base o roteiro de análise, será a exploração da matéria no qual o aluno verificará a intenção da matéria. Neste momento o aluno produzirá um texto ou uma ilustração no qual apresentará, tendo como referência o texto jornalístico e seus conhecimentos prévios sobre a colonização de Alta Floresta, a opinião crítica ou poética que apresente o município para os leitores tendo uma conotação histórica e atual.

5º momento: Exposição das atividades

As atividades poderão ser expostas na sala de aula ou em outros espaços escolares. Esta concepção visa construir nos estudantes o olhar crítico sobre as informações que lhes são apresentadas no cotidiano, tendo como foco principalmente as notícias jornalísticas, e como resultado de tais apreciações demonstrar aos demais estudantes da unidade escolar, funcionários e visitantes o resultado obtido com a atividade por meio da apresentação das produções estudantis. A exposição pode ocorrer simultaneamente as às trocas de experiências em torno da atividade. Neste momento o professor pode refletir abordando, novamente, os conceitos antes apresentados, discutidos e dialogados na contextualização histórica.

Materiais

Jornal, quadro, pincel, caderno, lápis, caneta, barbante, papel sulfite, impressora, tinta, cola e dicionário da língua portuguesa.

No caso desta proposta, a reportagem utilizada é do jornal O ESTADO DE MATO GROSSO. **Ocupar vazios colonizando Mato Grosso**. Cuiabá, ano XL, n. 8.147, 25 de fevereiro de 1979, p. 6.

Disponível na Hemeroteca Nacional Brasileira no link: [Berhttp://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=Ariosto%20da%20Riva&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=Ariosto%20da%20Riva&pasta=ano%20197)

Avaliação:

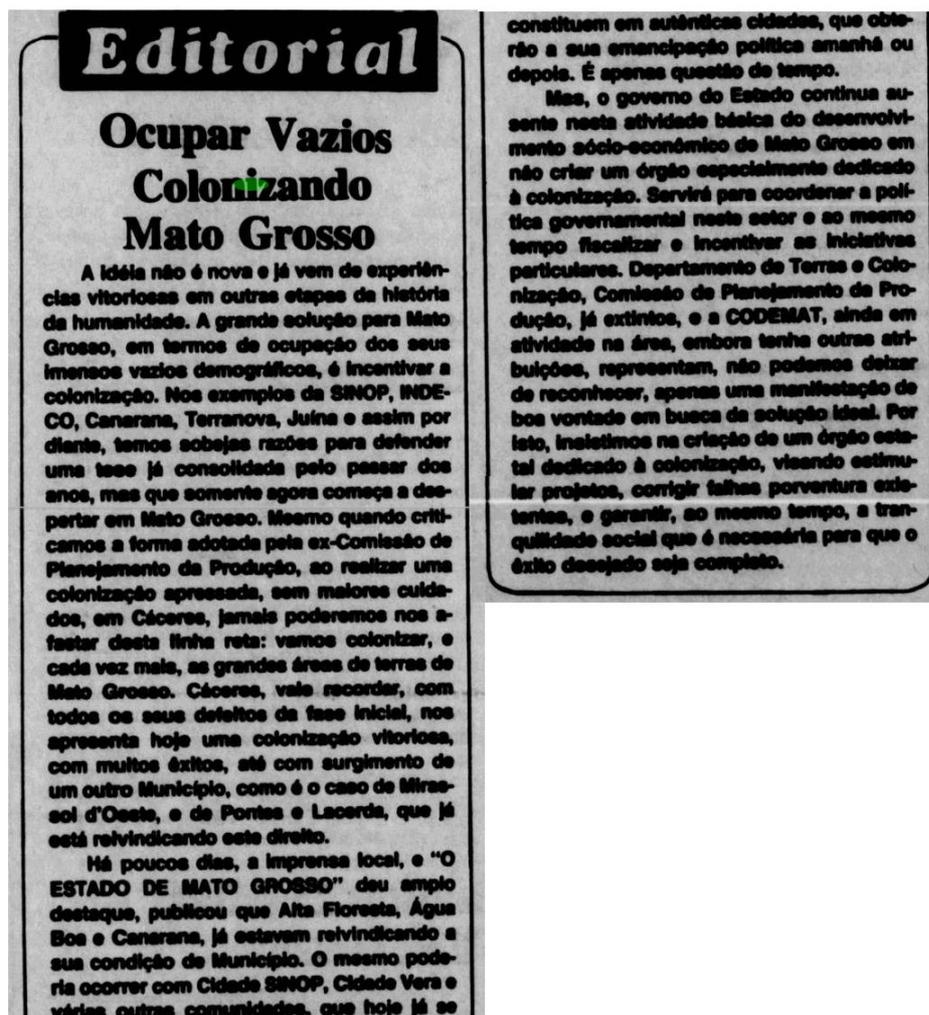
A atividade realizada será acompanhada pelo professor que observará como critério avaliativo a participação dos estudantes, seu engajamento na proposta didática, o desenvolvimento da atividade, a análise do texto jornalístico, a produção e exposição da atividade realizada pelo estudante.

3.2.3 “Olhando o jornal”: elaboração de um roteiro a análise de reportagens jornalísticas

O olhar para o jornal como uma fonte para estudo do passado é interessante porque aproxima o estudante das formas de produção de determinada época com o intuito de produzir uma narrativa. Nesta ótica, Schmidt e Cainelli (2004) compreendem que o jornal, do presente ou do passado, como fontes de pesquisa muito interessantes para recolher informações.

Com o objetivo de propiciar ao professor uma sequência de análise do periódico foi elaborado um roteiro no qual o estudante extai informações dos jornais para compreender a função da informação e a mensagem transmitida. A ideia é ter uma aula oficina com um roteiro de organização e execução que será dividido em seis partes, sendo estas: a) Contextualização do evento histórico; b) O jornal; c) A matéria jornalística; d) Análise do texto jornalístico; e) Protagonismo estudantil, e por fim, f) Jornal mural. Tal ação tem como objetivo inicial analisar o jornal O Estado de Mato Grosso (1979, p. 6):

Figura 4 - Reportagem sobre a ocupação do Norte de Mato Grosso



Fonte: ESTADO DE MATO GROSSO: Ocupar vazios colonizando Mato Grosso. Cuiabá, 25 de fevereiro de 1979, p. 6

a) Contextualização do evento histórico

A primeira parte do roteiro da aula com os jornais é a contextualização, deste modo o professor pode explicar como se deu o processo de reocupação territorial no norte de Mato Grosso relacionando os governos, as intenções e os objetivos. Pode pesquisar antes sobre o conhecimento prévio dos estudantes fazendo o levantamento de ideias e apresentando-lhes conceitos que podem significar seu saber. Deste modo, o aluno poderá relacionar seus saberes cotidianos, com a história local de Alta Floresta e a história nacional.

O contextualizar pode ser partindo das informações que os estudantes possuem em torno da colonização de Alta Floresta, Barca (2004) pensa, em sua proposta de aula oficina, ser importante levantar as ideias sobre o assunto com os estudantes e, partindo dali, iniciar um trabalho de contextualização.

O 'plano', qualquer que seja o formato que assuma, numa perspectiva de construtivismo social representa um projeto que procura antecipar as vertentes hoje requeridas numa aula, em termos de instrumentalizações a focalizar, conteúdos temáticos a operacionalizar em questões problematizadoras e consequentes experiências de aprendizagem, sem esquecer a avaliação contínua, e por vezes formal, das tarefas. (BARCA, 2004, p. 35).

A proposta da contextualização do conteúdo histórico inicia-se baseada na ideia da construção do saber, esta proposta não ignora ou minimiza os saberes oriundos do convívio social, mas confere significado e importância visto que traz sentido, agrega e amplifica o saber discente.

A parte inicial da proposta é também o momento de propiciar o contato dos estudantes com os jornais. Nesta perspectiva vale solicitar a observação do jornal, o suporte em si, suas divisões internas e sua organização, para assim, despertar nos estudantes que não tem a prática de leitura a curiosidade e o interesse.

Contextualização do evento histórico
Levantamento de ideias sobre a colonização, tal ação visa a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes.
Contextualizar o conteúdo, tendo como ponto de partida as ideias levantadas em sala de aula, o momento histórico e as intenções narradas nas notícias de jornais.
Relacionar o local, região do acontecimento, com o Geral, desdobramentos para o Brasil.
Propiciar o contato dos estudantes com o jornal ou a matéria jornalística (impresso ou digital).

b) O jornal

As informações do jornal são importantes, dentre outros aspectos, porque possibilita analisar o modo como os acontecimentos são representados e permite uma reflexão sobre as diferentes visões a respeito de um mesmo assunto. É essencial nesse quadro observar quem produziu a informação, quais os grupos e os interesses imbricados, qual o período em que tal situação aconteceu. Tendo como referência o uso de jornais no ensino de história, Schmidt e Cainelli, no livro Ensinar História (2004), consideram que é essencial saber tudo aquilo que possibilita ter acesso ao jornal que contém a matéria jornalística a ser analisada.

O jornal
Jornal:
Cidade:

Ano:
Número:
Data da publicação:

Caso tais informações não estejam disponíveis, no jornal ou na reportagem a ser analisada, é interessante o professor disponibilizar ou dialogar sobre esta parte para que o estudante possa compreender que o jornal tem um editorial que organiza os conteúdos do periódico de maneira sequenciada de acordo com a periodização da editora.

c) A matéria jornalística

A análise da matéria começa ao se observar as características que a compõe, isto é, o destaque da reportagem no jornal, o acompanhamento de fotografias ou imagens e o contexto que aborda, observando a sintonia com o texto. Schmidt (2004) observa a necessidade de possibilitar (para a compreensão dos alunos) que os acontecimentos históricos não podem ser explicados de maneira simplista, é necessário entender as diversas relações, de pesos e com características distintas que interferem na realização ou na explicação do evento.

Na fuga do olhar simplista há a necessidade de observar no jornal todo o entorno da reportagem para compreender a informação.

A matéria jornalística
Qual o título da reportagem?
A reportagem é manchete na capa do jornal? () sim () não Como está disposto na capa?
Há indicação do autor da matéria jornalística? () sim () não Escreva o nome dos autores e as informações existentes sobre eles.
Em qual caderno do jornal é apresentada a matéria jornalística?
A matéria está relacionada aos demais textos do mesmo caderno? () sim

() não
No caderno, do jornal, o texto possui destaque ou notoriedade? () sim () não
Possui imagens? () não () sim. Que tipo? () fotografia () charge () propaganda () desenho () outros
A imagem está condizente com o título da matéria? () não () sim. Comente o que pode ser notado na fotografia que condiz, ou não, com o título.
Quais interesses representam a notícia?

d) Análise do texto jornalístico

A análise da mensagem jornalística permite compreender o que o texto proporciona de informação para olhar o passado e construir uma narrativa. Deste modo, é fundamental que seja desenvolvido um olhar crítico sobre o título, sua relação com o texto e, principalmente, a mensagem que a reportagem de jornal traz ao leitor. Kosowski (2016), aponta a escola como um instrumento de formação do pensamento crítico.

A escola desempenha um papel complexo na formação dos alunos, e as aulas de história tem uma tarefa importante nessa formação, enquanto formadora de uma consciência crítica acerca do meio em que vivem e interagem, entendendo que essa é a história dele, que faz parte de seu mundo, como protagonistas que se apropriam desse conhecimento e o levam para sua vida como pessoas construtoras de sua história. (KOSOWSKI, 2016, p. 11).

A mensagem do texto precisa estar clara para o estudante, assim ele compreende o sentido do jornal e o que ela representava naquele momento histórico. Tal interpretação do aluno sobre a informação jornalística possibilita refletir no espaço escolar sobre a importância da interpretação da mensagem, visto que mesmo em sua singularidade ou uniformidade consegue possibilitar que as pessoas, graças as suas distintas experiências e expectativas de vida, tenham interpretações, olhares e leituras do texto do jornal de maneira heterógena.

Análise do texto jornalístico
<p>A reportagem condiz com o título?</p> <p>() não</p> <p>() sim</p> <p>Quais os motivos que o leva a pensar isso?</p>
<p>A reportagem condiz com o caderno no qual está disposto?</p> <p>() não</p> <p>() sim.</p> <p>Quais os motivos que o leva a pensar isso?</p>
<p>A mensagem do texto é de fácil compreensão?</p> <p>() sim</p> <p>() não</p>
<p>Existem monumentos históricos na cidade em torno do que foi apresentado na reportagem?</p> <p>() não</p> <p>() sim. Quantos?</p> <p>O que representam estes monumentos para a localidade?</p> <p>Comente a mensagem central do texto jornalístico.</p>

e) Protagonismo estudantil

A proposta da atividade didática é fomentar nos estudantes da educação básica o gosto pela leitura, tendo como ideal o desenvolvimento da criticidade em torno das informações. Neste ideal, a proposta da produção de um texto jornalístico em que o aluno apresente a notícia que foi por ele analisada com o olhar de hoje inserindo seu ponto de vista e seus conhecimentos em torno da colonização de Alta Floresta.

Segundo Kosouski (2016), a produção de uma narrativa histórica relacionará o passado e o presente, provocando um convite para refletir sobre os conteúdos, isso desperta o interesse e a curiosidade sendo uma fonte de grande potencial didático pedagógico.

A ação da construção escrita possibilita que o estudante da educação básica desenvolva a criatividade, criticidade e valorize seus conhecimentos em torno do local. Compreender a representação da informação jornalística possibilita aos leitores olhar e construir, a partir da interpretação, compreensão, reflexão, e conseqüentemente, o pensamento crítico. O desenvolvimento da atividade valoriza as distintas formas de interpretação sobre o

evento e valoriza a heterogeneidade, a imparcialidade e os saberes sociais na construção do conhecimento.

Rosa (2014) aponta que a socialização do conhecimento é muito importante por possibilitar a troca de informações entre os estudantes e por fortalecer o senso crítico, o que valoriza o aluno como cidadão.

Um ponto importante que não pode deixar de ser cumprido é a socialização de cada etapa com a sala. É o momento que o aluno tem para colocar suas ideias, trocar informações, desta forma fortalecer o seu senso crítico e sua cidadania. Neste momento, cabe ao professor indagar sobre como a comunidade em que o aluno está inserido, pode tentar resolver ou amenizar tal questão. (ROSA, 2014, p. 17).

A exposição das atividades é importante e pode ser considerada uma possibilidade para o diálogo, para o desenvolvimento crítico, para a prática cidadã e para o exercício da democracia. Diante disto, é proposto que o professor possa expor a atividade escrita em forma textual, oral, baseada na ideia de narrativa ou ilustrações, mas é importante socializar o que foi produzido nas aulas de história.

Protagonismo estudantil

Tendo como referência o texto jornalístico, o imaginário da prosperidade e seu conhecimento sobre a história de Alta Floresta elabore, a partir da leitura do jornal trabalhado, texto dissertativo ou a reelaboração da reportagem que apresenta o olhar dos dias atuais sobre o evento acontecido. Deste modo, a atividade busca valorizar as narrativas jornalísticas, a criticidade, os saberes locais e a produtividade escrita.

Pode ser usado na produção da atividade discente, se for do interesse do professor, trabalho com as narrativas de memórias, com imagens ou fotografias, com os locais de memória e a representação dos espaços nas reportagens de jornais.

A exposição pode se dar por meio das atividades realizadas pelos estudantes no pátio ou em outros ambientes da escola, com a intenção de possibilitar aos demais estudantes da escola o acesso das análises realizadas. Para tal ação pode ser realizada exposições escritas, orais ou ilustrativas.

A proposta didática pode ser alterada de acordo com objetivo do professor para o ensino de história ou da aula em que será utilizada. O que se segue é uma sequência didática que possibilita que sejam abordados aspectos do cotidiano do aluno no ensino de história

favorecendo a análise dos textos, a criticidade, o conhecimento local e, principalmente, a integração do saber escolar com os problemas sociais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa que deu origem a esta dissertação foi de permitir ao professor da educação básica de Alta Floresta a proposta de sequência didática para que possa abordar no ensino de história o uso de narrativas jornalísticas, o cotidiano, a história local, tendo como foco o período de colonização (1976-1982) observando o imaginário construído em torno da prosperidade. Ao analisar a reocupação territorial do norte de Mato Grosso percebe-se a desconsideração dos povos indígenas entre outros grupos populacionais como proprietários das terras, isso se dá porque eles não representavam consonância com interesse produtivo e econômico, sendo este o projeto governamental.

As práticas capitalistas propostas pelas atividades agrícolas criavam nas pessoas o imaginário da prosperidade nas terras do norte mato-grossense. Isso se dava pelas propagandas que construíam uma mentalidade de enriquecimento possível e certo com a intenção de que as pessoas migrassem para as “novas” localidades agrícolas. A intenção de compreender o imaginário da prosperidade criou a necessidade de buscar notícias jornalísticas para verificar como os meios de comunicação propagavam as notícias ao fazer referência sobre Alta Floresta. Diante disso, nota-se que as matérias enfatizavam as possibilidades econômicas que a localidade oferecia para o agricultor e para os interessados na reocupação territorial. Tais aspectos quando inseridos em contexto escolar permitem que os estudantes compreendam sobre a propagação das notícias e passem a observar com criticidade os objetivos das reportagens jornalísticas.

Analisar reportagens jornalísticas no ensino escolar, proposta desta dissertação, foi enriquecedor, visto que possibilita para o ensino escolar o contexto social local como proposta para ação pedagógica. Essa proposta aproxima o saber do estudante do conhecimento escolar atribuindo importância e significado para a aprendizagem existente com o cotidiano e as experiências da sociedade, mas que é muitas vezes ignorado ou despercebido pela carga teórica que é aplicada (por professores, pela proposta curricular, pelas normativas e orientações propostas para a educação pelo governo, seja este municipal, estadual ou federal) no ensino escolar.

Inserir as narrativas jornalísticas no ensino é possibilitar a aproximação e a significação do conhecimento de história tendo como referência o cotidiano do aluno. A pesquisa mostra a importância de inserir as vivências e as experiências dos estudantes no ensino de história, visto que os jornais são um meio de comunicação. Deste modo, a inserção proporciona ao estudante relacionar o conhecimento sobre a história local do município de

Alta Floresta com os acontecimentos no Brasil no período de 1976 até 1982, foco da pesquisa.

Com a intenção de mostrar o uso do jornal no ensino de história, foi planejado a sequência didática, com o uso de reportagens jornalísticas para que o professor da educação básica possa abordar em sua prática pedagógica. A proposta de aula tem como intenção facilitar e incentivar o uso de jornais no ensino de história com a intenção de fomentar nos professores um ensino mais dinâmico que favoreça o aluno como protagonista no ensino e construtor do conhecimento. A sequência didática traz ao professor a possibilidade de uso de maneira organizada e orientada de como aplicar as reportagens jornalísticas no ensino e a importância pedagógica no desenvolvimento intelectual do aluno diante de tal ação. É interessante observar que por mais que aborda a colonização de Alta Floresta, como foi apresentado nesta dissertação, podem ser consideradas novas realidades desde que contextualizadas ou seguindo as orientações desta dissertação.

A pesquisa mostra que o uso do jornal como recurso didático não foge do que é proposto pelas normativas governamentais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2006) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), mas ao contrário, possibilita e contempla na formação do estudante e incentiva a participação nas tomadas de decisões e na resolução dos problemas sociais.

A proposta desta dissertação está em consonância com a BNCC (2018), o PCNEM (2006) e a LDB (1996) na importância de relacionar o cotidiano do estudante e a sua participação na sociedade no ensino de história. Esta ação contribui para valorização dos espaços de memória e para o olhar crítico nos discursos e nas narrativas conseguindo entender os interesses que advém da análise discursiva, realizada na sala de aula, nas reportagens jornalísticas.

O presente trabalho teve entre seus propósitos ampliar o conjunto das práticas docentes no âmbito do ensino da história, proporcionando ao professor novas maneiras de relacionar o estudante com o conteúdo escolar, de modo que o aluno se perceba como construtor de conhecimento e que o docente explore essa capacidade do estudante. Tendo como propósito romper com a visão clássica de ensino, baseada na memorização e na assimilação do conteúdo para inserir no espaço escolar a percepção de que os professores da educação básica e os alunos são construtores do conhecimento.

Buscou-se também no ensino da história, mostrar a relevância de valorizar o outro, no caso, o estudante, sujeito do processo e das distintas formas de saberes por meio da alteridade. A alteridade foi um marco do presente trabalho que possibilita a relação empática

diante do outro e valoriza a heterogeneidade do conhecimento. Essa relação passa a ser de valorização das características culturais, sociais, religiosas e políticas de outros indivíduos, fugindo da ideia de supervalorização do conhecimento próprio, mas buscar proporcionar a importância das distintas formas de saber. A alteridade proporciona valorizar as novas interpretações sobre os eventos históricos, além de possibilitar a criticidade sobre as narrativas “oficiais”. Tal ação valoriza os conhecimentos locais mostrando sua importância no contexto social que os estudantes da educação básica estão inseridos. Isso valoriza e proporciona a reflexão de que os acontecimentos sociais não são isolados, mas estão inseridos no contexto nacional e mundial, ou seja, ao estudar o local, por meio das reportagens de jornal, é possível fazer uma relação e analisar a sociedade.

Valorizar o saber local no ensino de história é refletir a importância da contextualização e possibilitar que os estudantes percebam os impactos que as tomadas de decisões políticas e econômicas em âmbito nacional têm sobre a localidade no qual está inserido. Deste modo, o desenvolvimento crítico, aguçado, analítico e atencioso proporciona ao estudante da educação básica a inserção nos problemas sociais e nas tomadas de decisões da sociedade. Isso favorece a construção de um cidadão atuante, capaz de relacionar os acontecimentos e analisar com cautela, com sabedoria e com perspicácia os discursos em suas várias formas e atentar aos interesses, aos anseios, as expectativas e a intenção de quem realiza os discursos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALTA FLORESTA celebra 43 anos de fundação. **Boamidia**. Cuiabá - Disponível em: <http://www.boamidia.com.br/alta-floresta-celebra-43-anos-de-fundacao/> - Acessado em: 06 de maio de 2020.

ALFREDO, André Freires; AMARO, Hudson Siqueira. Jornal na sala de aula. In: AMARO, Hudson Siqueira; RODRIGUES, Isabel Cristina (Org.). **História: Metodologia do ensino**. Maringá: Eduem, 2012. p. 101-109.

ALVES, Francisco de Neves. O ensino de História por meio de jornais antigos: as imagens acerca dos atores políticos-partidários à época imperial. In: **Historiæ**, v. 3, n. 1, p. 19-36. Rio Grande do Sul, 2012.

ANHUSSI, Elaine Cristina. **O uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A marcha para o oeste e o estado novo: a conquista dos sertões**. Monografia. Brasília: UnB, 2016.

ASSIS, Tauã Carvalho de. PINTO, Suely de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. In: **Itinerarius Reflectionis** Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação. Volume 15, número 1, ano 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/56626/32741> - Acessado em 03 de dezembro de 2019.

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O ensino da história local e sua importância. In: REDIVI - **Revista de Divulgação Interdisciplinar**. v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/redivi/issue/view/238>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de história, memória e história local. In: **Criar Educação** [Recurso eletrônico] – V. 2, n. 2, Criciúma, Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1247/1191>. Acessado em 20 de setembro de 2019.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. In: **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11357/6471>. Acessado em 30 de novembro de 2019.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o

Centro-Oeste. *In:* _____. **Mato Grosso: do sonho á utopia da terra.** Cuiabá, EdUFMT, 2008.

BIANCHEZZI, Clarice; *Et al.* Vestígios e memórias: história local e o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental. *In:* **História & Ensino**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 191-209, jul./dez. 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História”. *In:* _____ (org.). **O saber escolar em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação.

_____. (org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília. MEC, 2006.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Ensino Médio.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. *In:* **Revista Espaço Acadêmico**, n 168, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

CASTRO, Sueli Pereira *et al.* **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”.** Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis, Vozes, 1978.

CORREA, Línive de Albuquerque. História e imprensa: a divisão do Estado do Mato Grosso na Folha de São Paulo. *In:* **IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder.** 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(156\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(156).pdf) - Acessado em: 15 de outubro de 2018.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada Mato Grosso – pós 1970.** 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp049382.pdf>. - Acessado em 02 de março de 2019.

_____. **Memórias da migração, memórias da profissão: narrativas de professores sobre suas vivências na década de 1960 a 1980 (Tangará da Serra - MT).** 2014. 211 f.. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2014. Disponível em:

https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102317/00_0933536.pdf - Acessado em: 25 de maio de 2019.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p.179-192.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *In: Revista de História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DIÁRIO DE TARDE. **Figueiredo visita os projetos de colonização em Mato Grosso**. Curitiba, ano 81, n. 223.24, 04 de julho de 1980, p.4.

DIÁRIO DE NATAL. **Implantado projeto de colonização: MT**. Natal, ano XXXVIII, 09 de setembro de 1978, p. 11.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas no ensino de História. *In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.9, n.1, São Paulo, jan-jun. 2006.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **O jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1975.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas no ensino de História. *In: história oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.9, n.1, São Paulo, jan-jun. 2006.

_____. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2009.

GUARIZA, Nadia Maria. A história oral e o ensino de história: a discussão atual em revistas acadêmicas brasileiras. *In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*. Caderno PDE, Versão on-line, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1395-8.pdf> - Acessado em: 07 de outubro de 2018.

GHILARDI, Maria Inês. Mídia, educação e leitura. *In: BARZOTTO, Valdir Heitor; GHILARDI Maria Inês. Mídia, poder, educação e leitura*. São Paulo: Anhembi Morumbi: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

GUIDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GUIMARÃES NETO. Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Dissertação. Campinas: UNICAMP: 1986.

_____. História, memória e práticas de espaços. *In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_c76382b898ee32141521dd119a00ee5.pdf - Acessado em: 20 de setembro de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEIST, Andréia de Cássia. Mato Grosso e a comercialização dos seus “Espaços Vazios” durante as décadas de 1950 e 1960. *In* BARROZO, João Carlos. **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. Cuiabá, EdUFMT, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JORNAL DO BRASIL. **Primeiras famílias expulsas do Toldo de Nonoai chegam a Chapada dos Guimarães no dia 2**. Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, n.77, 24 de junho de 1978, p. 24.

_____. **Amazônia conquistada**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 129, 08 de outubro de 1979, p. 10-13.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Um novo eldorado para a ocupação da Amazônia**. Rio de Janeiro, ano 151, n.13, 17 de outubro de 1977, p.11.

KOSOUSKI, Sirlene. Jornal como meio de aprendizagem sobre a história local: os 30 anos de emancipação de Cantagalo/Pr. *In*: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor** PDF: Produções didático-pedagógicas. Caderno PDE, 2016.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *In*: **XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundo-s-1.pdf - Acessado em: 12 de março de 2020.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In*: **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, UFRS: Porto Alegre, de 3 a 5 de junho de 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/GTMIDIMP_LAPUENTE-%20Rafael%20(2).pdf - Acessado em: 16 de março de 2020.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2ª Edição, Campinas: Papirus, 1986.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Ediciones 70, 2000.

MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo Notícias e Histórias**: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. *In*: FENELON, Déa et ali. **Muitas Memórias, Outras Histórias**, São Paulo: Olho d’água, 2004. Pág.15.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2º ed. São Paulo:

Contexto, 2018.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NASCIMENTO JÚNIOR. Manoel Caetano do; GUILLEN; Isabel Cristina Martins. História local e o ensino de história: das reflexões conceituais às práticas pedagógicas. *In: VIII Encontro Estadual de História*, ANPUH/BA: Feira de Santana, 2016. Disponível: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/49/1477852456_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf - Acessado em: 03 de dezembro de 2019.

NEVES, Joana. A história local e a construção da identidade social. *In: Saeculum - Revista de História* n.2. João Pessoa, jan/dez 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11226/6341>. Acessado em: 21 de março de 2019.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva; SILVA, Lucilene Nunes. Os desafios para a construção de uma história local – o caso de Leopoldina, Zona da Mata de Minas Gerais. *In: Polyphonia/ Revista de Educação Básica do Centro de Pesquisa Aplicada a Educação*. Goiânia, UFG, v. 21, n.1 jan. - jun. 2010.

O DIÁRIO DO PARANÁ. **Novo polo de café será na Amazônia**. Curitiba, ano XXIII, n.6.832, 2 de março de 1978. 1º Caderno Diário do Paraná, Economia, p.8.

O ESTADO DE MATO GROSSO. **Aripuanã: vendidos 2 milhões de hectares**. Cuiabá, ano XXXV, n. 6.640, 26 de setembro de 1973, p.2.

_____. **INDECO**. Cuiabá, ano XXXV, n. 6.742, 23 de fevereiro de 1974, p.2.

_____. **Ocupar vazios colonizando Mato Grosso**. Cuiabá, ano XL, n. 8.147, 25 de fevereiro de 1979, p. 6.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**, 3. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2º ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Tangará da Serra - MT: uma história de colonização privada. *In: BARROZO, João Carlos. Mato Grosso: do sonho á utopia da terra*. Cuiabá, EdUFMT, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, nº12, p. 13-21, abril de 2008.

ONÇA, Fabiano. **Como foram as buscas pela cidade perdida de El Dorado?** Lenda de cidade sul-americana coberta de pedras preciosas se espalhou ao longo dos séculos e atraiu vários exploradores. Super interessante – 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foram-as-buscas-pela-cidade-perdida-de-el-dorado/>. - Acessado em: 23 de junho de 2019.

PASTORELLO, Adriana. **Aprender a ler jornais no ensino fundamental**. Dissertação. Universidade Estadual Paulista. Marília/SP, 2005.

PAVANI, Cecília. **Jornal**: (In) formação e ação. Campinas: Papyrus, 2002.

PEREIRA FILHO, José. **Metodologia do trabalho científico**: da teoria à prática. Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2013.

PINHEIRO, Lidiane Santos Lima. **A construção do acontecimento histórico**: o discurso do Estado de São Paulo sobre a Guerra de Canudos. Salvador: EDUFBA, 2015.

PRISCO, Jeane Alves; RIBEIRO, Kilsimara Nascimento; BIANCHEZZI, Clarice. Ensino de história local: possibilidades em sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental. *In: VI Fórum Internacional de Pedagogia*. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV050_MD1_SA1_ID481_19102015000634.pdf. Acessado em: 29 de novembro de 2019.

RASSI, Marcos Antônio Caixeta; FONSECA, Selva Guimarães. Saberes docentes e práticas de ensino de história na escola fundamental e média. *In: Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11360/6474>. - Acessado em 30 de novembro de 2019.

REZNIK, Luis. A construção da memória no ensino da História. *In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). 1964-2004. 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004, p. 339-350.

RODRIGUES, Joelma Ester Domingues. **História em Documento**: imagem e texto, 9º. ano, livro do professor. São Paulo: FTD, 2009.

ROSA, Dirce Camurra da. Jornal e ensino de história: estímulo à leitura e ao desenvolvimento da consciência histórica *In: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor* PDF: Produções didático-pedagógicas. Caderno PDE, 2014.

ROSA, Rosane Duarte. **A função da escola-igreja no processo de colonização de Alta Floresta – Mato Grosso**. Educ. rev., n. 2, Curitiba: UFPR, 2003.

SAMUEL, Raphael. Documentação – história local e história oral. **Rev. Bras. de Hist.** v. 09. n. 19. p. 219 – 243. set. 89. fev. 90. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: Editora Spicione, 1994.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais**. Um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de história: "a captura

lógica" da realidade social. *In: Hist. Ensino*, Londrina, v. 5, p. 147-163, out. 1999.

_____; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

_____. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. *In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.54 – 66.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De Heróis a Vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense**. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **História local: objetivos, métodos e fontes**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8247>. Acessado em: 18 de novembro de 2019.

SIMÕES, Tânia Regina; Joanoni Neto, Vitale. A BR-163 e o movimento migratório para o Estado de Mato Grosso. *In: JOANONI NETO, Vitale. Da esperança do El Dorado à degradação do humano: mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. 2005. 205 f. Tese (Doutorado em História). Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Porto Alegre, Grande: 2005.

SOUZA, Edison Antônio de. **O poder na Fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SOUZA NETO, Alaim. O que são os PCN?: O que afirmam sobre a Literatura? *In: Debates em Educação - ISSN 2175-6600 Maceió, Vol. 6, n. 12, Jul./Dez. 2014*. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/797-5518-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/797-5518-2-PB%20(2).pdf). Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

SUEIRO, Wanderley. GONÇALVES, Lídia Maria. **O jornal no Ensino Médio: Em busca de um programa mínimo de leitura**. 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/608-4.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2019.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.5, São Paulo, jun. 2002.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Figueiredo suspende visita a Roraima**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 9.048, 04 de maio de 1979.

TURNER, Frederick Jackson. **Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**. Niterói: EdUFF, 2004.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. *In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Aula: gênese, dimensões,*

princípios e práticas. Campinas: Papirus, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução Alda Baltar e Maria A. Kneipp. 4. ed. Brasília: UnB, 2008.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**. Sobral: INTA, 2016.

VIEIRA, Marciano Max Rodrigues; JOANONI NETO, Vitale. Projetos de colonização em Mato Grosso: a super-exploração de trabalhadores migrantes a partir de 1970. In: JOANONI NETO, Vitale. **Da esperança do El Dorado à degradação do humano**: mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

VIEIRA, Sebastião da Silva; ABRANCHES, Sérgio Paulino. O jornal escolar e sua importância no processo de construção de saberes discentes. In: **XIV Congresso Internacional de Tecnologia na Educação**. Recife, 2016. Disponível em: <http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2016/pdf/poster/046.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

VIVA nossa Alta Floresta pelo aniversário de 40 anos. **SóNotícias**, 2016. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/opiniao/viva-nossa-alta-floresta-pelo-aniversario-de-40-anos/>. Acessado em: 02 de abril de 2020.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZARINATO, Silvia Helena. **Teorias da História I**. Maringá: Eduem, 2011.